



Ministério do Género,  
Criança e Acção Social



# PERFIL DE IGUALDADE GÉNERO DE MOÇAMBIQUE

MAPUTO, AGOSTO DE 2022

## FICHA TÉCNICA

**Título:** Perfil de Igualdade de Género de Moçambique

**Propriedade:** Ministério de Género, Criança e Acção Social

**Autora:** Sandra Manuel, Antropóloga

**Coordenação e Apoio Técnico:**

**ONU Mulheres:** Dra. Maria Laetitia Kayisire, Representante da ONU Mulheres Moçambique  
Ondina da Barca Vieira, Narcya Chilengue e Nilsa Zibane

**Delegação da União Europeia:** Tima Suale e Alicia Martin Diaz

**Tiragem:** 150 Exemplares

**Financiamento:** ONU Mulheres e União Europeia



Financiado pela  
União Europeia



---

## ÍNDICE

---

Sumário Executivo	3
Executive Summary	5
Acrónimos	7
Perfil de Igualdade de Género de Moçambique: Dados Gerais	9
Antecedentes e Contexto	10
Sobre o Perfil de Género	12
Metodologia	13
Limitações para a elaboração do perfil de igualdade de género	14
Estrutura do Relatório	14
Capítulo 1: Cumprindo com os Compromissos de Igualdade de Género	15
1.1. Mecanismos Institucionais, Plataforma Nacional de Género e Quadro Legal	16
1.2. Coordenação e Liderança	17
1.3. Dados Desagregados por Sexo sobre Estatísticas de Género	18
1.4. Orçamentação na Óptica de Género	19
1.5. Fortalecimento da Capacidade Nacional	21
1.6. Desafios e Oportunidades	21
Capítulo 2: Problemas Sistémicos	24
2.1 Pobreza	24
2.2. Saúde	26
2.3. Segurança Alimentar e Nutrição	28
2.4 Violência Baseada no Género	30
2.4.1 Protecção de Sobreviventes e Acesso a Serviços	33
2.4.2. Responsabilização de Perpetradores	34
2.5 Protecção social	35
2.5.1. Educação e Formação para o Desenvolvimento de Habilidades	36

2.5.1.1. Desenvolvimento de habilidades	38
2.6. Emprego, Desemprego e Trabalho não Remunerado de Prestação de Cuidados	40
2.7 Inclusão Digital	43
2.8 Água e Saneamento	45
2.9 Energia e Transporte	46
<b>Capítulo 3: Raízes da Desigualdade de Género</b>	<b>49</b>
3.1 Desafios das normas sociais e culturais	49
3.2 Voz e Participação	50
3.3. Pessoas com Deficiência	52
3.4. LGBTQI+	54
<b>Capítulo 4: Questões Emergentes</b>	<b>56</b>
4.1. COVID-19	56
4.2. Conflitos e Instabilidade	58
4.3. Meio-ambiente e Mudanças Climáticas	60
4.4. Indústria Extrativa	61
<b>Conclusões e Recomendações</b>	<b>63</b>
<b>Anexos</b>	<b>75</b>

# Sumário Executivo

O presente Perfil de Igualdade de Género retrata os avanços na promoção da igualdade de género em Moçambique, desde 2016. Este é o segundo Perfil, depois do elaborado em 2016. Sendo o segundo exercício desta natureza, este Perfil toma o primeiro como ponto de partida da análise, ao mesmo tempo que discute o progresso do país no que concerne à igualdade de género e ao empoderamento de mulheres e raparigas nas diferentes esferas, considerando os compromissos assumidos pelo Governo de Moçambique.

Em cada um dos capítulos, são arroladas as dinâmicas do que aconteceu no país, desde 2016, tomando em consideração a área ou sector específico em análise. A selecção das áreas temáticas de análise tomou em consideração as prioridades definidas pelo país para a igualdade de género e assuntos emergentes cujo impacto contribui para a reconfiguração das relações de género no contexto nacional. O processo de recolha de informação incluiu uma extensa análise documental e entrevistas com informantes-chave, tanto individuais como em grupos de discussão. A maior parte das entrevistas decorreu virtualmente, devido aos constrangimentos impostos pela COVID-19.

As principais conclusões da análise efectuada indicam que:

**O país registou consideráveis ganhos na promoção da igualdade de género, mas estas são passíveis de retroceder devido ao impacto dos fenómenos climáticos, dos conflitos nas regiões Centro e Norte do país e das medidas de contenção da COVID-19.** Os ganhos incluem a aprovação e reforço de um conjunto de leis e estratégias que, entre outros, que previnem e sancionam eficazmente a violência baseada no género, as uniões prematuras e promovem a criação de um ambiente facilitador para a permanência da rapariga na escola. No sector da educação, evidencia-se o alcance da paridade no ingresso de género: o rácio de ingresso entre raparigas e rapazes evoluiu de 2014 para 2018 de 0.90 para 0.91 no ensino primário de segundo grau<sup>2</sup> (EP2); de 0.96 para 0.98 no primeiro ciclo do ensino secundário e de 0.98 para 1.04 (ES1) no segundo ciclo do ensino secundário (ES2).

Entretanto, os conflitos e os choques climáticos vividos desde 2017 podem abalar ou limitar o impacto dos ganhos que o país alcançou. Os choques climáticos causados pelas mudanças climáticas, com destaque para a intermitência entre secas e cheias e, mais recentemente, os ciclones cíclicos que afectam, especialmente, as regiões Centro e Norte, destroem infraestruturas, retiram fontes de renda e sobrevivência das famílias e colocam homens e mulheres em

situação de deslocados internos, dependentes de apoio e vivendo em condições degradantes. A mesma situação está a ser criada pelo conflito protagonizado por extremistas em Cabo Delgado. A pressão massiva dos deslocados coloca riscos à sobrevivência das pessoas, especialmente para mulheres e crianças que constituem a maioria. Para o caso das mulheres e raparigas, os riscos estão associados à falta ou limitado acesso aos serviços e cuidados de saúde sexual e reprodutiva. Adicionalmente, devido à falta de alternativas as raparigas e mulheres ou as suas famílias podem adoptar mecanismos de adaptação negativos que incluem sexo transaccional, trabalho sexual e uniões prematuras. Como deslocadas, as mulheres e raparigas ficam também expostas à violência física e a exploração e abuso sexual. Rapazes estão expostos a recrutamento forçado para se juntarem aos insurgentes.

A condição de deslocadas exacerba a dificuldade de continuar com os estudos e prover suas necessidades. Adicionalmente, as medidas de restrição decretadas pelo Governo para conter a propagação da pandemia da COVID-19 agudizam o nível de pobreza, especialmente na periferia das áreas urbanas. Os agregados familiares chefiados por mulheres têm sido os mais afectados pela pobreza (63% contra 52% dos chefiados por homens)<sup>1</sup>, e as mulheres são as mais excluídas de oportunidades de trabalho decente (estas constituem apenas 4% da força de trabalho no sector formal

<sup>1</sup>Instituto Nacional de Estatísticas (INE). 2015. Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2019/20. Maputo.

e as maiores taxas de desemprego no país incidem sobre mulheres urbanas entre 19 e 24 anos de idade)<sup>2</sup>.

**A colecta sistemática de dados que permitem uma análise actualizada dos indicadores de igualdade de género continua um desafio.** Alguns sectores como, obras públicas e habitação, defesa e segurança e recursos minerais e energia ainda não desagregam a informação por sexo (tanto ao nível da planificação como do reporte) e o atraso e irregularidade na produção de inquéritos nacionais tem impacto negativo na produção de dados actualizados. Por exemplo, o Inquérito Demográfico de Saúde (IDS) mais recente é de 2011 e ainda decorre a recolha de dados para a produção do novo IDS. Adicionalmente, há necessidade de produção regular de inquéritos nacionais mais específicos, que respondam a questões que constituem desafio para a igualdade de género, com temas como violência contra a mulher, acesso das mulheres a recursos económicos incluindo terra e financiamento, utilização do tempo entre homens e mulheres e a análise do acesso dos homens aos serviços de saúde, especificamente aos de saúde sexual e reprodutiva.

**O limitado entendimento sobre género e a estruturação da desigualdade de género** têm impacto na implementação da leis (incluindo a interpretação das medidas de acção afirmativa) e na prestação de serviços no nível de conhecimento sobre questões de género, igualdade e acções afirmativas entre provedores de serviços, fazedores e implementadores de políticas e líderes responsáveis pelos processos de tomada de decisão. É recomendado um investimento massivo na formação nesta área — para funcionários públicos nos diferentes níveis hierárquicos; fazedores e implementadores de políticas — incluindo a disponibilização de cursos superiores sobre a temática e a

disponibilização de material de consciencialização sobre igualdade de género em línguas locais e recursos digitais para alargar o alcance. Adicionalmente, é recomendada a consciencialização dos diversos actores sobre o assunto e fortalecimento da fiscalização pelas instituições responsáveis.

**A violência baseada no género (VBG)** expressa como violência física, psicológica e sexual contra a mulher, continua frequente no país. Os dados de reporte de violência de 2018 à 2020, embora apresentem uma tendência decrescente — influenciada possivelmente pela situação de emergência associada à COVID-19, conflitos e choques climáticos que influenciam a redução das denúncias — são significativos: 28 556 (em 2018), 25 263 ((em 2019) e 19 881 ( em 2020). Esta mesma situação de emergência — conflitos, medidas de contenção da COVID-19 e soluções de acomodação pós-desastres naturais, conflitos ou reassentamentos em acampamentos agrava a exposição de mulheres e raparigas a VBG. Como deslocadas, estas ficam mais expostas à VBG nas zonas de conflito, durante a fuga dos locais de risco para mais seguros, nos locais de acolhimento e acampamentos e muitas vezes são assediadas em troca de transporte ou de guias durante a fuga e nos locais de acolhimento estas são assediadas em troca de ajuda alimentar e de outras necessidades básicas. O assédio e violência sexual institucional contra a mulher e a rapariga nas escolas, centros de formação e cadeias são também preocupantes.

Nos diferentes capítulos do documento, são apresentadas recomendações específicas, e, na última secção, as conclusões e recomendações a partir de uma leitura holística da situação.

<sup>2</sup> MUVA. s.d. MUVA: Female Economic Empowerment in Mozambique. <https://www.opml.co.uk/projects/female-economic-empowerment-mozambique>.

# Executive Summary

This Gender Equality Profile depicts the progress made in promoting gender equality in Mozambique since 2016. As the second Profile, after the one compiled in 2016. As the second exercise of this nature, this Profile takes the first as a starting point for analysis. The document discusses the country's progress regarding gender equality and the empowerment of women and girls in different spheres, considering the commitments assumed by the Government of Mozambique.

In each chapter, the dynamics of what has happened in the country since 2016 are listed, considering the specific area or sector under analysis. The selection of thematic areas of analysis considered the priorities defined by the Government for gender equality and emerging issues whose impact contributes to the reconfiguration of gender relations in the national context. The information-gathering process included extensive desk analysis and interviews with key informants, both individually and in focus groups. Most of the interviews took place virtually due to the constraints imposed by COVID-19.

The main conclusions of the analysis carried out indicate that:

**The country has made considerable gains in promoting gender equality. Still, these are likely to go backwards due to the impact of climate phenomena, conflicts in the country's central and northern regions, and measures to contain COVID-19.** Gains include the approval and reinforcement of a set of laws and strategies that, among others, effectively prevent and sanction gender-based violence and premature unions and promote the creation of an enabling environment for girls to remain in school. In the education sector, the achievement of gender parity in enrollment is evident: the enrollment ratio between girls and boys evolved from 2014 to 2018 from 0.90 to 0.91 in the second cycle of primary education (EP2); from 0.96 to 0.98 in the first cycle of secondary education and from 0.98 to 1.04 (ES1) in the second cycle of secondary education (ES2).

However, the conflicts and climate shocks experienced since 2017 can shake or limit the impact of the country's gains. Climate change has created climatic shocks. Since 2017, the country has experienced intermittence between droughts and floods and, more recently, the cyclic cyclones that affect the Central and Northern regions. Such climatic events have destroyed infrastructure, removed sources of income and survival of families, and internally displaced men and women who become dependent on support and live in degrading conditions. The same situation is being created by the conflict between extremists in Cabo Delgado. Massive pressure from the displaced poses risks to people's survival, especially for women and children who make up the majority. The stakes

are associated with lack or limited access to sexual and reproductive health services and care for women and girls. Additionally, due to the lack of alternatives, girls and women or their families may adopt harmful coping mechanisms that include transactional sex, sex work and premature unions as displaced women and girls are also exposed to physical violence and sexual exploitation and abuse.

The displaced condition exacerbates the difficulty of continuing their studies and providing for their needs. Additionally, the restriction measures enacted by the Government to contain the spread of the COVID-19 pandemic exacerbate the level of poverty, especially in the periphery of urban areas. Female-headed households have been the most affected by poverty (63% versus 52% of male-headed households), and women are the most excluded from decent work opportunities (they constitute only 4% of the workforce in the formal sector and the highest unemployment rates in the country affect urban women between 19 and 24 years of age).

**The systematic collection of data that allows an up-to-date analysis of gender equality indicators remains a challenge.**

Some sectors, such as public works and housing, defence and security, mineral resources and energy, still do not break down information by sex (both planning and reporting). Additionally, the delay and irregularity in the production of national surveys have a negative impact on the production of updated data. For example, the most recent Demographic Health Survey (DHS) is from 2011 and data collection for the production of the new DHS is still ongoing. Additionally, there

is a need for the regular production of more specific national surveys, which respond to questions that constitute a challenge for gender equality, with topics such as violence against women, women's access to economic resources including land and financing, use of time between men and women and the analysis of men's access to health services, specifically sexual and reproductive health.

**Limited understanding of gender and the structuring of gender inequality** has an impact on the implementation of laws (including the interpretation of affirmative action measures) and service delivery on the level of knowledge on gender issues, equality and affirmative action among service providers, policymakers and implementers, and leaders responsible for decision-making processes. Massive investment in training in this area is recommended — for civil servants at different hierarchical levels; policymakers and implementers — including the provision of higher education courses on the topic and the provision of gender equality awareness material in local languages and digital resources to broaden outreach. Additionally, it is recommended to raise the awareness of the various actors on the subject and strengthen supervision by the responsible institutions.

**Gender-based violence** (GBV), expressed as physical, psychological and sexual violence against women, remains frequent in the country. The violence reporting data from 2018 to 2020, although showing a decreasing trend – possibly influenced by the emergency associated with COVID-19, conflicts and climate shocks that affect the reduction of complaints – are significant: 28,556 (in 2018), 25 263 ((in 2019) and 19 881 (in 2020). This same emergency – conflicts, COVID-19 containment measures and post-natural disaster accommodation solutions, conflicts or resettlements in camps exacerbates the exposure of women and displaced girls; they are more exposed to GBV in conflict zones when fleeing from risky to safer places, in reception places and camps and are often harassed in exchange for transport or guides during the escape and in reception places they are harassed in exchange for food aid and other basic needs. Institutional sexual harassment and violence against women and girls in schools, centres, training and chains are worrisome.

Specific recommendations are presented in the different chapters of the document, and the conclusions and recommendations from a holistic reading of the situation in the last section.



Imagem: ONU Mulheres / C. Costa

## Acrónimos

<b>CAI</b>	Centro de Atendimento Integrado
<b>CECAP</b>	Coligação para Eliminação das Uniões Prematuras
<b>CEDAW</b>	Convenção para a Eliminação de Discriminação contra a Mulher
<b>CESC</b>	Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil
<b>CNAM</b>	Conselho Nacional para o Avanço da Mulher
<b>CCP</b>	Conselho Comunitário de Pesca
<b>COVID</b>	Doença do Corona Vírus
<b>DGF</b>	Discussão de Grupo Focal
<b>DNG</b>	Direcção Nacional de Género
<b>DSSR</b>	Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva
<b>DUAT</b>	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
<b>EIC</b>	Entrevista com Informante-Chave
<b>ENSSB</b>	Estratégia Nacional de Segurança Social Básica
<b>EP1</b>	Escola/Ensino Primário do Primeiro Grau
<b>EP2</b>	Escola/Ensino Primário do Segundo Grau
<b>ES1</b>	1º Ciclo do Ensino Secundário
<b>ES2</b>	2º Ciclo do Ensino Secundário
<b>FNUAP</b>	Fundo das Nações Unidas para a População
<b>GAFMVV</b>	Gabinete de Atendimento à Família e Menor Vítima de Violência
<b>GCG</b>	Grupo de Coordenação de Género
<b>GRM</b>	Governo da República de Moçambique
<b>HIV</b>	Vírus de Imunodeficiência
<b>HSH</b>	Homens que fazem sexo com homens
<b>IDS</b>	Inquérito Demográfico de Saúde
<b>IETP</b>	Instituições de Ensino Técnico e Profissional
<b>IMASIDA</b>	Inquérito de Indicadores sobre Imunização, Malária e HIV e SIDA
<b>INAS</b>	Instituto Nacional de Acção Social
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IOF</b>	Inquérito sobre Orçamento Familiar
<b>ITS</b>	Infecção de Transmissão Sexual
<b>LAMBDA</b>	Associação para o reconhecimento dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI
<b>LGBTI</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Intersexuais
<b>MGCAS</b>	Ministério de Género, Criança e Acção Social
<b>MICS</b>	Inquérito de Indicadores Múltiplos
<b>MINEDH</b>	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
<b>MISAU</b>	Ministério da Saúde
<b>MMAIMVV</b>	Mecanismo Multissetorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência
<b>MMAS</b>	Ministério da Mulher e Acção Social
<b>MMCAS</b>	Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social
<b>MPF</b>	Ministério do Plano e Finanças
<b>OCB</b>	Organização Comunitária de Base
<b>OMR</b>	Observatório do Meio Rural
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>ONU Mulheres</b>	Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher
<b>OSC</b>	Organização da Sociedade Civil
<b>PARPA</b>	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
<b>PASD-PE</b>	Programa de Apoio Social Directo pós Emergência
<b>PASP</b>	Programa de Acção Social Produtiva
<b>PAUS</b>	Programa de Atendimento em Unidades Sociais
<b>PcD</b>	Pessoas com Deficiência
<b>PES</b>	Plano Económico e Social
<b>PF</b>	Planeamento Familiar
<b>PFG</b>	Pontos Focais de Género
<b>PGEI</b>	Política de Género e Estratégia da sua Implementação
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNUD</b>	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

<b>POOG</b>	Planificação e Orçamentação na Óptica de Género
<b>PQG</b>	Plano Quinquenal do Governo
<b>ProSAS</b>	Programa Serviços de Acção Social
<b>PSEA</b>	Estratégia de Prevenção da Exploração e Abuso Sexual
<b>PSSB</b>	Programa de Subsídio Social Básico
<b>SAAJ</b>	Serviço de Atendimento ao Adolescente e Jovem
<b>SADC</b>	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
<b>SIDA</b>	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
<b>SMI</b>	Saúde Materno-Infantil
<b>SSR</b>	Saúde Sexual e Reprodutiva
<b>TIC</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>UNDAF</b>	United Nations Assistance Framework
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>UNIFEM</b>	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher
<b>USAID</b>	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional
<b>VBG</b>	Violência Baseada no Género
<b>WASH</b>	Água, Saneamento e Higiene
<b>WLSA</b>	Women and Law in Southern Africa

## Perfil de Igualdade de Género de Moçambique: Dados Gerais

<i>População:</i>	30.8 milhões <sup>3</sup>
<i>Mulheres:</i>	52.0% <sup>4</sup>
<i>Esperança de vida:</i>	53.7 anos Homens 51.0 ☒ Mulheres 56.5 <sup>5</sup>
<i>Taxa de natalidade:</i>	37.9/1000 <sup>5</sup>
<i>Taxa de fecundidade:</i>	5.2 <sup>5</sup>
<i>Idade média:</i>	16.6 anos <sup>5</sup>
<i>Taxa de crescimento da população:</i>	2.8% <sup>5</sup>
<i>Taxa de mortalidade materna:</i>	451.6/1000 <sup>5</sup>
<i>Taxa de analfabetismo:</i>	39% Homens 27.2% ☒ Mulheres 49.4% <sup>5</sup>
<i>População rural:</i>	66.6% <sup>5</sup>
<i>Índice de desenvolvimento humano:</i>	Posição 181 de um total de 189 <sup>5</sup>
<i>Índice de Desenvolvimento de Género<sup>6</sup> (rácio M-H):</i>	0.912 <sup>4</sup>
<i>Índice de desigualdade de género<sup>7</sup>:</i>	0.523
<i>Agregados familiares chefiados por mulheres</i>	33.8%
<i>Pessoas com deficiência</i>	Homens 2.8% ☒ Mulheres 2.4% <sup>5</sup>
<i>Assentos femininos no parlamento:</i>	42.4% <sup>8</sup>
<i>Taxa de natalidade adolescente</i>	148.6 <sup>4</sup>
<i>Taxa de casamentos prematuros<sup>9</sup></i>	48.2% para menores de 18 anos e 14.3% para menores de 15 anos <sup>10</sup>
<i>População economicamente activa</i>	57.65 Homens 51% ☒ Mulheres 49% <sup>5</sup>
<i>Taxa de participação da força de trabalho:</i>	Homens 79% ☒ Mulheres 77.3% <sup>5</sup>
<i>População com pelo menos alguma educação secundária</i>	Homens 19.9% ☒ Mulheres 14.0% <sup>5</sup>
<i>Média de anos de escolaridade</i>	Homens 4.5 ☒ Mulheres 2.7
<i>Inclusão financeira</i>	9.3% da população tem conta bancária <sup>5</sup>
<i>Serviços financeiros móveis</i>	11.7% Homens 14.1% ☒ Mulheres 9.5% <sup>5</sup>
<i>Acesso ao telefone celular</i>	Homens 30.8% ☒ Mulheres 22.4% <sup>5</sup>
<i>Acesso à internet</i>	Homens 8.1% ☒ Mulheres 5.3% <sup>5</sup>
<i>Acesso ao computador</i>	Homens 5.8% ☒ Mulheres 3.1% <sup>5</sup>

<sup>3</sup> Instituto Nacional de Estatísticas (INE). 2021. População 2021. <http://www.ine.gov.mz/noticias/populacao-mocambicana-para-2021>

<sup>4</sup> Instituto Nacional de Estatísticas (INE). 2019. Resultados definitivos Censo 2017, IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo. INE

<sup>5</sup> UNDP. 2020. *The next Frontier: Human Development and the Anthropocene: Briefing note for Countries on the 2020 Human Development Report*. [http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr\\_theme/country-notes/MOZ.pdf](http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/MOZ.pdf)

<sup>6</sup> Índice de Desenvolvimento de Género (IDG): Relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Feminino e Masculino.

<sup>7</sup> Índice de Desigualdade de Género reflete as desigualdades de género em três dimensões - saúde reprodutiva, empoderamento e actividade económica. Moçambique tem um valor GII de 0,523, situando-se no 127º lugar entre 162 países no índice de 2019.

<sup>8</sup> Gender Links. 2020. *Monitoria e Avaliação de Género em Moçambique Resumo 50/50*. Maputo.

<sup>9</sup> Mulheres jovens entre 20-24 anos casadas antes dos 15 anos

<sup>10</sup> UNICEF. 2015. Casamento Prematuro e Gravidez na Adolescência em Moçambique: Causas e Impacto. Maputo. UNICEF e UNFPA



## Antecedentes e Contexto

Moçambique, um país de 30.8 milhões de habitantes<sup>11</sup> onde 52% são mulheres, ocupa uma área de 800.000km<sup>2</sup> e estende-se por quase 2.000 km de Norte a Sul. O país apresenta um rápido crescimento populacional e elevadas taxas de fertilidade e mortalidade<sup>12</sup>. Cerca de 70% da população vive e trabalha em zonas rurais e 45% dos moçambicanos tem menos de 15 anos de idade. O país tem mais de 2.500 km de costa no Oceano Índico e é dotado de ampla terra arável, água, energia, gás e recursos minerais; três portos marítimos profundos; e uma reserva de potencial mão-de-obra relativamente grande<sup>13</sup>.

A elevada taxa de pobreza de Moçambique (63% da população vive com menos de 2 USD por dia)<sup>14</sup> é perpetuada por frequentes desastres naturais, elevada incidência de doenças, elevadas taxas de mortalidade geral e mortalidade materna, elevado crescimento populacional, e uma distribuição desigual da riqueza. Apesar de ser um país predominantemente rural, a produção agrícola sofre o impacto de limites estruturais da cadeia de distribuição e de políticas que garantam a produção considerando mudanças climáticas e desastres naturais Moçambique tem a segunda maior epidemia de HIV do mundo, com o segundo maior número de mortes relacionadas com o SIDA e novas infecções. A prevalência do HIV e SIDA é de 12.6% (15-49 anos) e é particularmente mais alta entre as mulheres jovens, principalmente quando associada ao adoecimento e à mortalidade por tuberculose<sup>15</sup>. O país é também um "hotspot" mundial de malária, e estima-se que 43% das crianças com menos de 5 anos de idade são raquíticas<sup>16</sup>.

No ensino primário, existem sérias limitações de aprendizagem - em média, apenas 4,9% das crianças na terceira classe têm competências de leitura definidas para esta classe, muito abaixo dos países africanos vizinhos<sup>17</sup>. A fraca frequência escolar e baixos resultados de aprendizagem levam ao abandono escolar, que continua a ser um grande desafio, especificamente para as raparigas. Algumas das

razões mais comuns para uma menor frequência escolar das raparigas, mesmo a nível primário, incluem a pobreza, uma maior carga de trabalho doméstico para as raparigas, a falta de modelos femininos, abuso sexual na escola, violência baseada no género (VBG), casamento prematuro, e gravidez precoce não intencional. A taxa de casamento prematuro é alta: 14.3% de mulheres jovens entre 20-24 anos estavam casadas antes dos 15 anos, e 48.2%, antes dos 18 anos. A taxa de gravidez precoce é também alta, mas há grandes diferenças regionais: por exemplo, 20.5% de mulheres, em Maputo Cidade, e 51.7%, em Nampula, tiveram seu primeiro filho antes dos 18 anos<sup>18</sup> (UNICEF 2015a, 2015b).

Embora Moçambique tenha mantido um crescimento económico e estabilidade macroeconómica nas últimas duas décadas até 2017, as rápidas taxas de crescimento económico não se exprimiram na redução da pobreza. Prevvia-se que os investimentos provenientes da extracção de recursos naturais aumentassem as receitas públicas até 7% do produto interno bruto (PIB). Mas os mega-projectos de capital intensivo que poderiam acentuar o padrão de desenvolvimento de Moçambique não se estão a traduzir num crescimento que gera uma redução significativa da pobreza ou aumento das oportunidades de emprego. Contra o espectro deste desafio de estimular, a longo prazo, um crescimento mais inclusivo, surgiram, em 2016, grandes empréstimos externos anteriormente não declarados. As consequências desses empréstimos, conjugadas com (a) o adiamento da exploração de gás natural na bacia do Rovuma; (b) a mudança do paradigma de ajuda externa de "ajuda ao desenvolvimento" para "investimento privado para crescimento económico" que leva a diminuição da ajuda externa; (c) o ambiente adverso da economia global; (d) o elevado custo económico da corrupção levaram a uma rápida e dramática deterioração do quadro macroeconómico<sup>19,20</sup>. Verificou-se a redução da taxa de crescimento de 8% projectada em 2015 para 3,3%; depreciação do valor da moeda nacional, reduzida capacidade de importação. Em 2020 a economia contraiu para um *deficit* estimado em 30,8% do PIB contra 19,9% em 2019 principalmente por

<sup>11</sup> Instituto Nacional de Estatísticas (INE). 2021. *Op. Cit*

<sup>12</sup> Taxa de fecundidade 5,2; Taxa de mortalidade infantil 67,3; Taxa de mortalidade materna 451,6 (Censo Populacional 2017)

<sup>13</sup> Grupo do Banco Mundial. 2017. Associação Internacional de Desenvolvimento/International Finance Corporation e Agência Multilateral de Garantia de Investimentos Quadro de Parceria por País para a República de Moçambique para o Período AF17-AA21. Relatório N.º 104733-MZ.

<sup>14</sup> Embaixada da Suécia. 2019. Moçambique: Análise Multidimensional da Pobreza - Estado e Tendências.

<sup>15</sup> UNAIDS. 2018. AIDS Country Factsheet Mozambique 2018. <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1864/Mozambique-Nutrition-Profile-Mar2018-508.pdf>

<sup>16</sup> USAID. 2018. Mozambique Nutrition Profile.

<sup>17</sup> USAID Moçambique. 2019. Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento do País (CDCS) Dezembro de 2020-Dezembro de 2025.

<sup>18</sup> UNICEF. 2020. *Op. Cit*.

<sup>19</sup> Grupo Banco Mundial. 2017. *Op. Cit*.

<sup>20</sup> Weimer, Bernhard & João Carrilho. 2017. A Economia Política da Descentralização em Moçambique: Dinâmicas, Efeitos, Desafios. Maputo IESE

causa das baixas receitas de exportação<sup>21</sup>. Estes factores, associados a situação de conflito e ao impacto económico da pandemia da COVID-19 colocam o país numa crise socio-económica generalizada que leva ao aumento do encerramento de empresas e do desemprego.

Nos últimos três anos, Moçambique continuou a trabalhar na consolidação da paz e estabilidade política, apesar da tensão criada pela Junta Militar da Renamo (dissidente deste partido após a nova liderança da Renamo por Ossufo Momade) que tem resultado em ataques armados na Região Central. A OIM estimou que, em finais de 2020, estes ataques haviam criado 7038 deslocados, sendo 28% mulheres, 54% crianças e 18% homens<sup>22</sup>. O país está a testemunhar, desde 2019, o recrudesimento de ataques militares do que se acredita ser uma insurreição de inspiração islâmica iniciada em 2017 na província de Cabo Delgado, rica em gás, tendo feito, aproximadamente, 2,800 vítimas mortais e mais de 800 000 deslocados até Julho de 2020, sendo 31% mulheres, 23% homens e 46% crianças incluindo crianças desacompanhadas<sup>23, 24</sup>.

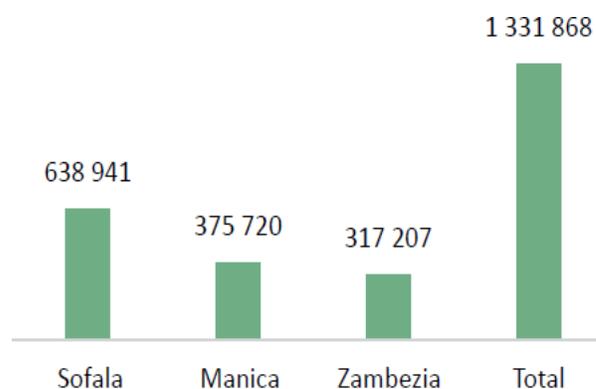
Outros factores que contribuíram para o lento crescimento foram os efeitos dos ciclones Idai e Kenneth, em 2019, as secas cíclicas na região Sul do país, a desertificação associada ao desflorestamento e a desaceleração da exploração do carvão, que afectou o PIB. A pobreza foi mais agravada por estes factores, mas também pela tempestade tropical Chalane, em 2020, e o ciclone Eloise, em 2021, que terão abalado tanto os agregados familiares mais vulneráveis urbanos como rurais em áreas das províncias afectadas da região Centro do país.<sup>25</sup>



Imagem: ONU Mulheres / C. Costa

<sup>21</sup> African Development Bank Group. Mozambique Economic Outlook. <https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/mozambique/mozambique-economic-outlook>

<sup>22</sup> International Organization for Migration (IOM). 2020. DTM Mozambique: Baseline assessment on insecurity-induced displacement Central Mozambique: Round 1 November 2020. DTM & INGC



Source: World Bank staff calculations.

**Figura 1:** Estimativa de pessoas pobres directamente afectadas pelas cheias e ventos destrutivos associados ao ciclone Idai

## Sobre o Perfil de Género

A ONU Mulheres e a Delegação da União Europeia em Moçambique conjugaram esforços para apoiar a elaboração do presente Perfil de Igualdade de Género. Esta parceria decorre dos esforços para o alcance dos compromissos visando a igualdade e a integração de género.

Os Perfis Nacionais de Igualdade de Género são um instrumento fundamental para a monitoria do progresso dos compromissos/resoluções definidos pela Declaração de Beijing e Plataforma de Acção e outras políticas ao nível da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres. Os perfis também ajudam a verificar a adopção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e as respectivas Metas de Desenvolvimento Sustentável.

Em Moçambique, o primeiro Perfil de Género foi elaborado e publicado no ano de 2016 com o apoio da União Europeia. O situação de igualdade de género em Moçambique ao nível macro, médio e micro, identificar os constrangimentos e as oportunidades para a promoção da igualdade de género no país, e propor recomendações práticas e operacionais". Tratando-se do segundo exercício dessa natureza, este toma o primeiro como ponto de partida da sua análise ao mesmo tempo que discute o progresso do país no que concerne à igualdade de género e ao empoderamento de mulheres e

<sup>23</sup> International Crisis Group. 2021 (11 June) Stemming the insurrection in Mozambique's Cabo Delgado. Africa Report N° 303

<sup>24</sup> IOM. 2021. DTM Mozambique: Baseline Assessment Round 12 (April 2021): cabo Delgado, Nampula, Niassa, Sofala and Zambézia provinces

<sup>25</sup> Banco Mundial. 2020. Actualização Económica de Moçambique: Atenção à Lacuna do Investimento Rural.

raparigas nas diferentes esferas considerando os compromissos assumidos pelo Governo de Moçambique.

Para atingir tais objectivos o presente perfil concentra-se em:

- i. Colectar dados desagregados relacionados com a situação actual de igualdade de género nas áreas económica, política, social e cultural;
- ii. Actualizar o estado das realizações do país em relação à igualdade de género no que diz respeito às metas acordadas internacionalmente e planos nacionais sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (CEDAW, Plataforma de Beijing, Comissão sobre o Estatuto das Mulheres);
- iii. Identificar barreiras e oportunidades para o alcance das metas de igualdade de género e empoderamento das mulheres e raparigas a nível nacional, regional e internacional, nas diferentes áreas e sectores;
- iv. Avaliar a capacidade institucional dos ministérios sectoriais e outras partes interessadas na promoção da igualdade de género;
- v. Avaliar o contexto legal e político do país sobre igualdade de género e empoderamento de mulheres e raparigas;
- vi. Avaliar como desastres naturais e crises humanitárias e de saúde pública recentes (ciclones Idai e Kenneth, Eloise, os conflitos no Centro e Norte e a pandemia da COVID-19) tiveram impacto sobre a igualdade de género e quais as características da resposta dada;
- vii. Recomendar áreas estratégicas de intervenção que precisam ser reforçadas para permitir a promoção da igualdade de género e o empoderamento de mulheres e raparigas nos diferentes sectores.

## Metodologia

A elaboração do Perfil de Igualdade de Género em Moçambique adoptou uma abordagem metodológica eminentemente qualitativa com o objectivo de providenciar o contexto e explanação para os indicadores quantitativos. Foram privilegiadas duas formas de recolha de dados para posterior análise:

- **Revisão documental:** Uma ampla revisão da literatura existente cobriu registos oficiais

(relatórios, planos, documentos legais e avaliações), relatórios de parceiros e de organizações da sociedade civil, em geral, bem como estudos científicos e artigos académicos de revistas de especialidade. Foram consultados e revistos mais de 100 documentos incluindo políticas, estratégicas, documentos estatísticos, balanços de actividades, estudos de base e avaliações de implementação de projectos e actividades, análises de género e de temas actuais relevantes para este perfil. Enquanto dados oficiais foram determinantes para se alcançar informação desagregada sobre a situação actual, artigos académicos permitiram fazer uma incursão sobre as discussões actuais sobre o estágio de cada uma das áreas.

- **Entrevistas a 52 informantes-chave:** As entrevistas foram realizadas com um conjunto de informantes-chave cujas posições e percursos profissionais os certificam como autoridades com poder de esclarecimento sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres e Raparigas em Moçambique. Foram realizadas entrevistas individuais e em grupo, na maior parte das vezes seguindo o formato digital seguindo às recomendações para redução do contacto físico como forma de reduzir o risco de infecção e propagação da COVID-19. No decorrer do texto, apenas é apresentado o sector de proveniência dos informantes identificados no documento de forma a garantir a preservação da sua identidade e cumprimento de preceitos éticos. A tabela 1 apresenta a origem sectorial dos entrevistados desagregados por sexo.

Categoria de informante-chave	Mulher	Homem	Total
Representante do Governo	7	3	10
Sociedade civil	8	1	9
Nações Unidas	10	2	12
Doador	18	3	21
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>9</b>	<b>52</b>

**Tabela 1:** Informantes-chave entrevistados por categoria de instituição e sexo

A primeira versão do documento passou pela avaliação crítica de uma especialista de género no país. Após a incorporação das recomendações, os dois primeiros rascunhos foram revistos e comentados pelas equipas da ONU Mulheres e da União Europeia.

- **Validação de resultados:** Os dados triangulados da documentação e das entrevistas ajudaram a desencadear um processo de análise e verificação com o objectivo de responder às perguntas inicialmente colocadas para a realização do perfil. Todo esse exercício, por sua vez, deu lugar a produção de um relatório preliminar que foi seguidamente partilhado com as partes interessadas. Seguiram-se sessões de validação com as diferentes categorias de stakeholders: Governo, Sociedade Civil, Nações Unidas e doadores. As contribuições destas sessões retroalimentaram o documento permitindo a elaboração do Relatório Final.

## Limitações para a elaboração do perfil de igualdade de género

- **Indisponibilidade de dados actualizados:** O perfil de igualdade de género cobre de forma generalizada as áreas sociais, económicas e culturais em que assentam as relações de género. A produção de dados estatísticos e analíticos no país não é regular e estes não estão disponíveis de forma compilada e organizada. A escassez de dados actualizados dificultou o exercício de comparação com os dados do perfil de género de 2016. Adicionalmente, algumas áreas (mencionadas na análise), continuam sem produzir de forma consistente dados desagregados por sexo que permitam responder aos indicadores de igualdade de género. Como resultado, não foi possível recolher estatísticas actuais no sector da cultura, por exemplo.
- **Indisponibilidade de informantes-chave:** as actividades de recolha de dados para a elaboração deste perfil decorreram durante o período de confinamento decretado pelo Estado de Emergência e de Calamidade decretado pelo Governo de Moçambique como medida para achatar a curva de infecção da COVID-19. O ritmo e disponibilidade dos profissionais estava a sofrer adaptações e como consequência constatamos a indisponibilidade ou o não retorno de alguns informantes-chave às solicitações de entrevistas individuais e em grupo. Alguns membros da sociedade civil expuseram a fadiga de constantes solicitações para responder a tópicos que no seu ponto de vista eram repetidos e, por outro lado, a intensidade e sobreposição de trabalho no modelo virtual, incluindo solicitação de entrevistas.

- A elaboração de exercícios esta natureza seria enriquecida no futuro com a constituição de um repositório que compile documentação na área de género das mais diferentes fontes. Apesar da partilha de documentos pela instituições financiadoras deste perfil e do arquivo pessoal da consultora, recorrentemente a consultora teve que solicitar a partilha de informação e dados aos informantes-chave, durante as entrevistas; confiar na sua experiência de trabalho no país e nas pesquisas na internet como forma de reunir recursos essenciais.

## Estrutura do Relatório

Para além desta parte introdutória, o presente relatório conta com quatro capítulos, ao que se seguem as conclusões e recomendações. O primeiro capítulo faz a apresentação do estágio de avanço do país em relação aos compromissos assumidos no concerto das nações, primariamente em torno do aprimoramento das suas instituições e mecanismos político-administrativos e legais. O segundo capítulo debruça-se sobre os problemas sistémicos que têm potencial de influenciar os progressos ou retrocessos na promoção da igualdade de género como infraestruturas, pobreza, violência baseada no género (VBG), passando pela questão da protecção social, segurança alimentar e inclusão digital. O terceiro capítulo apresenta factores que estruturam a desigualdade de género no país. O quarto capítulo lança uma luz sobre assuntos emergentes do país com impacto sobre a Igualdade de Género, como as situações de instabilidade e guerra, a indústria extractiva e a pandemia da COVID-19. Na última secção do Relatório, sob o título conclusões e recomendações, apresentamos a súpula da análise efectuada e avançamos sugestões que podem ser usadas como subsídios para a elaboração de políticas e orientação de práticas de género em Moçambique e noutros contextos.



## Capítulo 1: Cumprindo com os Compromissos de Igualdade de Género

### 1.1. Mecanismos Institucionais, Plataforma Nacional de Género e Quadro Legal

O Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS) foi criado no ano 2000, como o órgão responsável pelas questões de género, bem como pelas questões de coordenação relacionadas com a mulher e o desenvolvimento. O nome foi subsequentemente alterado para "Ministério da Mulher e da Acção Social" (MMAS, 2005) e para o actual "Ministério do Género, Criança e da Acção Social" (MGCAS, 2015), mas ainda é a entidade central do governo a abordar as políticas e regulamentos de Género e a liderar o Mecanismo de Coordenação Nacional de Género.

No seu escopo de actividades, o MGCAS é responsável pela coordenação e monitoria da implementação dos diversos compromissos internacionais e regionais ratificados pelo país para a promoção da igualdade de género, conforme resumidamente apresentados no Anexo 1.

O último Perfil de Igualdade de Género do país destacou o quadro político, institucional e jurídico favorável a inclusão da promoção do género nos principais documentos de planificação (PQG e PARP), e a concepção de Estratégias Sectoriais de Género em alguns ministérios (Saúde; Educação e Desenvolvimento Humano; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Energia e Recursos Minerais; e Administração Estatal e Função Pública). Moçambique tem continuado essa tendência positiva. O Plano Quinquenal do Governo 2020-2024 (PQG), no Pilar do Desenvolvimento do Capital Humano, prevê a promoção da igualdade e equidade de género, inclusão social e protecção dos segmentos mais vulneráveis da população, como um dos seus objectivos estratégicos. É, igualmente, dada especial atenção a compromissos como a garantia de protecção e combate à violência baseada no género<sup>26</sup>.

O ambiente legal do país é também condutivo à igualdade de género. O último Perfil de Género recomendou a aprovação de legislação pertinente, sendo que, desde a sua elaboração, o país passou vários instrumentos legais estratégicos para a promoção da igualdade de género. Em finais de 2015 foi aprovada a **Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros (2016 - 2019)**. No ano de 2018, foram adoptados importantes instrumentos legais e programáticos, tais como a Política de Género e a sua Estratégia de Implementação, o IV Plano Nacional de Acção para Avanço da Mulher 2018-2024, o Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género 2018-2021, e o Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança 2018-2022. Além disso, foram também aprovadas a Estratégia de Inclusão do Género no Sector da Saúde 2018-2023 e a Estratégia de Género no Sector da Educação 2018-2022. Um marco significativo foi a aprovação da Estratégia de Género na Administração Pública 2020-2024, em 2020 que evidencia o fortalecimento da representatividade equitativa nos órgãos de tomada de decisão e a necessidade de formação dos governantes em matérias de género e o incremento de actividades e responsabilidades para homens no avanço da promoção da igualdade de género em todos os níveis do sector.

No fórum legislativo actual, foi aprovada a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (Lei n.º 19/2019, de 22 de Outubro). Esta lei, que contou com as contribuições de Organizações da Sociedade Civil (OSC), estabelece 18 anos como idade de consentimento para casar, criminaliza e estipula sanções para pessoas envolvidas em uniões com menores de 18 anos, (incluindo para membros das famílias, membros das comunidades e pessoal do Estado que tenha conhecimento e não denuncie), bem como formas de reparação de danos a raparigas que sejam vítimas de tais práticas. Nesse mesmo ano, a Lei de Sucessões foi revista (Lei n.º 23/2019, de 23 de Dezembro) para assegurar que a mulher sobrevivente seja a principal beneficiária em caso de morte do marido.

<sup>26</sup> GRM. 2020. Relatório Moçambique: Revisão Nacional Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Maputo.

## 1.2. Coordenação e Liderança

Sendo um tema multidimensional, envolvendo uma variedade de intervenientes, a igualdade de género é abordada por diferentes espaços temáticos que operam simultaneamente, sejam eles formalizados ou não. O Ministério é o principal órgão governamental responsável pela coordenação dos processos de promoção da igualdade de género. Internamente, a Direcção Nacional de Género (DNG) responsável pelos programas de apoio e empoderamento da mulher.

Desde 2003 que o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (CNAM) está a funcionar com o objectivo de promover e implementar políticas de género em todos os sectores em Moçambique. O CNAM é um órgão consultivo do Ministério composto por seis Ministros do Governo<sup>27</sup>; representantes de organizações da sociedade civil (OSC) (Fórum Mulher, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade e Associação de Mulheres Camponesas); dois representantes de grupos religiosos (o Conselho Cristão de Moçambique e a Igreja Católica); um representante dos sindicatos (a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos) e um representante do sector privado (a Confederação das Associações Económicas)<sup>28</sup>.

O CNAM é composto por dois órgãos: O Secretariado Executivo e o Conselho Técnico. O Secretariado é responsável pela gestão e implementação das actividades. O Conselho Técnico engloba os Pontos Focais de Género dos Ministérios com Unidades de Género (Educação e Desenvolvimento Humano; Saúde; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Género, Crianças e Acção Social; Defesa e Segurança; Interior; Energia e Recursos Minerais; Negócios Estrangeiros e Cooperação; Mar, Águas Interiores e Pescas; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e representantes de outras instituições públicas. O CNAM é o mecanismo de engajamento com as organizações oficiais, OSC, o sector privado e instituições religiosas. As suas funções incluem a promoção e monitora da implementação das políticas de género do governo - particularmente do Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM) e a Política de Género e Estratégia da sua Implementação (PGEI).

<sup>27</sup> O Ministro da Economia e Finanças, como Vice-Presidente; Ministro da Saúde; Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano; Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Ministro da Administração Estatal e Função Pública; e Ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social.

O Parlamento Moçambicano (AR) tem diferentes canais para abordar questões de igualdade de género. Existe uma Comissão sobre Género, Assuntos Sociais, Tecnologia e Comunicação Social, o Grupo das Mulheres Parlamentares, a Rede de Mulheres no Governo e no Parlamento, e a Bancada das Mulheres. Enquanto a Comissão aborda a deliberação de questões relevantes, os outros órgãos trabalham especificamente sobre questões de igualdade de género.

O Grupo de Coordenação de Género (GCG) é um mecanismo de coordenação de vários intervenientes com a participação de agências da ONU, doadores bilaterais, organizações da sociedade civil, do sector privado bem como órgãos governamentais tais como ministérios, a DNG e o CNAM. Este Grupo é actualmente liderado pelo MGCAS com apoio da Agência Catalã, e os seus objectivos iniciais incluem "(a) reforçar a coordenação e assegurar um diálogo político aprofundado entre o Governo e as outras partes interessadas no que respeita às questões de género, (b) apoiar o funcionamento eficaz e a monitoria de políticas destinadas a promover a equidade nas relações de género incluídas no PARPA e no PGEI, incluindo a reforma jurídica, (c) contribuir para a análise e investigação de questões de género relacionadas com a política, centrando-se no PARPA e no PGEU, (d) apoiar mecanismos de coordenação que visem questões de género a nível provincial, e (e) reforçar a capacidade dos seus membros e outros intervenientes para analisar questões de género e estratégias de advocacia"<sup>29</sup>.

Entre as OSC, e para além do CNAM, o Fórum Mulher é a agência coordenadora que aborda os direitos das mulheres e o empoderamento económico e político da mulher. A Coligação para a Eliminação das Uniões Prematuras (CECAP) é composta por OSC que trabalham na área e dedica-se ao processo de coordenação e advocacia nesta área. O recentemente criado Observatório das Mulheres (Abril de 2021), uma iniciativa de vários colectivos de mulheres da sociedade civil, emergiu com o objectivo de mapear movimentos e grupos informais de mulheres para projectar vozes alternativas e potenciar abordagens transformadoras, assumindo-se simultaneamente como um canal de monitoria das violações dos direitos das mulheres no país.

O MGCAS tem uma grande preocupação com o reporte de resultados. O seu papel é de monitorar a implementação das

<sup>28</sup> Karberg, Sindy. 2015. *Participação Política da Mulher e a sua Influência no Empoderamento das Mulheres em Moçambique*. Friedrich Ebert Stiftung.

<sup>29</sup> Tvedten, Inge et al. 2008. *Gender Policies and Feminisation of Poverty in Mozambique*. CMI Report: 13

acções concernentes à igualdade de género pelos vários sectores segundo os planos nacionais, incluindo a inclusão nos planos e orçamentos sectoriais e respectiva prestação de contas. Segundo as entrevistas realizadas nesta instituição, nos últimos anos melhorou o sistema de recolha de dados e a capacidade de realizar monitoria, especialmente por estar integrada no CNAM. No entanto, a acção do MGCAS poderia incluir de forma mais afinada a identificação de lacunas e necessidades dos diferentes ministérios, de forma a garantir a provisão de apoio técnico a todos os níveis.

Adicionalmente, no processo de monitoria é necessária a definição de consequências para o caso de não cumprimento das metas de igualdade de género por sector. Verifica-se um desnível entre o desempenho dos diferentes sectores: Ministérios que se dedicam à dimensão social, como o Ministério da Saúde (MISAU) e o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) possuem instrumentos, programas e iniciativas de longo prazo, incluindo dentro da estrutura orgânica, para promoção de igualdade de género e, em algumas áreas, os resultados são visíveis (paridade de género nas matrículas do ensino primário e secundário ou resposta holística do MISAU aos casos de violência baseada no género - VBG). Em contraste, noutros sectores como, por exemplo, Ambiente e Terras, Interior, Obras Públicas e Habitação, Recursos Minerais e Energia, Agricultura, as dificuldades são ainda primárias, com limitada desagregação de dados por sexo ao nível da planificação.

### 1.3. Dados Desagregados por Sexo sobre Estatísticas de Género

A desagregação de dados por sexo permite medir as diferenças entre homens e mulheres nas diversas dimensões sociais e económicas e, constituem um dos requisitos para a obtenção de estatísticas de género. No contexto moçambicano, a disponibilidade de estatísticas actualizadas - quanto mais desagregadas por sexo - continua a ser um grande desafio. O último Inquérito de Indicadores Múltiplos do Grupo (MICS) data de 2008, os mais recentes Inquéritos Demográficos de Saúde (IDS) datam de 2011 e o último Recenseamento Geral da População (2017) ainda não está

formalmente finalizado. Algumas felizes excepções são o Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF), de 2019/20, e, do mesmo ano, o Inquérito de Indicadores sobre Imunização, Malária e HIV (IMASIDA), com um relatório suplementar em 2019. A falta de dados desagregados por sexo é mais acentuada para a categoria de crianças. Muitas vezes se os dados são desagregados a nível de adultos, eles não são desagregados a nível de rapazes e raparigas.

A nível sectorial, sector de saúde possui o Sistema de Informação de Saúde de Moçambique para Monitoria e Avaliação (SIS-MA) sob gestão do Ministério da Saúde desde 2017. O SIS-MA tem como objetivo principal apoiar a coleta, análise, interpretação e disseminação contínua e sistemática de dados em saúde incluindo a desagregação por sexo, idade e populações-chave. No entanto o SIS-Ma ainda não está globalmente integrado nos diferentes programas de saúde (por exemplo no programa do cancro), deixando de fora dados relevantes sobre padrões de doença em homens e mulher. Adicionalmente, o sistema não permite captar desigualdades e inadequações no acesso desigual aos cuidados de saúde e serviços relacionados para homens e mulheres nas diferentes faixas etárias.

O Ministério do Interior, a partir do Gabinete de Aconselhamento à Família e Menor Vítima de Violência (GAFMUV) produz relatórios regulares que geram dados desagregados por sexo sobre os casos de violência denunciados a polícia. Este ministério desenvolveu com o apoio de especialistas informáticos, uma plataforma (software) de registo, gestão e controle dos casos de VBG *InfoViolência*, testada em 2020 no âmbito do programa *Spotlight*<sup>30</sup>. Esta plataforma responde de forma holística a lesgilação nacional no âmbito do mecanismo integrado multisectorial que usa a ficha única. Esta já era bastante esperada devido à lacuna que o país ainda possui para medir a prevalência de VBG. Contudo, a Plataforma *InfoViolência* não retira a necessidade de um inquérito nacional autónomo sobre violência, que não cubra apenas os casos recebidos pelas unidades sanitárias ou esquadras (como no caso da plataforma *InfoViolência*), mas que também faça um diagnóstico comunitário global sobre a violência. O último inquérito nacional sobre violência data de 2004<sup>31</sup>.

O Instituto Nacional de Estatísticas produz anualmente dados estatísticos que geram informação relevante para perceber as dinâmicas de género no país: "Mulheres e Homens em

<sup>30</sup> O programa Spotlight é uma iniciativa para a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher e a rapariga no Sul Global. Com o apoio financeiro da União Europeia e de coordenação das Nações

Unidas, em Moçambique a iniciativa é liderada pelo Governo. <https://www.spotlightinitiative.org/mozambique>

<sup>31</sup> MMAS.2004. Inquérito sobre Violência contra a Mulher. Maputo.

Moçambique" e "Estatísticas sobre Violência Doméstica". Estas contêm dados desagregados por sexo de censos, inquéritos e registos administrativos dos sectores. Embora tenha sido criada a Unidade de Estatísticas de Género no INE em 2017, verifica-se que ainda existe uma lacuna significativa na capacidade estatística de gerar dados e indicadores que avaliem o progresso no alcance da igualdade de género em algumas áreas críticas de preocupação. Alguns exemplos incluem:

- Pobreza: a persistência e crescente peso da pobreza para as mulheres;
- Crises humanitárias: vulnerabilidade das mulheres em situações de crises humanitárias decorrentes de conflitos, desastres naturais, etc.;
- Economia: desigualdades nas estruturas e políticas económicas, em todas actividades produtivas e no acesso à recursos;
- Poder e tomada de decisão: desigualdade entre homens e mulheres na partilha de poder e tomada de decisão à todos os níveis;
- Direitos Humanos: transgressão de direito e promoção inadequada dos direitos humanos que respodem de forma particular às mulheres;
- Meios de comunicação: estereotipação da mulher e desigualdade na participação e acesso da mulher nos sistemas de comunicação;
- Raparigas: persistente discriminação e violação dos direitos da rapariga.

Sem estatísticas de género que medem a situação de mulheres e homens e seus papéis nas esferas social, económica, de saúde e política, os tomadores de decisão têm capacidade limitada para avaliar o progresso em alcançar a igualdade de género ou priorizar acções para lidar com as disparidades de género.

Os diferentes programas e projectos implementados por Organizações Não-Governamentais (ONGs), com apoio dos parceiros bilaterais e multilaterais, produzem estatísticas desagregadas por sexo que se centram nas áreas específicas de actuação e temas particulares em que trabalham. No contexto nacional, a troca e partilha de informação é ainda um desafio. Se este problema fosse ultrapassado, a quantidade e qualidade de dados existentes seria melhorada.

Para além do Recenseamento Geral da População e Habitação, o país realiza os recenseamentos eleitorais antes da realização de eleições gerais ou autárquicas. Uma

possibilidade para o alargamento da disponibilidade de dados pode passar pela inclusão de questões de género relevantes para os grupos abrangidos pelos recenseamentos eleitorais.

## 1.4. Orçamentação na Óptica de Género

A primeira experiência de Moçambique com a planificação e orçamentação na óptica de género (POOG) data de 1998. A iniciativa foi liderada pelo Ministério do Plano e Finanças (MPF), que instruiu vários ministérios a desagregarem os seus orçamentos de recursos humanos e de investimentos por sexo.

A segunda iniciativa foi lançada e apoiada pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM) em duas fases. A primeira fase (2003-2005) visava sensibilizar e capacitar os actores-chave que normalmente estão envolvidos em processos de orçamentação, como a plataforma nacional das mulheres, os funcionários de planificação e orçamentação e os pontos focais de género dos ministérios de tutela.<sup>32</sup>A segunda fase (2005-2008) centrou-se directamente na orientação da incorporação efectiva de uma dimensão de género na política nacional, na planificação e nos processos orçamentais. Para além de enfatizar o aparato central de políticas, planificação-orçamento, foram seleccionadas várias áreas temáticas chave como projectos-piloto, incluindo políticas e programas relacionados com a violência contra as mulheres (Ministério do Interior) e HIV e SIDA e saúde materna (MISAU). Um dos principais ganhos foi a incorporação pela primeira vez de assuntos de género num instrumento de planificação estatística de carácter macro - PARPA II 2006/2009 com dois indicadores: 1) integração de género na planificação do Plano Económico e Social e Balanço do PES 2) aprovação e implementação da Política de Género e Estratégia de Sua Implementação. A Estratégia incluiu objectivos mensuráveis em matéria de recolha de dados desagregados por sexo; taxas de admissão, retenção e graduação feminina na escola; emprego para mulheres no trabalho não-agrícola; e taxas de mortalidade materna reduzidas e aumento dos cuidados de parto assistido. Neste mesmo ano (2005), ao Gabinete Parlamentar das Mulheres incumbiu-se a tarefa de promover o aumento da representação feminina em funções de

<sup>32</sup> Holvoet, Nathalie & Liesabeth Inberg. 2014. Gender Responsive Budgeting and the Aid Effectiveness Agenda: Experiences from Mozambique. *Journal of International Women's Studies*, 15(2), pp 61-79.

liderança<sup>33</sup>.

A partir dos meados de 2007, a abordagem da POOG tornou-se mais intencional e aprofundada ao destacar explicitamente os potenciais benefícios no contexto de novas modalidades de ajuda. Os ministérios foram instruídos não só a delinear os seus objectivos, mas também a identificar potenciais consequências em termos de igualdade de género para esses objectivos. A terceira fase (2009-2012) centrou-se em assegurar a sustentabilidade dos esforços anteriores, todas as orientações para a elaboração do PES e do Orçamento do Estado incluíram critérios sobre as mulheres<sup>34</sup>. Em 2013, no quadro da introdução da orçamentação por programas o Ministério de Economia e Finanças (MEF) criou no módulo de elaboração do orçamento de Estado um código programático para a igualdade de género designado MAS16 que visava permitir o rastreamento das acções planeadas por todos os sectores e a respectiva alocação orçamental.

No entanto, um relatório de progresso sobre a implementação do Protocolo Revisto sobre Género e Desenvolvimento da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) indica que, no exercício financeiro 2016/2017, a percentagem de recursos financeiros atribuídos às instituições responsáveis por género para todos os Estados Membros da SADC foi inferior a um por cento do total dos Orçamentos Nacionais em comparação com outros ministérios. As baixas dotações são primeiramente atribuídas ao pressuposto de que as instituições recebem apoio financeiro de organizações internacionais de desenvolvimento para implementar programas. Adicionalmente, as afectações orçamentais marginais ao género poderiam ser devidas à directiva que foi colocada em todos os ministérios governamentais para integrar o género nos seus programas e processos. Assume-se que as questões que afectam mulheres e homens e que normalmente poderiam ser abordadas pelos ministérios de género, serão cobertas por todos os ministérios à medida que estes implementam as suas iniciativas em diferentes sectores<sup>35</sup>.

O empenho para fortalecer a POOG continua sob liderança do Ministério da Economia e Finanças que para além de continuar a capacitar, explora os processos de reforma do sistema de planificação e orçamento para fortalecer a POOG. No âmbito da iniciativa Spotlight, o Ministério de Economia e

Finanças (MEF) em 2020 capacitou quadros aos níveis central, provincial e distrital em planificação e orçamentação com enfoque nas acções de prevenção e combate a SGBV e uniões prematuras.

O Centro de Coordenação de Assuntos de Género (CECAGE) da Universidade Eduardo Mondlane, em parceria com o MEF, realiza anualmente desde 2011 formações sobre POOG. No intervalo de 10 anos o CECAGE formou 527 participantes (304 mulheres e 223 homens) que incluem essencialmente funcionários de ministérios e parlamentares. Em 2020 e 2021, devido à COVID-19, o número de participantes reduziu significativamente (8 e 13 respectivamente) contrariamente a média de 35 participantes do anos anteriores. A sociedade civil foi sempre capacitada sobre a matéria com enfoque na sua função de advocacia e monitoria. Em 2020, o MEF organizou consultas com organizações da sociedade civil em Maputo e nas províncias de Gaza e Manica para melhorar a POOG. Em Junho de 2021, as OSC que trabalham na monitoria social das Finanças Públicas foram capacitadas para reforçar os seus conhecimentos e sensibilidade sobre a orçamentação sensível ao género, com vista a influenciar a integração de género ao longo do ciclo orçamental e monitorar a execução de verbas para a implementação de políticas de promoção da igualdade de género em Moçambique. Estas capacitações se enquadram-se nas actividades do Programa para a Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, financiado pela União Europeia.

Embora as capacitações de POOG existam, continuam limitações dos funcionários e implementadores para entender o significado, contexto e dinâmicas de género nos sectores de forma a permitir a incorporação efectiva da POOG. Há reconhecimento de limitada capacidade técnica para realizar análises mais pormenorizadas e de reduzida parceria entre o MGCAS e MEF.

<sup>33</sup> Stotsky, Janet, Lisa Kolovich & Suhaib Kebhaj. 2016. Sub-Saharan Africa: A Survey of Gender Budgeting Efforts. International Monetary Fund Working Paper.

<sup>34</sup> Holvoet, Nathalie & Liesbeth Inberg. 2014. *Op. Cit.*

<sup>35</sup> SADC Secretariat (2020) Gender Responsive Budgeting: A Summary of Issues and Findings of the SADC Gender and Development Monitor 2018. Policy Brief No. 2.

## 1.5. Fortalecimento da Capacidade Nacional

Conforme acima mencionado, a percentagem de recursos financeiros investidos na plataforma de género, particularmente no MGCAS, é reduzida para a implementação de actividades. Além disso, há indicações de que as Unidades de Género (UG) e os Pontos Focais de Género (PFG) não estão efectivamente institucionalizados, carecem de uma forte liderança, capacidade técnica e administrativa e, como resultado, não são capazes de operacionalizar objectivos estratégicos em acções concretas<sup>36</sup>. A título de exemplo, a dotação orçamental para o CNAM, em 2016, foi de 1.268.814,00 MZM, um valor numericamente muito semelhante à dotação de 2007

(1.203.000,00 MZM). Isto significa que, em dez anos, o orçamento real diminuiu consideravelmente<sup>37</sup>.

Além do Orçamento do Estado, o MGCAS recebe um grande apoio dos parceiros de cooperação. Em 2016, os principais parceiros de apoio incluíam a UNICEF, FNUAP, ONU Mulheres, Banco Africano de Desenvolvimento e Agência Catalunya. O Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento da ONU (UNDAF) para 2017 a 2020 teve como um dos seus resultados o reforço da capacidade do MGCAS para coordenar, monitorar e supervisionar a implementação dos compromissos em matéria de igualdade de género. A União Europeia providencia 28 milhões de Euros à Iniciativa *Spotlight* para a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, coordenada pelo governo, através do MGCAS, e implementada por agências das Nações Unidas e OSC.

Como parte desta abordagem, ao longo do período em causa, vários parceiros prestaram apoio técnico que incluem apoio na produção e uso de dados desagregados por sexo; afectação de equipamento TIC e mobiliário a departamentos provinciais e distritais; apoio técnico a coordenação da implementação de estratégias aprovadas como foi o caso do apoio à **Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros** com a produção de brochuras e campanhas como a “Ponto Final as Uniões Prematuras”. Além disso, foi prestado apoio ao MGCAS para conduzir uma divulgação, a nível nacional, do Plano Nacional sobre

Mulheres, Paz e Segurança, alcançando mais de 1.000.000 de pessoas, cara a cara e através da televisão pública nacional. Na área de capacitação institucional, foi estabelecida uma unidade de Mulheres, Paz e Segurança no MGCAS para apoiar a implementação da agenda do programa.

Na sequência das conclusões do anterior Perfil do País, que indicam a presença de normas socioculturais discriminatórias e práticas prejudiciais contra as mulheres e raparigas, as iniciativas de reforço das capacidades também visaram OSC. Através da Iniciativa *Spotlight*, OSC com foco na promoção da igualdade de género e mulher receberam capacitação em abordagens transformativas à VBG e ao uniões prematuras. Como resultado, seis funcionários-chave das OSC e 180 mulheres foram expostos a acções de sensibilização sobre o impacto negativo das normas discriminatórias para mulheres e raparigas<sup>38</sup>.

## 1.6. Desafios e Oportunidades

No concernente as recomendações do Perfil de 2016, o país enfrentou algumas dificuldades. A capacitação constituía uma das áreas centrais das recomendações. Esta aconteceu, mas foi fraca. Segundo entrevistas com informantes-chave (EIC) realizadas no MGCAS, tal foi o caso devido ao limitado orçamento e à dependência em relação aos parceiros. A institucionalização dos mecanismos de género ainda não é universal para os sectores. Embora tenha crescido o número de sectores que já possuem tais mecanismos, os sectores da Justiça, os sectores do Interior e dos Recursos Minerais e Energia são alguns exemplos com ausências de instrumentos reguladores para promoção de igualdade de género.

No contexto nacional, existe um quadro legal favorável, as diferentes iniciativas em progresso para a promoção da igualdade de género. No entanto, mantêm-se desafios que estão associados a factores como:

(1) *Dificuldade na implementação dos diferentes instrumentos legais e estratégias*. Dificuldades financeiras, de recursos humanos e de estratégia de implementação minimizam o impacto do, cada vez mais enriquecido, quadro legal para a igualdade de género no país;

<sup>36</sup> Karberg, Sindy. 2015. *Op. Cit.*

<sup>37</sup> GRM. 2017. Avaliação e Revisão da Política de Género e Estratégia de sua Implementação em Moçambique. Relatório Final.

<sup>38</sup> UN Mozambique. 2020. United Nations Development Assistance Framework (UNDAF) 2017-2020. 2019 Progress Report.

(2) *Fraca institucionalização da priorização da igualdade de género.* O comprometimento institucional para a priorização da igualdade de género parece depender da sensibilidade da liderança máxima da instituição, levando à situação em que, dependendo da gestão do momento, as questões de género são ou não eficazmente tomadas em consideração (EIC instituição do Estado);

(3) *Lacunas na formação e capacitação de actores-chave nos diferentes sectores em matérias de igualdade de género nos diferentes níveis.* A formação e capacitação em matéria de género, seja em cursos de curta duração ou técnica, bem como a familiarização com os documentos nacionais, regionais e globais em matérias de género, é importante para dotar as instituições, seus líderes e pessoal, em geral, de um entendimento holístico sobre o tópico. Nas entrevistas com informantes-chave percebemos que na generalidade, os funcionários não possuem conhecimento profundo sobre o significado, contexto e medidas para promoção da igualdade de género;

(4) *Inexistência de termos de referência claros em matéria de formação na área de género para os pontos focais.* A inexistência de termos de referência claros com expectativa de formação na área de género faz com que a qualidade dos pontos focais de género seja, em algumas instituições do Estado, questionável em termos de suas capacidades para desenvolver actividades e de granjear respeito e colaboração dos demais funcionários da instituição;

(5) *Excessivo foco em indicadores numéricos para definir e mensurar a conquistas de igualdade de género.* Em grande medida estes indicadores não refletem a transformação e mudança qualitativa nas instituições, práticas e na experiência do dia-a-dia dos cidadãos e; o seu impacto é por vezes questionado (EIC instituição do Estado);

(6) *Dificuldades de implementação de actividades devido às medidas de contenção da COVID-19, mudanças climáticas e conflitos militares.* Tanto as instituições do Estado como parte significativa das OSC apresentam dificuldades para trabalhar remotamente no âmbito da COVID-19. Como consequência, registou-se a redução do staff e do atendimento por parte das instituições que prestam estes serviços e encerramento de alguns centros de acolhimento<sup>39</sup>. Mais ainda, como resultado dos ciclones Idai e Kenneth,mas

também do conflito em Cabo Delgado, desapareceram livros de registo e os dados ainda não informatizados ficaram perdidos, colocando ainda mais desafios à produção de estatísticas de género. Esta situação vem acrescer a já anteriormente reconhecida incapacidade de implementação e resposta eficaz e atempada das instituições.

As oportunidades perdidas, que se podem consolidar em recomendações incluem: (1) a melhoria da base de dados, de modo a que seja alimentada por todos os sectores de forma regular. Neste ponto é também importante insitir na necessidade de maior comunicação, partilha de informação e mapeamento (numa base de dados) das actividades desenvolvidas pelos diferentes stakeholders . O (2) alargamento da formação profissional em género, não apenas através da oferta de alguns módulos, mas também de cursos superiores específicos sobre género<sup>40</sup>; e (3) a necessidade de instrumentos de promoção da igualdade de género e a desagregação dos dados por sexo nos sectores que ainda não o fazem tanto ao nível da planificação como de reporte; mas também aperfeiçoar indicadores e sistemas de recolha de dados em tempo real para questões sensíveis ao género. No concernente a POOG: (4) criar condições para permitir a aplicação dos conhecimentos adquiridos nos POOG nos diferentes sectores incluindo o seguimento deste aquando da mudança de mandato; (5) alargar a participação de funcionários públicos, gestores e especialmente parlamentares (este últimos tem tido fraca participação) nos cursos de POOG para garantir melhor e maior aplicação e monitoria; (6) alocar financiamento para a participação de todos os níveis de participantes os cursos do POOG; (7) reintegrar lista de prioridades de género à matriz de orçamento de modo a facilitar que os sectores reflectam e as integrem nas suas prioridades; (8) priorização de indicadores qualitativos para análise dos progressos de igualdade de género.

Apesar dos desafios, a pandemia da COVID-19 criou novas sinergias. A título ilustrativo, como resultado da impossibilidade de atendimentos presenciais, algumas OSC reforçaram as relações com as rádios comunitárias, com o objectivo de divulgar mensagens e promover debates; e a articulação das OSC com o Ministério do Interior para atendimento às vítimas de violência tornou-se mais próxima

<sup>39</sup> Osório, Conceição, Loforte, Ana & Sérgio Vilanculo. 2021. Relatório de Pesquisa: Desigualdades e Resistência em Tempos de Pandemia - Impactos da COVID-19 nas Mulheres do Sector Informal. WSLA. Maputo.

<sup>40</sup> O Centro de Coordenação de Assuntos de Género da Universidade Eduardo Mondlane, em coordenação com a Faculdade de Letras e Ciências Sociais, introduziu, no ano lectivo de 2021, o curso de Mestrado em Género e Desenvolvimento.

e eficaz<sup>41</sup>. Estas iniciativas fortaleceram sinergias entre actores do Estado e da sociedade civil na resposta à practicas que perigam a igualdade de género e o empoderamento da mulher.



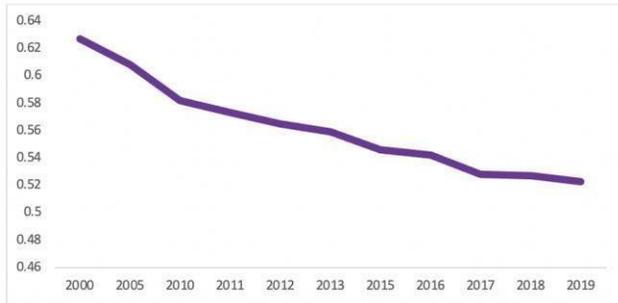
Imagem: ONU Mulheres / C. Costa

---

<sup>41</sup> Osório, Conceição, Loforte, Ana & Sérgio Vilanculo. *Op. Cit.*

---

## Capítulo 2: Problemas Sistémicos



**Figura 2:** Evolução do Índice de Desigualdade de Género em Moçambique, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2019<sup>42</sup>

Esta secção analisa os problemas sistémicos: aqueles que afectam mulheres e homens e podem lançar as bases para uma maior igualdade ou maiores riscos, dependendo de como são tratados. No contexto de Moçambique, para esta análise, problemas sistémicos são abordados tendo em conta os seguintes parâmetros: pobreza, saúde; segurança alimentar e nutrição; violência baseada no género; protecção social; educação e habilidades profissionais; emprego e trabalho; inclusão digital; água e saneamento, energia e transporte; e participação política.

### 2.1. Pobreza

O anterior Perfil d de Género do País salientou que, apesar do crescimento constante e consistente do PIB, de 2001 a 2014, isso não se tinha reflectido na redução da pobreza. Após vários anos consecutivos de crescimento robusto, com uma média de 7 a 8%, o desempenho económico de Moçambique abrandou para 3 a 4% em 2016, devido a condições adversas a nível nacional e internacional. O declínio contínuo dos preços das principais matérias-primas (tais como carvão e gás natural), a redução dos investimentos estrangeiros e a ocorrência de graves desastres naturais são alguns dos factores que explicam este abrandamento. Quase

metade da população (46,3%) continua pobre, tanto em termos monetários como não monetários, sendo que a maioria dessas pessoas (84,9%) reside em áreas rurais<sup>43</sup>. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015 tinha colocado 70,2% da população na "pobreza multidimensional", mas os dados de 2021 indicam que a linha de pobreza multidimensional atinge 15,8% de mulheres e 8,4% de homens, corroborando o conceito de feminização da pobreza<sup>44</sup>.

A desigualdade de género aparece na forma de pobreza entre agregados familiares com chefes diferentes (mulheres vs. homens), onde 63% dos agregados familiares chefiados por mulheres eram pobres, contra 52% para o caso de agregados familiares chefiados por homens. Um dos desafios principais para a redução da pobreza assenta na falta de partilha equitativa do crescimento<sup>45</sup>. Na generalidade, a informação consultada permite concluir que as famílias chefiadas por mulheres em Moçambique apresentam índices de pobreza mais elevados que os agregados familiares chefiados por homens, o que se traduz, no geral, no fraco acesso aos serviços de saúde, educação, bem como na fraca produção e produtividade. O principal sector de actividade destes agregados é o agrícola, no entanto os serviços de extensão, acesso ao crédito, à tecnologia e à comunicação são reduzidos para todos os pequenos produtores mas sobretudo entre as mulheres produtoras e, conseqüentemente, a sua produção e produtividade é baixa. Os seus rendimentos servem principalmente para a compra de alimentos, sendo a sua dieta alimentar pouco variada e limitada<sup>46</sup>.

A posse e segurança da terra constituem, em muitos locais, uma fonte de conflito. Segundo estudos de caso em áreas rurais (de 2020<sup>47</sup> e 2021<sup>48</sup>) do país, a tendência continua a ser que as mulheres tem menos controle e titularidade da posse de terra do que os homens, com estatísticas que não atingem os 30% de posse de terra para as mulheres mantendo assim a proximidade com os dados de 2016 da Direcção Nacional de Terras e Florestas que indicam que apenas 20% das mulheres são detentoras de títulos de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT)<sup>49</sup>, principalmente devido a natureza patriarcal da sociedade e as relações desiguais de poder, implementação inadequada da lei estatutária, e uma menor alfabetização das mulheres e um conhecimento mais

<sup>42</sup> UNDP. 2019. Human Development Report.

<sup>43</sup> The World Bank. 2019. Moçambique: Avaliação da Pobreza: Crescimento Forte mas Não Partilhado.

<sup>44</sup> Osório, Conceição, Loforte, Ana & Sérgio Vilanculo. 2021. *Op. Cit.* pp. 68-69

<sup>45</sup> The World bank. 2019. *Op.Cit.*

<sup>46</sup> Agy, Aleia. 2020. Pobreza no Meio Rural: Situação de Famílias Monoparentais Chefiadas por Mulheres. *Observador Rural*, 83: 1-32

<sup>47</sup> Ntauazi, Clemente; Noyes, Joana & Refiloe Joala. 2020. Rural Women Demand a Seat at the Table in Mozambique's National Land Policy

Review. PLASS. <https://www.plaas.org.za/rural-women-demand-a-seat-at-the-table/>

<sup>48</sup> Zamchiya, Phillan; Ntauazi, Clemente & Joana Noyes. 2021. Gendered implications of formalization of customary tenure in Mozambique. PLASS. <https://www.plaas.org.za/gendered-implications-of-formalisation-of-customary-tenure-in-mozambique/>

<sup>49</sup> Machaze, Flaída & Vicente Mulambe. 2016. Direitos das Mulheres à Terra no Contexto da Pluralidade de Direitos: O Caso de Moçambique. Fórum Mulher. Maputo

limitado dos seus direitos<sup>50</sup>.

O estudo de caso com 63 mulheres que vivem sob posse consuetudinária no distrito de Nhamatanda, Sofala em 2021<sup>47</sup> apresenta os diferentes desafios para a posse e segurança de terra pelas mulheres que ajudam a entender tal dinâmica à nível nacional. A maioria das mulheres entrevistadas não conhecia a Lei de Terras Moçambicana, o programa Terra Segura de 2015, o financiamento ao programa pelo Banco Mundial em 2018 nem outros processos conduzidos por doadores destinados a registrar seus direitos à terra. Tal facto mostrou uma consulta pública limitada nos processos de formulação de políticas. Adicionalmente, o processo de delimitação de terras marginalizou as mulheres, pois a maioria não foi consultada, conforme exige a lei. A maioria dos DUATs foram registados sob o nome dos maridos ou parentes do sexo masculino. As mulheres deveriam se beneficiar em suas posições dependentes como esposas de proprietários de terras em famílias idealizadas. Isso apesar das disposições da política que permitem o registo conjunto, mas que são em grande medida desconhecidas pelas mulheres<sup>47</sup>.

No estudo em análise, 800 DUATs dos 3.000 foram registados por mulheres, a maioria delas viúvas e divorciadas. Isso se traduz em apenas 26,6% das mulheres com DUATs, o que está abaixo da meta de 40% do programa Terra Segura. Às mulheres casadas e às mulheres jovens solteiras foi negado o título<sup>47</sup>. Embora a legislação permita que o DUAT seja registado em nome de mulheres ou conjuntamente no nome do homem e da mulher, a política de facto do governo é que o homem é o chefe do agregado familiar e, portanto, deve ser aquele que deve registar o DUAT em seu nome. Por outro lado, a natureza patriarcal da sociedade, as relações de poder desiguais e o desconhecimento da legislação dão primazia à continuada exclusão da titularidade de terra à mulher<sup>47</sup>.

No entanto, importa destacar que os agregados chefiados por mulheres contribuem para maior autonomia da mulher e equidade entre homens e mulheres. As raparigas que vivem em agregados familiares chefiados por mulheres podem ter algumas vantagens, tais como ser menos propensas ao casamento prematuro. As mulheres dentro do casamento (em agregados chefiados por homens), dependendo da

região do país, podem ter pouco poder de decisão, incluindo a sua capacidade de trabalhar fora de casa, particularmente na região Norte. A análise realizada pelo Muva em 2019 vai mais longe ao argumentar que o elevado número de agregados familiares chefiados por mulheres, especialmente na região Sul, não gera necessariamente agregados familiares desfavorecidos. Não há uma associação automática entre a liderança feminina e a pobreza ou com o trabalho pouco remunerado<sup>51</sup>.

O nível de educação e as competências, no geral, inferiores das mulheres ainda dificultam a sua subsistência através do trabalho no sector formal ou de iniciativas empreendedoras. Em comparação com os homens, as mulheres têm menos probabilidade de trabalhar no sector emergente de não subsistência bem como no sector público ou como empregadoras. As mulheres são mais propensas a trabalhar como autônomas (auto-emprego) sem empregados ou trabalhar para a sua família sem remuneração<sup>52</sup>.

As medidas para a contenção da COVID-19 estão a ter impacto no bem-estar e qualidade de vida dos agregados familiares. Analisando as dinâmicas urbanas, verifica-se que os consecutivos prolongamentos do Estado de Emergência contribuem para o agravamento da pobreza, especialmente conjugado com as incipientes medidas para a sua restrição<sup>53</sup>. O agravamento da pobreza entre as mulheres, por perda das fontes de rendimento, foi visível e palpável, especialmente, no sector informal da economia. É que, em África em geral, e, em Moçambique, em particular, esta actividade é expressiva e contribui, de forma significativa, para a segurança alimentar e bem-estar das mulheres e seus parentes. Com efeito, muitas famílias dependem do rendimento desta actividade para a satisfação das suas necessidades mais básicas. Esta vulnerabilidade à pobreza devido aos efeitos das medidas de contenção da COVID-19 estende-se também, de forma desproporcional, aos/as trabalhadores/as domésticos/as e ocasionais, que não têm acesso a licenças pagas ou subsídios de doença e não estão devidamente cobertos/as pela protecção social convencional<sup>54</sup>.

A pandemia afecta os/as mais pobres e entre estes as mulheres. As medidas de contenção da COVID-19 não têm em conta um contexto marcado por factores de ordem económica, social e cultural, que acrescentam à feminização da pobreza e da exclusão social<sup>55</sup>. Nas zonas suburbanas, onde se encontram as famílias mais afectadas pela

<sup>50</sup> Grupo Banco Mundial. 2017. *Op. Cit.*

<sup>51</sup> Milward, Kirsty. (s.d.) Principais Constrangimentos para o Empoderamento Económico das Mulheres. Literature Review Brief

<sup>52</sup> Gradín, Carlos & FinnTarp. 2017. Gender Inequality in Employment in Mozambique. *WIDER Working Paper 207 (21)*

<sup>53</sup> Osório, Conceição, Loforte, Ana & Sérgio Vilanculo. 2021. *Op. Cit*

<sup>54</sup> *Ibid*

<sup>55</sup> *Ibid*

pandemia, 28% das mulheres perdeu o emprego, 46% viu o seu rendimento reduzido e 34% reduziu o número de refeições<sup>56</sup>. As projecções indicam que, por causa da pandemia, a pobreza pode ter um crescimento que pode variar entre 75,5%, 77,7% e 81,7%, segundo os resultados das micro-simulações, ao mesmo tempo que “a população pobre poderá aumentar em 2,927,273, 3,992,048 e 5,866,403 em cada um dos cenários propostos”<sup>57</sup>. Adicionalmente, os conflitos e os desastres naturais agudizam a condição de pobreza como será descrito nas secções correspondentes.

## Conclusões e Recomendações

Em Moçambique, as mulheres ocupam uma proporção significativa de actores no sector agrícola de carácter informal. A posse e segurança de terra continua um desafio para estas. O analfabetismo, a falta de acesso à informação sobre questões legais por parte das mulheres tem impacto na sua condição de pobreza. A COVID-19 está também influenciar a feminização da pobreza, especialmente da pobreza urbana. As observações do CEDAW, de 2019, indicavam preocupação para os níveis desproporcionais de pobreza entre as mulheres no país.

As recomendações incidem na necessidade de **(a) garantir controle e titularidade de terra às mulheres**, através, por exemplo, da implementação efectiva do programa Terra Segura, que, desde 2015, já previa a atribuição de cinco milhões de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), sendo que 40% de beneficiárias seriam mulheres. Aqui é importante que as diferentes intervenções, incluindo as dos parceiros prestem especial atenção relativamente ao nome/individuo em que é registado o DUAT mas também títulos de habitação pós reassentamento, emergência, no decurso do DDR ou em programas de apoio geral. **(b) Considerar a opção de registo de DUAT compulsório em nome de ambos cônjuges no processo de revisão da Lei de Terras.**

O sector privado constitui o principal motor para um crescimento de base mais alargada, através da criação de emprego. O estímulo por parte do Governo pode consolidar-se na **(c) implementação de políticas e regulamentos que visem promover um ambiente propício para o aumento das taxas de investimento privado e um crescimento sólido da produtividade agrícola com foco nas mulheres**, abordando o problema da limitação de ligações entre os/as agricultores/as e os mercados de insumos de produtos, bem como a falta de resiliência aos riscos meteorológicos<sup>58</sup>.

No cômputo geral, tendo em conta os desafios de redistribuição do crescimento económico, corrobora-se a sugestão já avançada em outros estudos sobre a **(d) construção de uma Plataforma Integrada e Multisectorial que conceba um modelo de desenvolvimento mais redistributivo**, intervindo de forma integrada e intersectorial na redistribuição da riqueza e na diminuição do fosso entre grupos sociais.

**e) Promover o financiamento de programas de empoderamento económico específicos para Mulheres e Raparigas** sobretudo nas províncias do norte e centro. Estes programas ajudam a independência económica e tbm a exposição ao abuso sexual e assédio, VBG no geral.

Outras recomendações incluem:

- f) Aumentar o acesso das mulheres a serviços financeiros por meio de grupos de poupança e cooperativas;**
- g) Incentivar mais bancos a criar pacotes para mulheres;**
- h) Apoiar a assistência técnica e o treinamento de pequenas e médias empresas administradas por mulheres;**
- i) Desenvolver e providenciar exemplos de como é uma mulher de sucesso em Moçambique, para que as jovens tenham modelos que as encorajem a realizar o seu potencial;**
- j) Incentivar conversa por meio de programas de rádio por telefone e campanhas mais amplas de mudança de comportamento social;**
- k) Estabelecer creches ou instituições de ensino pré-escolar para criar empregos e liberar as mulheres para trabalharem e terem acesso à rendimento.**

## 2.1. Saúde

O perfil de género de Moçambique de 2016 indicou os desafios da igualdade de género no sector da saúde, especialmente os que concernem à saúde sexual e reprodutiva. Tal foco decorre do facto de as decisões relacionadas com o comportamento sexual e a fertilidade tenderem a ser as mais enraizadas nas normas de género que enfatizam o controle dos corpos femininos. No contexto

<sup>56</sup> *Ibid*

<sup>57</sup> Mussagy, Ibraimo; Mosca João. 2020. Micro-simulações dos Impactos da COVID-19 na Pobreza e Desigualdades em Moçambique. Observatório Rural 96. OMR

<sup>58</sup> The World Bank. 2019. *Op.Cit*

actual, estes factores continuam relevantes, mas emergem também desafios relacionados a outras áreas da saúde.

Estudos recentes no país indicam um crescimento de doenças não transmissíveis, sugerindo que um terço da população adulta seja hipertensa. Esta prevalência coloca Moçambique entre os países com os mais elevados níveis de hipertensão nos países de renda baixa e média (Damasceno et al., 2009; Ibrahim & Damasceno, 2012; Jessen et al., 2018, citados em Somerville & Munguambe, 2021<sup>59</sup>). A hipertensão é uma das causas da mortalidade prematura, sendo que, no país, a sua predominância é maior entre as mulheres (68% mulheres versus 31% homens) (Mocumbi et al., 2019, citado em Somerville & Munguambe, 2021). Mais ainda, estudos indicam que a hipertensão gestacional no país é mais comum do que previamente estimado (Somerville & Munguambe, 2021). Os dados referentes a doenças não transmissíveis sugerem a sua inclusão no leque de doenças que constituem um fardo para o país.

Apesar das melhorias registadas, o país continua com elevados níveis de gravidez precoce (180/1000 mulheres entre os 15 e 19 anos)<sup>60</sup>. A gravidez precoce está ainda associada as uniões prematuras, uma vez que um número significativo das mães adolescentes se casa nesse período de suas vidas. O planeamento familiar (PF) é ainda um desafio, especialmente para adolescentes e jovens. Das consultas realizadas com informantes-chave, ficou patente que persiste o preconceito do provedor de saúde de aconselhar e ceder métodos de PF a raparigas devido à percepção de que estas não deviam ainda ser sexualmente activas. Outros desafios referentes ao PF incluem a inconsistência da disponibilidade do método preferencial e a falta de capacidade do provedor.

A taxa de mortalidade materna reduziu significativamente: o Censo de 2017 indica 451.6 óbitos maternos (mulheres) por cada 100 000 nascidos vivos (contra 500.1 em 2007)<sup>61</sup>. No entanto, esta ainda continua elevada, tendo em conta a meta dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável de 70 por 100 000 em 2030. O acesso ao aborto seguro e legal continua limitado e verifica-se a falta de confidencialidade em relação a estes serviços como indicado nas observações do CEDAW<sup>62</sup>.

O HIV continua um grande desafio de saúde pública que afecta desproporcionalmente mulheres (15.4%) e homens (10.0%). As mulheres, em Moçambique, continuam as mais vulneráveis ao HIV devido ao baixo nível de conhecimento sobre a pandemia e prevenção, dificuldades de negociação de sexo seguro, dificuldade de acesso ao preservativo, entre outros. Como consequência, em 2018, as mulheres perfaziam cerca de 60% das pessoas vivendo com HIV<sup>63</sup>.

O acesso aos serviços de saúde por parte do homem é ainda um desafio. Por um lado, esta situação emerge das normas e expectativas sociais que estereotipam os cuidados de saúde como uma área das mulheres, contribuindo para dissuadir o interesse e procura de serviços de saúde pelos homens; Por outro lado, diferentes informantes apontaram que o sistema, políticas e estratégias de saúde têm priorizado a saúde da mulher, embora reconheçam os desafios na sua implementação. A lacuna identificada prende-se com a inclusão do homem.

A informação pública e as campanhas de educação sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), gravidez indesejada e HIV centram-se frequentemente na mulher. Estas excluem as preocupações de saúde dos homens e imputam a responsabilidade da contraceção, gravidez e entendimento sobre fertilidade às mulheres. Uma das poucas áreas onde o homem é priorizado é a da prevenção do HIV, mas, o foco é para homens que fazem sexo com homens ou para os que se identifiquem como homossexuais, e não é tratado como um problema de toda a comunidade. Esta abordagem tanto aumenta o risco do homem para a transmissão do HIV por falta de informação sobre protecção como prejudica os esforços para a não discriminação e as campanhas anti-estigma sobre orientação sexual. As diferentes campanhas de sensibilização para a saúde na comunidade, realizadas pelos Agentes Polivalentes Elementares de Saúde (APEs), têm como foco a mulher, percebida como cuidadora da família<sup>64</sup>. Esta visão reproduz estereótipos de género e não considera que poucas vezes a mulher possui poder de decisão no agregado familiar. Na dimensão de PF existe a consciência e narrativa sobre a inclusão do homem. No entanto, em termos práticos, continuam oportunidades perdidas de o incluir nas diferentes portas de entrada da unidade sanitária, esperando-se apenas pelo homem que acompanha a

<sup>59</sup> Somerville, Claire & Khatia Munguambe. 2021. The Rise of Non-Communicable Disease (NCDs) in Mozambique: Decolonising Gender and Global Health. *Gender & Development* 29(1): 189–206.

<sup>60</sup> World Health Organization. 2021. World Health Statistics 2021: Monitoring Health for the SDGs, Sustainable Development Goals.

<sup>61</sup> Instituto Nacional de Estatística. 2019. Resultados Definitivos Censo 2017: IV Recenseamento Geral Da População e Habitação. Maputo. INE

<sup>62</sup> CEDAW 30 July 2019. Concluding observations on the combined third to fifth periodic reports of Mozambique (CEDAW/C/MOZ/3-5)

<sup>63</sup> UNAIDS. 2018. AIDS Country Factsheet Mozambique 2018.

<sup>64</sup> Greene, Margaret. 2019. *Op. Cit.*

parceira às consultas de PF ou de saúde materno-infantil (SMI).

As normas e dinâmicas de género continuam a constituir-se como determinantes sociais de saúde afectando (a) o processo de tomada de decisão sobre acesso aos serviços de prevenção e tratamento; (b) limitando o auto-controle da saúde, especialmente para mulheres com baixo nível de educação e nos mais baixos quintis de riqueza; e (c) limitando o acesso de jovens e adolescentes a informação e serviços para protecção sobre saúde devido a pressão para que estes sejam acompanhados por pais e encarregados aos serviços de saúde.

As infraestruturas e o financiamento do sector de saúde são fracos, o que tem impacto no acesso e qualidade dos serviços de saúde: mais de metade da população caminha uma hora ou mais para aceder a uma unidade sanitária; a ruptura de stocks é lugar comum<sup>65</sup>; o rácio de médicos por 10 000 habitantes é de 0.8; e continua ainda elevado o número de partos fora da unidade sanitária, considerando que 73% dos partos são prestados por pessoal médico qualificado<sup>66</sup>.

## Conclusões e Recomendações

O sector de saúde no país já é bastante sensível a questões de género. Na generalidade as recomendações do Perfil de Género de 2016 para os diferentes sectores foram ou estão a ser implementadas. As notas de observação do CEDAW mostram preocupação com a dimensão de SSR onde continuam elevadas as taxas de mortalidade materna, o fraco acesso aos serviços de PF e aborto seguro bem como a limitada disponibilidade de pessoal de saúde formado, incluindo parteiras, especialmente nas áreas rurais. A análise neste documento reflecte sobre a necessidade de priorizar as doenças não transmissíveis cujo rácio está a crescer e, implementar de forma efectiva acesso do homem aos serviços de saúde.

- f) As recomendações incidem na implementação efectiva das políticas e estratégias já estipuladas pelo sector: **(a) a inclusão, de facto, do homem garantindo que este esteja mais envolvido em cuidar da sua saúde e saúde dos membros da família e simultaneamente desafio práticas e normas de género restritivas e (b) o alargamento formações de profissionais de saúde a todos níveis na área de género e implementação da Estratégia de Inclusão de Género no Sector da Saúde a nível provincial, distrital e Unidade Sanitária** emergem

como medidas pertinentes e oportunas. Adicionalmente, há necessidade de **(c) priorizar, também, as doenças não transmissíveis**, pelo seu efeito igualmente devastador; **(d) garantir que as mulheres tenham acesso confidencial ao aborto seguro e aos serviços pós-aborto**; e **(e) aumentar o número de unidades sanitárias e pessoal de saúde formado para as áreas rurais**, a partir da implementação do Plano Nacional para o Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde 2016-2025.

Adicionalmente:

- g) **Implementar campanhas de comunicação social para mudança de comportamento em relação as uniões prematuras, VBG e direitos da comunidade LGBTQI+;**
- h) **Apoiar o trabalho comunitário de promoção de diálogo contínuo entre pais/figuras influentes na família e adolescentes de jovens sobre SSR, desenvolvendo suas habilidades e fornecendo-lhes informações;**
- i) **Fortalecer e expandir o papel dos APEs treinando-os para serem sensíveis às desigualdades de género e como elas impactam a saúde;**
- j) **Treinar funcionários de saúde distritais e provinciais para responder às demandas de serviços de VBG por parte de adultos e crianças;**
- k) **Apoiar o MISAU, MINEDH, MGCAS e o Ministério da Juventude para integrar desigualdade de género e normas restritivas de género, identidade de género, orientação sexual e prazer em módulos / treinamento de SRH;**
- l) **Fortalecer os serviços de saúde amigos dos jovens e desenvolver a capacidade das unidades de saúde para levar esse trabalho adiante;**
- m) **Apoiar a construção de mecanismos para a implementação da Estratégia para a Igualdade de Género no Setor da Saúde a serem integrados em todas as intervenções de saúde;**
- n) **Apoiar serviços distritais de saúde na implementação da Estratégia para Igualdade de Género no Setor da Saúde.**

## 2.2. Segurança Alimentar e Nutrição

No Índice Global da Fome de 2020, Moçambique ocupava a 103ª posição entre os 107 países com dados suficientes para calcular as pontuações naquele ano. Com uma pontuação de

<sup>65</sup> Somerville, Claire & Khatia Munguambe. 2021. *Op. Cit.*

<sup>66</sup> World Health Organization. 2018. *Op. Cit.*

33,1, Moçambique tem um nível de fome que é grave<sup>67</sup>. A segurança alimentar é grandemente afectada por choques climáticos <sup>68</sup> mais recentemente também pelas medidas de contenção da COVID-19 (que reduziram ou mesmo retiraram a fonte de renda de vários agregados familiares) e pelos efeitos do conflito militar.

Durante as épocas de escassez, tipicamente entre Dezembro e Março no Norte e entre Outubro e Fevereiro no Sul e Centro, os agregados familiares em todas as regiões de Moçambique consomem dietas menos diversificadas. Juntamente com os choques económicos, as alterações climáticas representam um risco grave para a nutrição. Após os choques climáticos El Niño em 2016, mais de 2 milhões de pessoas sofreram de insegurança alimentar aguda. Embora a situação tenha melhorado devido a colheitas acima da média em meados de 2017, várias províncias (Sofala, Manica e Tete) permaneceram em níveis de estresse e crise de insegurança alimentar no primeiro trimestre de 2018 (USAID 2017)<sup>69</sup>. Os fenómenos climáticos mais recentes – os ciclones Ildai e Kenneth, a tempestade tropical Chalane e o ciclone Eloise – causaram danos de grande escala nas vidas, colheitas e infraestruturas que resultou em insegurança alimentar. Outros factores incluem o conflito em Cabo Delgado que transforma comunidades em deslocados (mais de 800 000) que se tornam completamente dependentes de apoio para a sua sobrevivência, incluindo a capacidade de se alimentarem. Adicionalmente, as medidas de contenção da COVID-19, estão a afectar as famílias mais pobres, sobretudo nas áreas urbanas e periurbanas, visto que a renda do trabalho ocasional e pequenos negócios permanecem abaixo da média.

As relações de género afectam a distribuição de alimentos entre homens, mulheres e crianças, com impacto na absorção de nutrientes pela gestante e consequências para o desenvolvimento do nascituro, bem como após o parto. Na ausência dos homens, as mulheres têm mais dificuldades para tomar decisões e de mobilidade para buscarem comida para além de sua machamba. Esta é uma realidade num país com elevada migração masculina, especialmente nas zonas rurais. Adicionalmente, várias normas socio-culturais proíbem ou condicionam o consumo de determinados alimentos a mulheres e crianças, o que tem impacto na qualidade de nutrientes consumidos. Por isso, as dietas de

raparigas adolescentes e mulheres são geralmente pobres e contribuem para a desnutrição em crianças. Segundo o estudo de 2018 do Programa Mundial de Alimentação<sup>70</sup>, em todas as regiões de Moçambique, a rapariga adolescente tem as necessidades nutricionais mais caras para o agregado familiar, compreendendo, em média, 33% do custo total do agregado familiar de 30 MZN por dia. Isto deve-se ao facto de ela precisar de alimentos que são relativamente ricos em nutrientes (especialmente vitaminas e minerais) em comparação com o seu conteúdo energético, que se traduz em mais vegetais, alimentos de fonte animal e alimentos enriquecidos.

As mulheres jovens e raparigas são também particularmente vulneráveis em Moçambique pois, especialmente nas regiões Centro e Norte do país estão expostas aos casamentos prematuros. A consequência directa é que para elas a gravidez começa na adolescência o que pode ter consequências nutricionais a longo prazo. A percentagem de raparigas que se casa com menos de 18 anos é de 48.2% e com menos de 15 anos é de 14.3% <sup>71</sup> Segundo o IMASIDA , 46% das raparigas com idades compreendidas entre 15 e 19 anos já esteve grávida ou teve um filho nado-vivo<sup>72</sup>. Isso tem consequências graves porque em comparação com as mães mais velhas, as adolescentes têm maior probabilidade de ser desnutridas e de dar à luz bebés com baixo peso ao nascer, consequentemente aumentando o risco de mortalidade neonatal, baixa estatura infantil e desnutrição. A mulher lactante, é o segundo membro do agregado familiar mais caro, compreendendo em média 28% do custo total do agregado familiar, seguido pelo homem (20%), a criança em idade escolar (13%) e a criança menor de 2 anos (6%). Dado que os alimentos não são partilhados nessas proporções, e sendo pouco provável que as mulheres e raparigas consumam uma porção maior, ou até igual, dos alimentos mais nutritivos, isto significa que é mais improvável que elas atendam às suas necessidades nutricionais<sup>73</sup>. O risco de nanismo é 33% maior entre os filhos primogénitos de raparigas menores de 18 anos na África Subsaariana e, como tal, a maternidade precoce é um fator chave para a desnutrição<sup>74</sup>.

Apesar das melhorias graduais no crescimento económico e na redução da pobreza, a desnutrição continua a afectar grande parte da população em Moçambique. A prevalência

<sup>67</sup> Global Hunger Index 2020: Mozambique: <https://www.globalhungerindex.org/pdf/en/2020/Mozambique.pdf>

<sup>68</sup> ReliefWeb. 27 Feb 2021. Mozambique food security outlook February to September 2021

<sup>69</sup> USAID. 2018. Mozambique: Nutrition Profile.

<sup>70</sup> World Food Programme. 2018. Fill the Nutrient Gap: Mozambique

<sup>71</sup> UNICEF. 2015. *Op.Cit.*

<sup>72</sup> Governo de Moçambique. 2018. Moçambique: Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e HIV/SIDA (IMASIDA): 2015 – Relatório Final. Maputo, Moçambique

<sup>73</sup> *Ibid*

<sup>74</sup> USAID. 2020. *Op. Cit.*

de desnutrição crónica desnutrição crónica nacional de 43% em 2011 permaneceu relativamente inalterada em relação a 1997 (45%). A taxa de magreza entre raparigas adolescentes é de 15%, em comparação com 9% entre todas as mulheres em idade reprodutiva, e a taxa de baixo peso ao nascer é de 14%<sup>75</sup>. A anemia é um problema de saúde pública significativo em Moçambique e a prevalência está em níveis graves em todas as províncias: 54% para mulheres e 63,8% para crianças em todo o país. A prevalência de excesso de peso e obesidade entre as mulheres está a aumentar em todo o país, mas é mais elevada nas províncias do Sul e nas áreas urbanas, afectando mais de um terço das mulheres.

## Conclusões e Recomendações

Os múltiplos e consecutivos choques climáticos e os conflitos militares, registados no período em análise, têm impacto negativo na segurança alimentar dos agregados familiares, que têm acesso limitado a alimentos, no geral, e a alimentos com diversidade nutricional, em particular. Para as mulheres jovens e raparigas, esta situação coloca-as em posição de vulnerabilidade, pois estão expostas à gravidez precoce. As recomendações focalizam **(a) maior envolvimento do sector privado na diversificação da produção de alimentos** para combater a má nutrição no país, investindo em produtos mais nutritivos. Adicionalmente, há necessidade de **(b) alargar as iniciativas de sensibilização e formação para a confecção de refeições mais nutritivas** e **c) dar seguimento as iniciativas de lanche escolar tomando em atenção as necessidades nutricionais da rapariga**. Para mulheres grávidas e lactantes, **d) desenvolver iniciativas de provisão de alimentos às mulheres grávida e lactante** na unidade sanitária como forma de estimular o seguimento das consultas pré e pós natal e simultaneamente respondendo as suas necessidades nutricionais.

### 2.3. Violência Baseada no Género

Os números relacionados com a violência baseada no género (VBG) em Moçambique continuam elevados. O relatório de 2018 sobre a violência contra mulheres e raparigas que cobre as províncias de Nampula, Sofala e Gaza mostra que 45,5%

das mulheres sofreram alguma forma de violência física, psicológica, económica ou sexual durante a sua vida<sup>76</sup>. A prostituição infantil é a forma mais prevalente de exploração sexual em Moçambique, particularmente em Maputo, Nampula, Beira, e cidades fronteiriças e, na escola, não existem mecanismos sistémicos para combater a violência física no meio escolar<sup>77</sup>.

A situação actual no país coloca desafios adicionais à violência baseada no género. Por um lado, testemunha-se os efeitos das mudanças climáticas através de ciclones recorrentes, como foi o caso dos devastadores ciclones Idai e Kenneth, em 2019, no Centro e Norte de Moçambique. Houve relatos na sequência do ciclone Idai que, nos distritos de Dondo e Buzi, famílias estavam a recorrer a estratégias negativas de resposta para satisfazer as suas necessidades e riscos mais básicos de VBG<sup>78</sup>. Houve também casos de exploração e abuso sexual por pessoas em posições de poder na comunidade e chefes de aldeia ao atribuir artigos de primeira necessidade. Isto implicou forçar mulheres e raparigas a manter relações sexuais em troca de alimentos e outros artigos de ajuda (Jornal de Notícias, 4/2019).<sup>79</sup> Em 2021, tivemos relatos de assédio e violência sexuais em instituições sociais totais: no centro de formação de Matalane e na cadeia feminina de Ndlavela<sup>80</sup>. Nestes casos a violência é perpetrada por quem deveria proteger, o que coloca em causa a crença no sistema de proteger as cidadãs reclusas, por exemplo.

Por outro lado, o conflito militar na região central com a Junta Militar da Renamo e, a insurreição militar em curso e cada vez mais violenta em Cabo Delgado normaliza a violência como um método para resolver as diferenças. As famílias fogem para áreas mais seguras, tornando-se deslocados internos. Há um aumento da concentração de pessoas nas sedes provinciais ou distritais, demasiadas vezes com acesso reduzido a produtos essenciais (e também expostos à COVID-19). Este cenário pode levar à exposição de mulheres e raparigas ao sexo em troca de produtos básicos ou entrar em lares onde as raparigas podem ser alvo de violência sexual.

O impacto das medidas governamentais para responder à COVID-19 enfatizam o confinamento domiciliário com o

<sup>75</sup> USAID. 2018. *Op. Cit.*

<sup>76</sup> ONU Mulheres. 2018. Inquérito sobre violência contra mulheres e raparigas em Moçambique: Relatório. Maputo

<sup>77</sup> Greene, Margaret. 2019. Gender Assessment for USAID/Mozambique Country Development Cooperation Strategy (Final Report). Iris Group for Management Systems International (MSI)/Tetra Tech Company

<sup>78</sup> Gender-Based Violence AoR. April 2019. Secondary Data Review: Gender Based Violence –Mozambique Cyclone Idai and Floods.

<sup>79</sup> Gender-Based Violence AOR Global Protection Cluster. 2019. Gender-Based Violence – Mozambique Cyclone Idai and floods: Secondary data review.

<sup>80</sup> CIP. 2021. Exploração Sexual de Reclusas na Cadeia Feminina de Ndlavela: Apresentação dos Resultados da Investigação, 15 de Junho de 2021.

slogan: Fique em Casa! As evidências, a uma escala global, destacaram como tais medidas de confinamento têm uma correlação positiva com o aumento da violência doméstica e sexual contra mulheres e raparigas. O aumento da socialização com possíveis perpetradores (em casa e na vizinhança) ajuda a explicá-lo. Os dados do Departamento Nacional de Atendimento às Famílias e Menores Vítimas de Violência reflectem o aumento desta violência doméstica e sexual: as denúncias contra a violação sexual de mulheres aumentaram entre 2019 e 2020, de 981 casos para 1.195 (só nos primeiros três trimestres de 2020). Tanto em 2019 como nos três primeiros trimestres de 2020, foi na faixa etária dos 0 aos 17 anos que a violência sexual sofreu um aumento, respectivamente de 60% e 67%, o que faz supor que, para o último trimestre, haja um crescimento dos casos de violação sexual de menores<sup>81</sup>. No entanto, é importante mencionar que na generalidade o número de casos de violência reportados em adultos 2019 e 2010 mostra uma tendência decrescente: 19 998 e 13 738 respectivamente<sup>82</sup>. Tal facto pode, [provavelmente resultar do aumento das barreiras sociais e institucionais que sobreviventes enfrentam em situações de emergência](#).

O governo Moçambicano e os parceiros reconhecem a VBG como um desafio para a igualdade de género. A abordagem de tais desafios tem-se materializado, ao longo dos anos, na aprovação de políticas, instrumentos legais e programáticos para prevenir, sancionar e coordenar melhor as actividades multissetoriais sobre o tema para acabar com a violência baseada no género. No período em análise destacam-se: a harmonização da idade legal do casamento e das uniões civis tanto para rapazes como para raparigas para 18 anos e a estipulação de sanções legais para adultos que se envolvam ou facilitem o casamento de crianças (Lei sobre a Prevenção de Uniões Prematuras, em Julho de 2019). O Código Penal revisto aprovado a 29 de Dezembro de 2019 indica punições mais fortes para várias formas de violência, incluindo violência sexual, violência física e assédio sexual. A Lei da Família revista (Dezembro de 2019) eliminou a condição de que os pais podem emancipar ou dar o consentimento para que as raparigas menores de 18 anos se casem e elimina a gravidez como condição para se casar com menos de 18 anos.

O relatório da CEDAW de 2019 sobre Moçambique saudou todos os esforços legais feitos pelo país para reforçar o

quadro legal sobre a VBG. Contudo, destacou, entre outros, a ausência de dados sobre investigações e processos judiciais em casos de violência baseada no género contra mulheres e sobre as penas impostas aos perpetradores<sup>83</sup>. De facto, a disponibilidade de dados aprofundados sobre a VBG continua a ser um desafio. Os dados de prevalência estão disponíveis no INE a nível nacional e provincial, mas geralmente não a nível distrital. No geral, os dados são desagregados por características populacionais padrão, tais como idade, sexo, rural/urbano. Outras variáveis de desagregação, como o estatuto económico ou fazer parte de um grupo em risco de múltiplas formas de discriminação, não são comuns ou não são capturadas adequadamente<sup>84</sup>.

Uma análise da situação realizada pela Iniciativa Spotlight concluiu que os principais pontos fracos na gestão, análise e comunicação de dados sobre SDRS e violência contra a mulher e a rapariga e práticas nocivas, residem na fraca qualidade dos chamados "dados administrativos" recolhidos pelos sectores fora do sistema estatístico nacional. Por exemplo, os dados para o sector da saúde são recolhidos de forma rotineira apenas manualmente nas unidades de saúde. As esquadras de polícia recolhem dados sistematicamente, mas utilizando métodos tradicionais em que as queixas devem ser feitas em presença ou através de cartas. Os dados são frequentemente comunicados em bruto nos relatórios dos ministérios ou nos planos económicos e sociais do sector (PES) a um nível descritivo, envolvendo pouca análise. Não há relatórios adicionais ou complementares ou limitados gerados<sup>85</sup>.

A reformulação do cenário actual em relação à gestão e análise de dados requer uma colaboração multisectorial reforçada. Desde 2012, o país dispõe de um Mecanismo Multi-sectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência (MMAIMVV) coordenado pelo MGCAS, em colaboração com MISAU, Ministério do Interior (MINT) e da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos. O acesso ao MMAIMVV pode ser feito através de três portas principais: a) CAI (Centro de Atendimento Integrado), com serviços integrados de saúde psicossociais, policiais e jurídicos; b) Gabinete de Atendimento à Família e Menor Vítima de Violência (GAFMVV); e c) serviços de emergência em centros de saúde e hospitais. O funcionamento eficaz e eficiente do MMAIMVV é comprometido por:

<sup>81</sup> Osório, Conceição, Loforte, Ana & Sérgio Vilanculo. *Op. Cit.* pp. 84-85

<sup>82</sup> Instituto Nacional de Estatísticas. 2021. Estatísticas de Violência Doméstica 2020: Casos criminais e cíveis. INE.

<sup>83</sup> CEDAW 30 July 2019. Concluding observations on the combined third to fifth periodic reports of Mozambique (CEDAW/C/MOZ/3-5)

<sup>84</sup> Spotlight initiative. 2018. Country Programme Document Mozambique.

<sup>85</sup> *Ibid*

- Recursos materiais, financeiros e humanos escassos para acompanhar os casos<sup>86</sup>;
- Falta de cobertura nacional dos CAIs. Actualmente o país tem 25 CAIs. As províncias da Zambézia, Niassa e de Cabo Delgado não possuem CAIs;
- Lacunas em recursos humanos qualificados para abordar a VBG e DSSR de uma forma integrada;
- Falta de coordenação suficiente e mecanismos integrados, incluindo a participação de OSC e grupos vulneráveis nos esforços nacionais e provinciais relacionados com VBG, Casamento Prematuro, HIV e SSR;
- Elevada rotatividade, deficiências de gestão e retenção de pessoal e falta de orçamentação adequada e consistente;
- Falta de regulamentos, directrizes sectoriais e procedimentos, o que desafia a plena implementação da Lei da Criança e a operacionalização CAIs, bem como a aplicação adequada da medicina forense;
- Lacunas no desenvolvimento e implementação dos planos de VBG nos sectores da justiça e do interior, o que é chave para fazer avançar a implementação da legislação nacional, como o Plano Nacional de Acção para Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género (2018-2021).

As acções deste mecanismo e as actividades no país expandiram-se e ganharam um maior potencial de consolidação por um lado pelo investimento realizado pelo projecto Mulher, Paz e Segurança que investiu, nos 17 distritos onde se implantou, na capacitação e fornecimento de equipamento para os CAIs e serviços de atendimento às vítimas de violência. Por outro lado, a Iniciativa Spotlight (SLI) para eliminar a violência contra mulheres e raparigas iniciou as suas actividades em Moçambique em 2019 com um programa centrado na Aceleração da Prevenção e Resposta ao SVBG e Uniões Prematuras para Raparigas e Mulheres Jovens Adolescentes (com idades entre os 10 - 24 anos) em Moçambique. Liderado pelo governo em conjunto com a UNCT, ONGs, OSC, instituições não governamentais de justiça, as actividades do programa centram-se nas províncias de Gaza, Manica e Nampula. Através do apoio da SLI, tem havido investimento para (a) ampliar a plataforma

digital *InfoViolencia*, o que representa um passo importante na capacidade do país para melhor gerir, analisar e utilizar dados sobre casos de violência. Está previsto como uma plataforma que contribuirá, a longo prazo, para a qualidade, dados desagregados e globalmente comparáveis sobre diferentes formas de VBG. Adicionalmente, a SLI (b) ajudou a desenvolver o Regulamento Interno do CAI, ( Pode-se confirmar o nome correcto do regulamento) com a participação das províncias e da sociedade civil<sup>87</sup> e (c) promoveu uma maior inclusão de OSC e movimentos de mulheres, incluindo organizações comunitárias de base (OCBs) formadas e desenvolvendo actividades contra a VBG. Foi formado, pela primeira vez em Moçambique, um Consórcio contra a Violência Sexual<sup>88</sup>, reunindo sete OSC, com sede em Maputo e nas províncias. Esta expansão permite uma abordagem sustentável e a longo prazo da violência sexual baseada no género a nível comunitário, incluindo áreas remotas e de difícil acesso.

As organizações de mulheres, OSC estabelecem conexões com o Governo de Moçambique, incluindo para prevenção de VBG. Muitas leis e reformas foram iniciadas através da investigação e advocacia por OSC, sendo posteriormente assumidas e levadas a efeito pelo Governo. Alguns exemplos destas iniciativas incluem duas leis, nomeadamente, a Lei da família e a Lei contra a violência doméstica. Os movimentos e OSC têm vindo também a desempenhar um papel fundamental em relação a todos os marcos nacionais na promoção da igualdade de género, abordando o VBG. Estes intervenientes têm também sido particularmente eficazes em trazer mudanças a nível comunitário, através da advocacia e da sensibilização. Os principais desafios enfrentados pelas organizações de mulheres incluem recursos financeiros limitados e abordagens de sustentabilidade, o que afecta o programa global e a continuidade, incluindo a cobertura geográfica e a gestão baseada em resultados. Ao nível social, os desafios estão associados ao peso da estrutura patriarcal, que leva, por exemplo, ao silêncio, à retirada da queixa, e à resolução a nível doméstico, com desequilíbrios que reforçam a submissão da mulher e a aceitação da violência.

A violência obstétrica contra a mulher parturiente é preocupação trazida à tona por várias organizações da sociedade civil. Embora as iniciativas Maternidade Modelo e

de promover o combate a violência sexual e as normas tradicionais que discriminam as Mulheres.

<sup>86</sup> Medicus Mundi. 2019. Pesquisa Descritiva sobre o Funcionamento do Mecanismo Multissectorial de Atendimento Integrado às Vítimas de Violência na Cidade de Maputo. Maputo. Medicus Mundi.

<sup>87</sup> Spotlight Initiative. 2018. *Op.Cit.*

<sup>88</sup> O consórcio contra a violência sexual é a união de 7 organizações da sociedade civil, coordenadas pela WLSA Moçambique, com o objectivo

Parto humanizado já estejam a ser operacionalizadas por cerca de uma década, o abuso e violência contra a parturiente continuam uma realidade<sup>89</sup>.

O envolvimento de homens e rapazes tem-se materializado através da realização de actividades de sensibilização de pares; a formação de líderes comunitários, religiosos e culturais, que, como figuras de autoridade, as suas vozes são ouvidas, respeitadas e seguidas. Na comunidade, em geral, homens e rapazes são visados através de diálogos comunitários, eventos desportivos e culturais e rádio participativa. Além disso, OSC lideradas por homens, como a Homens pela Mudança (HOPEM), investem na criação de homens campeões que se empenham em dissipar noções e valores associados à desigualdade de género e à violência baseada no género.

### 2.3.1. Protecção de Sobreviventes e Acesso a Serviços

O MMAIMVV é conceptualizado para proteger e cuidar dos sobreviventes da violência. No entanto, um desafio é a ausência de abrigo para sobreviventes da violência. A maioria dos distritos e províncias não dispõe de abrigos adequados. Sobreviventes acabam por dormir, por vezes, em más condições, num orfanato, na esquadra da polícia ou em lares para idosos geridos pela Direcção de Acção Social. Na cidade de Maputo, por exemplo, não existem abrigos para sobreviventes de violência baseada no género e todos os sectores só podem oferecer 24 horas de abrigo a sobreviventes. Devido à falta de abrigo, se encoraja que que sobreviventes voltem para a casa de seus familiares (pais/irmãos/irmãs, etc.) e as vezes até para o mesmo local onde reside o perpetrador.

Uma consequência imediata pode ser a resolução doméstica desses casos de violência baseada no género, que tendem a ser ancorados em valores desequilibrados de género que reforçam a submissão das mulheres e a aceitação da violência. As mulheres podem também ser forçadas a regressar a casa por recearem perder o acesso aos seus filhos, aos bens em que investiram, ou que a sua família seja forçada a reembolsar o lobolo (dote à família da noiva) por terem deixado o seu lar conjugal. Assim, muitas vezes, sobreviventes da VBG regressam à sua casa, onde vivem com quem as agrediu/agride. Este facto realça o dilema da

protecção de sobreviventes. Como declarado por uma informante de uma OSC, as iniciativas em curso para criar a sensibilização sobre a VBG estão a criar uma grande procura de serviços policiais, legais e de protecção, ainda que estes não estejam a conseguir responder à demanda ao mesmo ritmo.

O acesso aos serviços não se limita apenas à falta de abrigos. Outros níveis de prestação de serviços também têm limitações que afectam a protecção de sobreviventes:

- Em 2017, das 1634 unidades sanitárias (47,7%) do país, apenas 781 estavam a dar resposta sanitária à VBG;
- O apoio psicológico só está presente no CAI, sendo que as outras portas de entrada para a MMAIMVV (esquadras da polícia, gabinetes e centros de saúde) não oferecem tais serviços<sup>90</sup>;
- Foram estabelecidas linhas de ajuda para VBG, embora visando, principalmente, crianças e vítimas de tráfico, bem como um sistema de serviço de aconselhamento por SMS para jovens sobre SSR e HIV;
- Existem apenas 300 serviços de saúde amigos dos jovens (SAAJs)<sup>91</sup>, que pertencem ao MISAU, com pessoal de enfermagem que presta os primeiros cuidados, informação e aconselhamento sobre SSR, HIV e planeamento familiar. Existem também 259 "cantos escolares" (serviços de referência de SSR baseados em escolas)<sup>92</sup>;
- Embora existam vários tipos de serviços de protecção social, estes não visam, geralmente, as vítimas de VBG ou as que correm o risco de formas interseccionais de violência ou discriminação;
- O sector de Justiça apresenta ainda desafios no seu funcionamento que contribuem para a percepção de impunidade dos crimes relacionados com o VBG. As principais lacunas no sistema incluem:
  - Análise médica, legal e forense,
  - Acesso limitado aos serviços policiais por grupos de risco e respectivas famílias, uma vez que muitos pais não registam os seus filhos à nascença,
  - As declarações incorrectas generalizadas, uma vez que os serviços sociais relacionados com a VBG e muitos

<sup>89</sup> Observatório de Saúde.

<https://www.observatoriodesaude.org/violencia-obstetrica-e-trafico-de-bebes-nos-hospitais-publicos-sociedade-civil-exige-que-misau-tome-medidas-de-responsabilizacao-contra-profissionais-de-saude/>

<sup>90</sup> Medicus Mundi. 2019. *Op.Cit.*

<sup>91</sup> UNFPA Report on Needs Assessment of Programa Geração Biz. Dados de 2015.

<sup>92</sup> Spotlight Initiative. 2018. *Op.Cit.*

programas de subsistência são frequentemente prestados por OSC que não utilizam ou não se reflectem em instrumentos formais de informação oficial.

Um desafio adicional na protecção de sobreviventes diz respeito à falta de empatia dos prestadores de serviços. Os prestadores de serviços podem também reflectir as normas sociais prevaletentes sobre violência e culpabilização das vítimas, e têm sido conhecidos por se recusarem a denunciar violência ou abuso, e mesmo a aconselhar as mulheres a regressarem a um parceiro ou cônjuge abusivo ou violento. Isto faz parte de um problema maior de falta de responsabilização em instituições públicas, tal como relatado por vários informantes<sup>93</sup>.

Os vários sectores reconhecem que nem todos são alcançados no que diz respeito à prestação de protecção contra a VBG. Embora haja um reconhecimento e uma acção clara no sentido de chegar às raparigas, as raparigas adolescentes e as mulheres, outros grupos em risco continuam a ser deixadas para trás. Grupos como pessoas com deficiência e albinismo e LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Intersexuais) continuam à margem, uma vez que os detentores das obrigações (legisladores, parlamentares, actores da sociedade civil) carecem de conhecimentos sobre como reflectir a intersecção e as múltiplas formas de discriminação.

### 2.3.2. Responsabilização de Perpetradores

A responsabilização dos perpetradores de violência continua a ser uma lacuna. O fraco funcionamento do sistema de justiça como um continuum no país contribui para a percepção de impunidade dos crimes relacionados com VBG. Existem deficiências na produção de precedentes legais a partir de relatórios de VBG a nível policial. Por um lado, os valores patriarcais de agentes policiais podem levar à banalização dos relatórios da VBG<sup>94</sup>. Por outro lado, existem desafios no fornecimento de provas que são aceites judicialmente. A eficácia global da resposta policial continua comprometida pela insuficiência de provas documentadas recolhidas nas unidades sanitárias, pela lentidão da acusação e das investigações através da Procuradoria-Geral da República, pela lentidão do sistema judicial para julgar e pela incapacidade de fazer cumprir as decisões judiciais.

<sup>93</sup> Greene, Margaret. 2019. *Op. Cit.*

<sup>94</sup> Loforte, Ana Maria. 2015. Algumas Reflexões sobre Formas de Deslegitimação da Violência contra a Mulher em Moçambique. A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Reflexões.

No âmbito da Iniciativa Spotlight realizaram-se acções de apoio à medicina forense nacional através da formação de profissionais de saúde e do fornecimento de equipamento médico e não-médico. Através dessa formação, o pessoal médico irá produzir material que permite à polícia e à justiça ter provas judicialmente aceitáveis. Até agora, a maioria dos casos vistos nas unidades sanitárias fora da capital distrital não podem ter um relatório forense/legal-médico que favoreça a abertura de processos judiciais.<sup>95</sup>

O sistema de justiça em Moçambique tem tido uma limitada consciencialização e acção de género institucionalizada. Só nos últimos anos é que as unidades de resposta da VBG foram criadas no Tribunal Supremo, no Ministério da Justiça, no Serviço Nacional de Investigação Criminal, na Comissão Nacional dos Direitos Humanos, e na Provedoria de Justiça. A institucionalização de tais unidades e o trabalho colaborativo destas unidades é de extrema importância para assegurar a resposta formal do sector da justiça aos casos de VBG. Como salientou uma informante-chave de uma discussão de grupo focal (DGF), há necessidade de uma profunda transformação estrutural no sentido da sensibilidade ao género no sistema de justiça. Só nestas condições, o feminicídio<sup>96</sup>, por exemplo, pode ser considerado.

## Conclusões e Recomendações

No período em análise, a área de VBG beneficiou de ganhos legais que promovem maior prevenção dos crimes, sancionamento de perpetradores e membros da sociedade que sejam cúmplices. No entanto, o contexto de emergência de deslocados, devido aos choques climáticos, como os ciclones Idai e Kenneth, bem como resultado dos conflitos no Centro e Norte do país, expôs mulheres deslocadas à VBG. O mesmo está a acontecer como resultado do confinamento decretado no âmbito das medidas de contenção da COVID-19.

Permanecem desafios para a criminalização dos casos de VBG e sancionamento dos perpetradores, devido aos desafios e morosidade no sistema de justiça que contribuem para uma percepção de impunidade dos crimes relacionados com VBG. As sobreviventes de VBG dispõem ainda de limitadas infraestruturas e recursos humanos qualificados e sensíveis para o seu acolhimento.

<sup>95</sup> Spotlight Initiative. 2020. *Op. Cit.*

<sup>96</sup> Assassinato de mulheres cometidos pelo facto de estas serem mulheres.

Algumas recomendações para o tópico incluem:

- **Integrar a VBG em outros pontos de entrada de cuidados de saúde**, tais como os departamentos de planeamento familiar e ambulatórios;
- Continuar a trabalhar para **sensibilizar e reforçar a capacidade de vários sectores para prevenir e responder eficazmente à VBG**;
- **Assegurar as mulheres e raparigas vítimas de violência tenham o apoio necessário para efectuar denúncias em situações de emergência** (linha verde por exemplo) de forma segura e a criação de condições de resposta pelos provedores de serviços especialmente em situações de emergência como à COVID-19 ou resultantes do impacto dos choques climáticos
- **Investir no desenvolvimento de oportunidades de meios de vida para as sobreviventes da VBG e raparigas em casamento prematuro**. Um tal investimento contribui para reduzir a dependência dos perpetradores (quando maridos ou parentes) e as hipóteses de as raparigas se casarem para garantirem a subsistência;
- **Aumentar o trabalho e o apoio ao movimento de mulheres e às OSC e OBC de mulheres e de homens que trabalham pela igualdade de género**. Estas instituições têm um forte enfoque na equidade e igualdade de género. O seu trabalho poderia ser mais enriquecido e expandido se colaborassem de forma mais sistemática;
- **Investir na socialização, através de um diálogo saudável e da resolução de conflitos, tanto a nível comunitário como escolar**. Os diversos sistemas sociais e o património bélico em Moçambique destacam referências de violência para combater as divergências. Proporcionar vias alternativas mais saudáveis para lidar e gerir a diferença é fundamental;
- **Estabelecer uma linha directa dedicada à VBG**. A experiência pós-Idai e o potencial actual da VBG realçam a necessidade de ter uma linha directa específica ligada à MSMVBG, incluindo OBC para responder, de forma eficaz, aos relatórios e aos pedidos de ajuda em relação à VBG;
- **Desenhar documentos orientadores no sector da justiça para garantir maior entendimento,**

**priorização e mecanismos de resposta as questões de género e de VBG.**



Imagem: ONU Mulheres / C. Costa

alternativas

## 2.4. Protecção social

Moçambique possui uma Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB), que iniciou por cobrir o período 2010-2014 e, na segunda fase, cobre o período 2016-2024. A ENSSB tem como foco a população mais vulnerável, definida pela Lei de Protecção Social como compreendendo pessoas vivendo em pobreza absoluta, incluindo idosos, pessoas com deficiência que vivem na pobreza, pessoas com doenças crónicas e degenerativas e crianças em situação difícil. O Instituto Nacional de Acção Social (INAS) implementa os programas de assistência social, nomeadamente: dois programas de serviço social: Programa de atendimento em Unidades Sanitárias (PAUS) e Programa de Serviços de Acção Social (ProSAS) e três de assistência social que envolvem transferências monetárias: Programa de Subsídio Social Básico (PSSB), Programa de Acção Social Produtiva (PASP) Programa de Apoio Social Directo pós Emergência (PASD-PE), que cobriram aproximadamente 600 000 agregados familiares no total a nível nacional em 2019<sup>97</sup>. Das famílias cobertas pelo PASP, 65% lideradas por mulheres e o PASD-PE presta assistência social a famílias afetadas por emergências. O programa já cobriu mais de 180.000 famílias, em distritos mais afectados por eventos climáticos extremos: 18.000 famílias afectadas pela seca em Gaza, em 2016, e mais de 100.000 famílias afectadas pelos ciclones tropicais de 2019, nas províncias de Sofala e Manica<sup>98</sup>. Em 2018, com apoio da UNICEF, foi introduzido o subsídio de apoio à criança para apoiar famílias pobres com menores de dois anos de idade.

<sup>97</sup> INAS. 2020. 2º Boletim Estatístico sobre Protecção Social.

<sup>98</sup> Vieira, Ana, Rúben Vicente & Denise Monteiro. 2020. 2016. Maputo. ILO.

Os agregados familiares chefiados por mulheres constituem 33.8% do total de agregados, estes tendem a ser mais pobres que os chefiados por homens<sup>99</sup>. Adicionalmente, o impacto das mudanças climáticas, que se traduz em eventos cíclicos e regulares de seca e ciclones, por exemplo, mas também o efeito dos conflitos armados no Norte e Centro do país e da COVID-19 afectam os agregados mais pobres, criando insegurança alimentar e perda de fontes de rendimento. Estes fenómenos arrastam novas famílias para a categoria de pobreza, passando assim a necessitar de protecção social.

O Governo desenhou um Plano de Protecção Social de Resposta à COVID-19, que prioriza populações mais vulneráveis à crise: residentes em áreas urbanas e peri-urbanas e nas áreas fronteiriças. O programa destaca as mulheres grávidas em situação de vulnerabilidade e aquelas que chefiam famílias constituídas por mais de seis pessoas dependentes. O Plano prevê um incremento de três meses aos beneficiários actuais e a inclusão de 990,000 novos beneficiários no PASD-PE<sup>100</sup>. Um aspecto inovador e relevante foi a extensão da cobertura de protecção social para trabalhadores da economia informal. No país, a maioria do sector informal é dominado por mulheres. A iniciativa abrangeu, na sua primeira fase, 31.000 trabalhadores autónomos de baixa renda, que já estavam inscritos no INSS, mas que deixaram de pagar contribuições regulares devido ao impacto da pandemia na sua renda<sup>101</sup>. No entanto, a inexistência de informação desagregada por sexo limita a estimar quantas mulheres chefe de família estão abrangidas, e como afirma a análise da WLSA, “não é possível reconhecer nem através do Plano de Resposta nem da avaliação que foi feita em Outubro a existência de uma visão interseccional que tenha orientado a elaboração desta estratégia nem a existência de uma coerência que permita avaliar os impactos na sua aplicação. O que se constata ao observar as estratégias sectoriais e a sua reprodução aos vários níveis de poder local é a predominância de um carácter assistencialista, mesmo quando as propostas são elaboradas e aprovadas pelo Ministério do Género e Acção Social”<sup>102</sup>.

## Conclusões e Recomendações

O impacto de choques climáticos, das medidas de contenção da COVID-19 e da insurreição militar em Cabo Delgado desnudaram a necessidade de uma cobertura de protecção

social mais ampla, menos burocratizada e flexível. Como recomendação, evidencia-se a necessidade de **(a) perceber como a introdução de mecanismos electrónicos de pagamento está a afectar homens e mulheres no acesso a estes** tendo em conta os desafios de literacia digital e perceber até que ponto as mensagens de sensibilização no decorrer dos pagamentos são capitalizadas em termos de questões de género.

No âmbito dos desafios que se colocam às mulheres e raparigas deslocadas e expostas à VBG devido ao confinamento como resposta à COVID-19, há necessidade de **(b) aprimorar os planos de protecção social e económica específicos para mulher e rapariga**, tomando em consideração que estas ficam expostas a VBG, perda de fontes de rendimento e correm o risco de responder a este desafio com medidas de mitigação negativas como trabalho sexual, sexo transaccional e uniões prematuras.

**O (c) acesso a programas de protecção social pelos deslocados em Cabo Delgado pode ser mais abrangente através da permissão de cadastros e recepção de benefícios sem uma identificação formal, apenas através de identificação pela comunidade.** Este procedimento pode ser conjugado com outra triangulação, nomeadamente dos permanentes ou da plataforma da sociedade civil para a protecção social e o apoio do PROSAS na obtenção de novos documentos de identificação. O desafio é que, na situação de deslocados, estes não portam consigo documentos de identificação. Como deslocados podem ser acolhidos por famílias e comunidades em locais diferentes, o que pode comprometer o acesso aos benefícios. O processo de digitalização dos pagamentos nos programas de protecção social deve tomar em consideração as especificidades deste segmento populacional, de modo a evitar-se a exclusão dos mais vulneráveis.

## 2.5. Educação e Formação para o Desenvolvimento de Habilidades

O sector da educação evidenciou-se por conseguir progressos em direcção à paridade de género nos/as alunos/as matriculados/as. Os investimentos realizados, designadamente, a oferta gratuita do ensino primário e dos livros didáticos para os alunos e os programas de lanche escolar em algumas escolas, permitiram o registo de

<sup>99</sup> INE.2021. Op.Cit

<sup>100</sup> *Ibid*

<sup>101</sup> *Ibid.*

<sup>102</sup> Osório, Conceição, Loforte, Ana & Sérgio Vilanculo. *Op. Cit.* pp. 64

melhorias significativas nas matrículas, especialmente no ensino primário. Dados de 2018 demonstram que a paridade é uma realidade nos níveis primário e secundário: 48% dos estudantes eram raparigas no EP1, sendo a proporção ligeiramente mais baixa (46,8%) no EP2. Em 2018, no ensino superior o índice de paridade de género foi 0,82 a favor do sexo masculino e no ensino técnico 51,5% dos matriculados eram homens e 48,5% mulheres<sup>103</sup>.

Nas províncias da região Sul do país, a paridade é mais acentuada e, em alguns casos, as estatísticas mostram a ocorrência do cenário onde o número de raparigas que frequenta a escola é superior ao de rapazes<sup>104</sup>. O número de raparigas matriculadas da primeira à quinta classe tem aumentado significativamente, e os maiores avanços têm-se registado nas províncias da região Centro, entre raparigas rurais dos quintis mais pobres<sup>105</sup>. A equidade de género também se faz sentir no recrutamento e formação de professores, onde, em 2018, as mulheres constituíam 51% dos professores do EP1 no país<sup>106</sup>. No entanto, a maior parte das professoras concentra-se nos meios urbanos e peri-urbanos. Elas estão ausentes nos meios rurais onde fazem falta por haver menos modelos femininos com percursos de vida diferentes. Há necessidade de criar estímulos para atrair professoras para as zonas rurais e mais recônditas.

No ensino primário, embora as raparigas estejam a frequentar a escola em maior número, as evidências indicam que não estão necessariamente a avançar em termos de alfabetização ou conhecimento. Os dados indicam baixas taxas de conclusão do ensino primário, decréscimo nas taxas de aprovação nos exames e baixas classificações nos testes padronizados. No referente à oferta de serviços, os desafios prendem-se com a qualificação e assiduidade dos professores e a exiguidade ou inadequação de infraestruturas escolares (escolas, salas de aulas, carteiras, condições de saneamento e higiene). Do lado da procura, verificam-se elevados índices de absentismo, abandono e baixo desempenho escolar, especialmente entre as raparigas. Os principais motivos prendem-se com:

- Pobreza, maior carga de trabalho doméstico para raparigas, falta de modelos femininos, abuso sexual e gravidez indesejada;
- Falta de infraestruturas sanitárias e acesso limitado à água e higiene nas escolas, o que mantém as

raparigas fora da escola durante o seu período menstrual;

- Uso de uma língua de ensino (Português) diferente da língua materna da maior dos/as alunos/as, a língua que melhor dominam, especialmente nos meios rurais;
- Barreiras com transporte e segurança, especialmente no ensino secundário e para o curso nocturno. Longas distâncias e uso de transporte público de manhã cedo ou à noite também podem significar que as raparigas enfrentam o risco de assédio sexual ou agressão no caminho de e para a escola<sup>107</sup>;
- O assédio sexual e a violência são crescentes nas escolas, não apenas entre alunos/as e colegas, mas também frequentemente perpetrados por professores e outras figuras de autoridade.

A violência, incluindo a sexual, é uma preocupação para a rapariga na escola. Um estudo do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) de 2019 indica que 52% das raparigas inquiridas informaram ter sofrido assédio sexual na escola<sup>108</sup>. O controle do corpo das raparigas, através da imposição de fardamento escolar com maxissaias, é também um exemplo de violência e de reprodução de estereótipos de género e valores sexistas em instituições públicas.

Para responder à violência, especialmente a sexual, o MINEDH nomeou e capacitou Pontos Focais de género nas escolas e criou um departamento de apoio às vítimas de assédio sexual. No entanto, este é desconhecido das potenciais vítimas, especialmente os alunos. Em 2020, a UNICEF, o CESC e Movimento Educação para todos (MEPT) desenvolveram um mecanismo e fluxograma de denúncia e referência de casos de violência nas escolas, que rege o funcionamento do Mecanismo Multisectorial para a Prevenção e Resposta aos Casos de Violência nas Escolas.

Ao nível de políticas e instrumentos legais, o sector de educação aprovou vários instrumentos que contribuem, de forma directa, para a promoção da igualdade de género. Em 2018, foi revogado o Despacho Ministerial nº 39/GM/2003, que previa a transferência da rapariga grávida para o curso noturno. A Estratégia de Género para o Sector da Educação e Desenvolvimento Humano (2016-2020) e o mais recente

<sup>103</sup> INE. 2018. Mulheres e Homens em Moçambique 2018. Maputo.

<sup>104</sup> USAID. 2019. Mozambique Gender Assessment for Country Development Cooperation Strategy USAID/Mozambique 2020-2025.

<sup>105</sup> *Ibid.*

<sup>106</sup> MINEDH. 2020. Plano Estratégico da Educação 2020-2029. Maputo. MINEDH.

<sup>107</sup> CESC. 2017. Percepção dos estudantes sobre assédio sexual nas Escolas Secundárias. Maputo. CESC; Greene, Margaret. 2019 *Op. Cit.*

<sup>108</sup> *Ibid.*

Plano Estratégico da Educação (PEE 2020-2029) estão alinhados com as recomendações do CEDAW de 2019, que reconhecem os desafios enfrentados pela rapariga e mulher no acesso e prossecução da educação. Assim, o PEE 2020-2029 evidencia iniciativas para a redução da desistência de raparigas; facilitação de reinserção de jovens após a gravidez; promoção de educação de adultos, especialmente para mulheres nas áreas rurais; prevenção de VBG em ambientes escolares; introdução de conteúdos sobre SSR; e formação profissional. Em 2017 iniciou a provisão de contraceptivos nas escolas secundárias no âmbito de serviços amigos de adolescentes e jovens. No entanto, devido à reclamações de alguns pais e encarregados de educação, a provisão de métodos contraceptivos de longa duração foi interrompida nas escolas.

Iniciativas como o Programa Eu Sou Capaz, que visa assegurar a permanência da rapariga na escola e redução dos índices prematuras, são exemplos. Neste programa, estudantes beneficiam-se de uniforme escolar e, adicionalmente formação para auto-emprego.

Parte dos desafios que se vivem estão relacionados com a deficiente implementação dos instrumentos legais e situações de abuso e transgressão das regras: as leis e políticas são aplicadas de forma irregular e, com muita frequência, aqueles que deixam de cumprir a lei ficam impunes e sem medo de retaliação legal.

### 2.5.1. Desenvolvimento de habilidades

Quase 500.000 jovens entram no mercado de trabalho todos os anos em Moçambique. No entanto, o desemprego jovem continua a aumentar (mulheres 24%, homens 20%), resultando em menos oportunidades para homens e mulheres jovens<sup>109</sup>, com maior impacto para as mulheres. Uma das principais causas do desemprego é a incompatibilidade de competências, o que dificulta a transição da escola para o trabalho. A educação e o treinamento técnico e profissional têm o potencial de sanar esta lacuna pelo seu papel de dotar os jovens de habilidades com capacidade para aumentarem a sua empregabilidade.

Uma análise de género das Instituições de Ensino Técnico e Profissional (IETP) aponta para um fosso na proporção

homens e mulheres nestas instituições. A análise, que cobriu nove IETP nas três regiões do país, indica que, em 2019, a taxa bruta de inscrição de mulheres aos cursos oferecidos foi de apenas 26%. A maior parte das inscritas seguiu o estereótipo de género, inscrevendo-se nos cursos técnicos considerados “femininos”, tais como Corte e Costura, Contabilidade e Auditoria, Contabilidade CBT, Informática e Cozinha. A maior concentração de homens verificou-se nos cursos de Eletricidade CBT (Treinamento baseado no Computador), Mecânica de Manutenção Industrial, Eletricidade, Eletricidade de Manutenção Industrial e Mecânica CBT<sup>110</sup>.

A taxa bruta de frequência de rapazes (76.8%), que é dois terços mais alta que a taxa das raparigas, é explicada pela prioridade de formação de que se beneficiam nas suas famílias, em detrimento das raparigas, mas também porque estes realizam actividades temporárias (biscatos) remuneradas, como estiva (Beira), guarda noturno (Maputo) e outras que não requerem formação, mas geram rendimento suficiente para pagar as suas mensalidades/propinas. As raparigas tendem a ter menos oportunidades de trabalho não especializado com remuneração, que lhes permita pagar as propinas<sup>111</sup>. As raparigas economicamente mais desfavorecidas, sem bolsas de estudo ou patrocínios, tendem a ficar mais expostas a sexo transaccional, por exemplo, para custear os seus estudos.

O padrão de desproporcionalidade de género repete-se ao nível das formações: 18% de mulheres formadoras e apenas duas em cargos de chefia, contra 23 homens com tais responsabilidades. As instituições apresentam desafios para a retenção de mulheres formadoras devido à insegurança laboral, associada à extrema burocracia para se estabelecerem como membros do quadro, isto é, espera-se muito tempo para fazer parte do quadro de pessoal do Aparelho do Estado. Enquanto os formadores da IETP – instituições dominadas por homens – navegam em redes de alianças masculinas que facilitam processos de acesso à progressão, as mulheres formadoras são mais excluídas e esterotipadas como não pertencentes a esse universo. A combinação desses factores influencia que muitas formadoras desistam.

No geral, as IETP são pouco sensíveis à promoção da igualdade de género, uma vez que, embora a reconheçam, tal

<sup>109</sup> Walker, Ian. 2018. Quatro Estratégias para Desencadear o Potencial de Moçambique para Criar Empregos Inclusivos. *World Bank Blogs*. <https://blogs.worldbank.org/pt/nasikiliza/quatro-estrategias-para-desencadear-o-potencial-de-mocambique-para-criar-empregos-inclusivos>

<sup>110</sup> Barca N’Diaye, Deolinda. 2020. Diagnóstico de Género das IEP Cobertas pelo Pro-Educação. Maputo.

<sup>111</sup> *Ibid.*

não é expresso em nenhum aspecto da planificação, implementação ou relato das suas actividades. De forma geral, as IETP não possuem procedimentos institucionais de promoção da equidade de género, pois não realizam nenhuma acção nesse sentido. Acções de promoção da equidade de género apenas acontecem nos casos em que os cursos são patrocinados por empresas privadas ou ONGs, que estabelecem quotas obrigatórias para as mulheres acederem aos cursos que patrocinam através de bolsas formativas para a inclusão de raparigas nos cursos industriais. Ao nível de políticas, o sector do Ensino Técnico e Profissional aprovou, em 2019, o seu Regulamento de Combate à Corrupção e Assédio Sexual. Este é um instrumento importante para seguir, sancionar e colmatar o assédio e violência sexual no sector. A divulgação do Regulamento, segundo a Secretaria de Estado do sector, ficou comprometida pelos desafios das medidas de prevenção da propagação da COVID-19.

Apesar do Regulamento ser, em teoria, um instrumento relevante, parte dos seus artigos imputam à vítima responsabilidades extremas, com o potencial de dissuadir a mesma a seguir com o caso. Por exemplo, a vítima não tem a prerrogativa de anonimato e é sua responsabilidade (e não da Comissão Contra Corrupção e Abuso Sexual) providenciar provas, evidências e testemunhas. Embora o Regulamento tenha sido aprovado depois da despenalização do aborto no país, este reconhece que o abuso sexual pode resultar em gravidez, mas não oferece, de forma explícita, a possibilidade de aborto à vítima. Este é um exemplo de desconhecimento holístico da dimensão de igualdade de género e direitos sexuais e reprodutivos e/ou falta de vontade política para alterar estruturalmente um problema com impacto negativo na prossecução dos estudos por parte das raparigas e jovens.

## Conclusões e Recomendações

No sector da educação, parte das recomendações deixadas do Perfil anterior foram acatadas, com destaque para a revogação do Despacho 39/2003, que obrigava a estudante grávida a matricular-se no curso nocturno. Verifica-se, também, o incremento de matrícula de raparigas em todos os níveis de educação. No entanto, permanecem desafios referentes ao avanço em termos de alfabetização e conhecimento por parte da rapariga. O peso do trabalho doméstico, o casamento prematuro, a falta de infraestruturas sanitárias, a exposição à VBG e o assédio sexual contribuem para o fraco rendimento e desistência da rapariga.

As recomendações incluem:

- **Incorporar género e SSDR nos programas de formação inicial e em serviço de professores/as**, para que eles se sintam preparados para ensinar uma educação sexual abrangente;
- **Integrar a avaliação crítica das normas e estereótipos de género na formação inicial e em serviço de professores/as e nos currícula**, de modo a que as normas desiguais de género não sejam reforçadas nos materiais de aprendizagem e nas salas de aula pelos/as professores/as;
- **Sancionar professores e gestores escolares envolvidos em assédio, violência e outros tipos de abuso sexual**;
- **Capacitar os conselhos escolares e as lideranças locais para lidarem com a VBG, abuso sexual e gravidez indesejada**;
- **Disponibilizar as escolas de instalações sanitárias adequadas às raparigas e ajuda-las a garantirem acesso a produtos sanitários**, para evitar faltas e desistências, sobretudo por parte da rapariga;
- **Criar mecanismos a nível comunitário para garantir a segurança da rapariga no trajeto de/para e na escola**;
- **Apoiar o recrutamento e a formação de mais professoras**, principalmente nas escolas secundárias bem como incentiva-las a candidatar-se a cargos de liderança no sistema educacional;
- **Fornecer bolsas de estudo para raparigas, em particular em contextos onde as taxas de abandono escolar das raparigas no ensino primário são muito elevadas**, como nas províncias da Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado;
- **Fornecer educação sexual nas escolas e contraceptivos** para prevenir a gravidez precoce e o abandono escolar;
- **Promover a educação bilingue**, que se tem mostrado importante para a participação, retenção e sucesso escolar da rapariga;
- **Alargar programas de lanche escolar**, como forma de contribuir para retenção da rapariga na escola e ajudar na melhoria das notas como resultado da melhoria nutricional;
- Criar mecanismos para **sensibilizar raparigas grávidas e mães para continuarem na escola**;
- **Alargar o apoio aos institutos técnicos profissionais para que tenham cotas de entrada para raparigas** em áreas não tradicionais, como ciência, tecnologia, engenharia e matemática;
- **Realizar advocacia e diálogo no processo de elaboração de políticas de assédio e violência sexual**, de forma a que estes não se tornem instrumentos dissuasores para as vítimas e sobreviventes que procuram resolução judicial.



Imagem: ONU Mulheres / C. Costa

## 2.6. Emprego, Desemprego e Trabalho não Remunerado de Prestação de Cuidados

A taxa de emprego no país decresce em função do grau de escolaridade, sendo 75,8% para pessoas sem “nenhum nível de escolaridade” e 48,3% para pessoas com “Ensino Secundário e mais”<sup>112</sup>. Apesar dos avanços em direcção à paridade na educação, os homens continuam a ser ainda a categoria com os graus académicos mais elevados, sendo, por isso, os maiores beneficiários do mercado de trabalho em Moçambique. Os dados indicam que 27% das mulheres são desempregadas, contra 23% dos homens<sup>113</sup>. Adicionalmente, a segregação de género na atribuição de tarefas, tanto no

trabalho formal como no informal, coloca as mulheres em sectores com baixa remuneração. As mulheres são as que têm maior representação na categoria mais pobre do sistema laboral, como é o caso de empregos de remuneração diária e de trabalho doméstico<sup>114</sup>.

O mercado laboral moçambicano é caracterizado por um alto grau de informalidade, com mais de 86% dos trabalhadores por conta própria ou não remunerados como trabalhadores domésticos. Deste universo, 52% são mulheres, ocupando maioritariamente o espaço rural. De um modo geral, o trabalho doméstico é considerado uma não profissão e os/as trabalhadores/as efectivamente excluídos de protecções laborais e sociais. Nas áreas urbanas, o trabalho doméstico nos diferentes sectores é caracterizado por ausência de

<sup>112</sup> Benedito Júnior, Rogério. 2016. *Educação e Empregabilidade da Mulher em Moçambique*. ALREI.org

<sup>113</sup> ILO.(2016. *Mozambique and the Decent Work*. Maputo. ILO.

<sup>114</sup> *Ibid.*

segurança laboral; longas jornadas de trabalho; remuneração baixa e irregular; parâmetros ambíguos de trabalho; ausência de medidas de saúde e segurança no trabalho, limitado descanso semanal e ausência de férias pagas<sup>115</sup>. Sendo este sector a principal fonte de emprego para as mulheres estas são desproporcionalmente afectadas.

Fora do sector agrícola, as mulheres são mais activas no sector de vendas e serviços. No mercado informal, onde são a maioria, as mulheres desenvolvem as suas actividades nas formas mais precárias<sup>116</sup>. A falta de regulamentação do sector informal afecta grande percentagem de mulheres em termos de acesso à protecção social, usufruto de direitos como trabalhadoras, acesso a serviços públicos como água e saneamento e acesso a serviços financeiros.<sup>117</sup>

Noutros sectores da economia, verificam-se oportunidades limitadas para o avanço das mulheres. Na generalidade, as políticas, práticas e normas sociais continuam a enquadrar as oportunidades económicas e de empreendedorismo de maneiras que priorizam a participação e promoção dos homens, frequentemente à custa ou exploração directa do envolvimento e trabalho das mulheres. Verifica-se que as mulheres enfrentam restrições financeiras e falta de educação financeira que as exclui do acesso ao financiamento para novos investimentos; têm oportunidades limitadas de participação em programas de treinamento e filiação limitada em associações profissionais e, estão, na generalidade, ausentes das posições de liderança nessas associações. Reconhecendo estes desafios, o país, através do MGCAS, aprovou, em 2020, o instrumento estratégico PROMULHER, que pretende promover o empoderamento económico da mulher, através de acções de capacitação, formação, acesso aos recursos produtivos e melhoria do ambiente de negócios para empreendimentos de mulheres. O microfinanciamento já é uma prática consolidada, embora ainda chegue à mulher de forma diferenciada: aquelas que residem nas áreas rurais e aquelas com menor nível de escolaridade tendem a ter mais dificuldades para acesso ao crédito.

Apesar de a igualdade de género estar bem estabelecida constitucionalmente em Moçambique, permanecem lacunas no sector laboral. No local de trabalho, persiste a desigualdade de género, incluindo a ausência de lei sobre

não-discriminação no recrutamento e fraca estrutura para a implementação da legislação sobre assédio sexual, incluindo no sector informal, onde se destaca o negócio transfronteiriço. Esta situação constitui uma barreira para a participação da mulher na economia. Nas políticas das empresas, persiste a insensibilidade em relação ao género, o que, geralmente, desfavorece as mulheres, ao se considerar os homens como uma norma e ao não se acomodar as situações e necessidades particulares das mulheres<sup>118</sup>. Um exemplo evidente é o facto de a legislação para os agentes e funcionários do Estado prever a Licença de Maternidade de 90 dias (Lei nº 10/2017, 01 de Agosto), mas não incluir o sector privado, deixando que este mantenha os 60 dias anteriormente estabelecidos, ou use critérios particulares da empresa. É de notar que a recomendação do Perfil de Género de 2016, que não foi satisfeita, propunha a ratificação da Convenção 183 da OIT, que prevê a licença de maternidade de 120 dias.

A economia do país depende, essencialmente, da **agricultura**, cuja força de trabalho se caracteriza por ter baixo nível de escolaridade, com 74,6% das pessoas com “Ensino primário do 1º Grau”, e com os salários mínimos mais baixos <sup>119</sup>. Parte significativa das evidências colectadas informam que os agregados chefiados por mulheres – que residem sobretudo no meio rural, onde se encontra a maioria da população feminina do país – são os que mais dependem da agricultura, sendo, em média, cerca de 20% menos produtivos do que os chefiados por homens, especialmente nas regiões centro e norte de Moçambique <sup>120</sup>. Segundo o estudo da Observatório do Meio Rural (OMR), a prática da actividade agrícola nestes agregados é realizada em pequenas porções de terra e o sistema predominante é a consorciação de culturas, pois, para além de produzirem culturas de rendimentos, estes agregados produzem, igualmente, para a subsistência familiar<sup>121</sup>. Com baixo nível de fertilizantes, tecnologia e maquinaria – o que pode estar relacionado com as limitadas oportunidades de se conectarem e aprenderem com os extensionistas agrícolas, a maioria dos quais são homens – estes agregados familiares, tendem a depender, sobretudo, da mão-de-obra familiar (composta, na sua maioria, por crianças) e da contratação de trabalhadores sazonais<sup>122</sup>. Na generalidade, no sector agrícola as mulheres não têm controle e posse de terra, crédito e treinamento e têm tomada de decisão limitada em relação ao uso da terra.

<sup>115</sup> Castel-Branco, Rute. 2019. O Trabalho Doméstico em Moçambique: Uma Década após a sua Formalização. Fórum Mulher. Maputo.

<sup>116</sup> Greene, Margaret. 2019. *Op. Cit.*

<sup>117</sup> *Ibid.*

<sup>118</sup> Milward, Kirsty. (s.d.). *Op. Cit.*

<sup>119</sup> Benedito Júnior, R. 2016. *Educação e Empregabilidade da Mulher em Moçambique*. ALREI.org

<sup>120</sup> Gradín, Carlos & FinnTarp. 2017. Gender Inequality in Employment in Mozambique. *WIDER Working Paper 207 (21)*

<sup>121</sup> Agy, Aleia. 2020.. *Op. Cit.*

<sup>122</sup> Agy, Aleia. (2020). *Op. Cit.*; Gradín G (2017) *Op.Cit.*

A Lei de Terras aborda parte significativa dos desafios enfrentados pelas mulheres na agricultura, mas a sua implementação mostra-se deficiente. Adicionalmente, à semelhança de vários estudos deste âmbito, constata-se que os instrumentos legais se limitam a conferir igualdade de direitos entre homens e mulheres, em uma sociedade com relações de poder desiguais, sem salvaguardar direitos especiais às mulheres, o que condiciona a governação e administração fundiária equitativa<sup>123</sup>.

O país possui uma vasta costa onde vive 66% da população. A nível nacional, 20% da população depende da **pesca** para a sua renda e mais ainda para a segurança alimentar. Os pescadores artesanais são responsáveis por 90% do peixe capturado que é usado para subsistência e vendido no mercado local<sup>124</sup>. As mulheres desempenham um papel importante e vasto na cadeia de valor da pesca. No entanto, as suas actividades tendem a ser as menos rentáveis: pesca com rede de cerco, a pé, e na apanha de marisco (principalmente amêijoas), especialmente nas áreas protegidas da costa. Os homens realizam a captura e gestão do pescado e as mulheres são quem mais o comercializa.

O envolvimento da mulher é dominante na produção de aquacultura onde a cadeia de valor ainda é fraca, com a maioria do peixe vendido à beira do tanque<sup>125</sup>. A organização social das mulheres no sector é fraca. As mulheres comerciantes estão sub-representadas nos Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs), maioritariamente dirigidos e chefiados por homens. Os CCPs mobilizam e facilitam o acesso à equipamento para conservação do peixe, e estando ausente destes, as mulheres comerciantes tem dificuldade de aceder ao equipamento de refrigeração. Como consequência, estas têm fraca capacidade de negociar o preço do pescado pois, para que este não apodreça, são obrigadas a vender ao primeiro comprador com margens muito limitadas para barganhar o preço. Os CCPs são também responsáveis pela gestão da poupança e crédito rotativo. Como resultado, a atividade comercial das mulheres (em comparação com os homens) é enfraquecido. Isso torna quase impossível para eles expandir sua atividade ou aumentar sua renda.

As normas de género no contexto de Moçambique alocam, de forma generalizada, à mulher a responsabilidade de cuidar das crianças, idosos, doentes e da família, no geral, para além das tarefas domésticas não remuneradas, como preparo de alimentos, colecta de água e fontes de energia para cozinhar, limpeza da casa, lavagem da roupa, entre outras. Estas responsabilidades, que consistem na **economia de cuidados**, constituem um constrangimento de tempo, limitando a possibilidade para a mulher de desenvolver e ter acesso a actividades que geram renda, garantido assim o seu empoderamento económico.

## Conclusões e Recomendações

Os homens continuam os mais beneficiados no mercado de trabalho, pois possuem os níveis de escolaridade mais elevados. O mercado de trabalho moçambicano é caracterizado pela informalidade, com mais de dois terços dos trabalhadores nesta categoria. Neste universo, as mulheres ocupam 52%, maioritariamente no espaço rural. De um modo geral, a categoria de trabalhadores/as informais está excluída de proteções laborais e sociais.

Persistem limitadas oportunidades de avanço para a mulher no mercado laboral, incluindo oportunidades de financiamento, formação e de ocupação de posições de liderança. O assédio sexual, gozo da licença de maternidade e a limitada ou onerosa estrutura de apoio para cuidado de crianças ainda constroem a presença plena da mulher no mercado de trabalho.

Das recomendações do Perfil anterior, continuam por concretizar iniciativas de premiação de empresas privadas e OSC que tenham paridade de mulheres e homens nos níveis técnicos e/ou de liderança, com incentivos fiscais ou de outra natureza. A análise do CEDAW nota, com preocupação, a presença de raparigas entre 12 e 15 anos de idade no mercado de trabalho doméstico (Decreto de Trabalho Doméstico 40/2008).

As recomendações focalizam o seguimento das propostas anteriores ainda não alcançadas e, adicionalmente:

- **Apoiar os programas de empoderamento económico das mulheres usando** a perspectiva

<sup>123</sup> Fórum Mulher. 2018. Direitos das Mulheres à Terra no Contexto de Pluralidade de Direitos: O Caso de Moçambique.

<sup>124</sup> The World Bank.s.d. Communities Livelihoods Fisheries: Fisheries Governance and Shared Growth in Mozambique. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/403651525888008345/>

pdf/Communities-livelihoods-fisheries-fisheries-governance-and-shared-growth-in-Mozambique.pdf

<sup>125</sup> Brugere, Cecile. 2014. Study of fisheries and aquaculture value chains in Mozambique: How to reduce gender discrimination in the fisheries and aquaculture sectors: Norad report 2/2014.

transformadora de género (gender transformative approach), para permitir que elas negociem e tomem decisões sobre suas vidas e negócios e permitie que de facto as mulheres se possam beneficiar dos seus rendimentos e evitar que sejam exploradas;

- **Alterar ou revogar o artigo 4 do Decreto sobre Trabalho Doméstico (No. 40/2008), para proibir a participação de crianças no mercado do trabalho doméstico;**
- **Apoiar a assistência técnica e treinamento de mulheres na gestão, florescimento e outras áreas relevantes em pequenas e médias empresas;**
- **Fortalecer o sistema de certificação de exportação, para que mais mulheres possam qualificar-se para exportar seus produtos;**
- **Garantir que a revisão da Lei de Terra inclua cláusulas que permitam maior controle e posse de terra por parte da mulher, potenciando a prática agrícola pelas mulheres,** privilegiando a agroecologia e as demandas nutricionais dos agregados familiares, bem como a massificação das tecnologias de prevenção e alerta aos desastres naturais;
- **Identificar, fortalecer e trabalhar com associações e cooperativas de mulheres, como plataformas para desenvolver habilidades de empreendedorismo e aumentar a diversificação de produtos no mercado;**
- **Alargar o número de creches e ensino pré-escolar, para criar empregos e liberar as mulheres** para trabalharem fora de casa e garantindo a obtenção de rendimentos;
- **Fiscalizar o cumprimento da licença de maternidade e arranjos de amamentação, especialmente no sector privado;**
- **Realizar inspeções de trabalho regulares em todos os sectores laborais, de modo a fazer cumprir a Lei de Trabalho e garantir condições de trabalho decentes no sector informal;**
- **Compartilhar informações referente à legislação sobre *procurement* e cadeias de valor com organizações de mulheres, para que elas possam treinar mais mulheres;**
- **Apoiar o sector privado para vincular os jovens a potenciais empregadores;**
- **Advogar pela integração do género no Plano Nacional de Investimentos, particularmente no Sector Agrário;**
- **Desenvolver uma estratégia nacional de promoção das pequenas e médias empresas, do empreendedorismo e da incubação de *start-ups*;**
- **Estabelecer um sistema eficaz e funcional de denuncia de assédio sexual no local de trabalho, que não seja dissuasor para as sobreviventes;**
- **Fortalecer as associações de mulheres no sector da pesca e garantir a presença destas nos Conselhos CCPs.**



Imagem: ONU Mulheres / C. Costa

## 2.7. Inclusão Digital

Moçambique apresenta, no contexto dos países de renda baixa e média, os níveis mais baixos de posse de telefone celular apenas 46% das mulheres possuem telefone celular, contra 56% dos homens e de acesso à internet (17% para as mulheres e 27% para os homens). Assim, a lacuna de género para posse de telefone celular é de 17%, o que significa que as mulheres têm 17% menos probabilidade do que os homens de possuírem um telefone celular<sup>126</sup>. Os baixos níveis de utilização da internet no país são atribuídos a questões relacionadas com (i) acessibilidade a dispositivos habilitados para internet como computadores e *smartphones* e/ou capacidade de pagar os custos de conectividade (associadas a baixa ou ausência de renda); (ii) educação (literacia e competências digitais); e (iii) falta de eletricidade, que afecta metade da população moçambicana, especialmente nas zonas rurais<sup>127</sup>.

<sup>126</sup> GSMA. 2020. The Mobile Gender Gap Report 2020. GSMA Connected Women.

<sup>127</sup> Gillwald, Alison, Onkokame Mthobi & Broc Rademan. 2019. The State of ICT in Mozambique. Cape Town: Reserach ICT Africa.

As mulheres têm 39% menos probabilidade de usar a Internet móvel. No contexto nacional, tal como na maior parte dos países africanos, a inclusão digital faz-se, maioritariamente, de forma móvel, a partir do uso do *smartphone*. No entanto, a presença do *smartphone* em Moçambique é de 7%, o que explica os baixos 10% da difusão da internet neste país. Os dados de 2020 indicam que apenas 18% das mulheres e 22% dos homens possuem um *smartphone*. Adicionalmente, as mulheres são menos propensas do que os homens a adquirir o seu próprio dispositivo (81% dos homens e 58% das mulheres)<sup>128</sup>. Como as mulheres estão concentradas entre os mais pobres, sem educação e, portanto, com menos chances de obter emprego, elas são desproporcionalmente marginalizadas dos benefícios das TIC para melhorar seu bem-estar.

Os dados apresentados reflectem os desafios do país para garantir a inclusão digital e as desigualdades de género associadas. Se o acesso à internet possui o poder de expandir oportunidades sociais e económicas, participação cívica e activismo, bem como a compreensão cultural e das artes, o presente cenário demonstra exclusão de parte significativa da população (com enfoque para a população rural), especialmente as mulheres. A análise de 2020 informa que, para além destes benefícios, os usuários servem-se da internet porque ela ajuda na realização do trabalho quotidiano, estudos e trabalho doméstico bem como permite o acesso a informação que, de outro modo, seria de difícil acesso. Para além destas vantagens, as mulheres referiram, especialmente, que se sentem seguras<sup>129</sup> quando acedem a informação por via da internet<sup>130</sup>. Ademais, a COVID-19 colocou a nu a necessidade de investimento e ampliação da digitalização, em especial para responder aos novos modelos de ensino-aprendizagem, trabalho ou empreendedorismo. Conforme mostram as estatísticas de acesso e literacia digital acima desagregadas por sexo, esta situação coloca ainda mais as raparigas em desvantagem.

Apesar de incipientes, já existem iniciativas no mundo digital iniciadas por mulheres. Em 2019 foi lançada a plataforma digital *Junt@s* para promover a presença segura de mulheres e de forma anónima num espaço digital onde elas podem falar abertamente sobre VBG, casamento prematuro, gravidez, entre outros temas, com privacidade. A mulher como protagonista na área digital também emerge, embora

ainda timidamente, em plataformas de empreendedorismo, blogs e como influenciadoras

No entanto, Moçambique tem um caminho desafiador pela frente, se quiser explorar todo o potencial do sector das TIC no desenvolvimento da sua economia e progredir nas metas de tecnologia da informação e comunicação, condição para o cumprimento dos ODS das Nações Unidas. Para que os países vejam o crescimento económico e social associado ao investimento em infraestrutura de banda larga, uma massa crítica de 20% deve ser alcançada. Com apenas 10%, Moçambique não desfrutará dos efeitos de rede e multiplicadores positivos associados à conectividade de banda larga<sup>131</sup>. Contudo, o alargamento do acesso à rede de internet, dos espaços e ferramentas digitais deve acautelar a ética e a literacia digital, de modo a minimizar e proteger os usuários das ameaças, do controle e do assédio que ocorrem nas plataformas digitais. A violência contra as mulheres relacionada com a tecnologia é perniciosa, assustadora e muitas vezes tratada pela polícia e pelas instituições como “não tão grave”, uma vez não haver evidência física de dano<sup>132</sup>. Adicionalmente, evidências anedóticas parecem mostrar a tendência de crescimento de discursos de ódio (EIC sociedade civil)

No país, 56% da população urbana não tem acesso a serviços financeiros formais. As áreas rurais e as mulheres têm ainda menos acesso a estes serviços<sup>133</sup>. A promoção do acesso ao dinheiro móvel pelas mulheres, que são as principais responsáveis pela gestão financeira do agregado familiar, é uma estratégia importante para responder as metas da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016-2022. Embora o país já possua vários actores no sector de prestação de serviços de dinheiro móvel, estes não estão interconectados. O acesso a estes serviços ainda é limitado: apenas 2,7% das mulheres e 4,2% dos homens têm acesso a serviços de dinheiro móvel<sup>134</sup>.

O dinheiro móvel pode ter o potencial de reduzir as diferenças de género no desempenho económico entre os microempresários. Análises demonstram que fornecer uma combinação de acesso a uma conta de dinheiro móvel e formação empresarial aos vendedores nos mercados urbanos melhorou, substancialmente, o seu nível de literacia financeira e desempenho, e ajudou as vendeiras a

<sup>128</sup> GSMA 2020 *Op. Cit.*

<sup>129</sup> *Ibid.*

<sup>130</sup> *Ibid.*

<sup>131</sup> Gillwald, Alison, Onkokame Mthobi, & Broc Rademan. 2019. *Op. Cit.*

<sup>132</sup> Radloff, Jennifer. 2013. Digital Security as Feminist Practice. *Feminist Africa*, 18: 145–55.

<sup>133</sup> Women’s World Banking. 2017. Women: The Next Frontier for the Digital Finance in Mozambique.

<sup>134</sup> Maugeri, Novella. 2017. Women’s Financial Inclusion: 5 Reasons Why it Matters for Mozambique. International Growth Centre (IGC) Blog <https://www.theigc.org/blog/womens-financial-inclusion-5-reasons-matters-mozambique/>

atingirem quase os mesmos níveis de desempenho económico que os seus colegas homens, para além de promover poupança<sup>135</sup>.

## Conclusões e Recomendações

Globalmente, Moçambique apresenta os níveis mais baixos de posse de telefone celular e acesso à internet. As mulheres têm 17% menos probabilidade do que os homens de possuírem um telefone celular e 39% menos probabilidade de usar a internet. Esta realidade limita as oportunidades sociais e económicas, de participação cívica e activismo, bem como a compreensão cultural e das artes.

Com a evidência de que os preços dos dispositivos e mesmo serviços de baixo preço não são acessíveis para a maioria dos moçambicanos, a recomendação é que o governo encontre formas de **(a) apoiar a redução dos custos correspondentes e assegurar acesso público complementar**. Os “*Smart feature phones*” mais baratos e ecológicos, embora não compartilhem todos os recursos de um *smartphone* e mantenham o formato básico das primeiras gerações de telefone celular, normalmente permitem a instalação de aplicativos populares e têm a capacidade de fornecer uma experiência de navegação muito mais rápida e satisfatória do que os telefones tradicionais. Estes telefones podem ser uma opção para alargar o acesso. O governo pode **(b) garantir taxas de importação e de comercialização destes smartphones mais acessíveis e competitivos**, para que estejam mais disponíveis. Adicionalmente, há necessidade de **(c) alargar o acesso ao dinheiro móvel à homens e mulheres**, incentivando operadores do sector e promovendo a ligação destes com a banca bem como a interconexão entre eles

### 2.8. Água e Saneamento

O acesso à água, saneamento e higiene (WASH – sigla em Inglês) possui uma forte dimensão de género. Por um lado, alguns dos desafios da má qualidade e do acesso a estes serviços afectam exclusivamente à mulher, devido a sua condição biológica; por outro lado, outros factores estão

associadas a normas sociais de género. A ausência de instalações de gestão de higiene menstrual e suprimentos sanitários colocam desafios à rapariga para frequentar a escola e prosseguir com os seus estudos. Tal como reportado na avaliação de género de 2019 da USAID, a menarca e o início da puberdade coincidem, para as raparigas, com ausências prolongadas e frequentes à escola e aumentam o risco de abandono escolar, pois ficam para trás em relação aos colegas do sexo masculino<sup>136</sup>. Este é um desafio a considerar para a igualdade de género, uma vez que as estatísticas apontam que os anos médios de escolaridade são baixos: 2.7, para as mulheres, contra 4.5, para os homens<sup>137</sup>.

A pandemia da COVID-19 salientou a importância de WASH no sector da educação. Mais de 8.5 milhões de alunos tiveram atrasos no retorno à escola, uma vez que estas não possuíam condições de água e saneamento para garantir a prevenção do vírus. Adicionalmente, as estatísticas de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que 27.6% da taxa de mortalidade no país está associada à exposição a infecções decorrentes da falta de serviços de WASH<sup>138</sup>, especialmente associadas a doenças como cólera e malária.

Dar à luz em contextos de fraco acesso à água, saneamento e higiene expõe as mulheres a riscos de saúde adicionais, devido à maior exposição a infecções. No país, 80% dos centros de saúde não tem água e energia<sup>139</sup>. Neste cenário, as condições de higiene no parto e pós-parto ficam comprometidas, implicando um maior potencial para contração de doenças e morte, tanto para a mãe como para o recém-nascido. De facto, embora se tenham registado progressos nos últimos anos, segundo o Censo de 2017, as taxas de morbilidade associadas à saúde materno-infantil continuam significativas: taxa de mortalidade materna: 451,6/1000; taxa de mortalidade infantil: 67,3/1000; e taxa de mortalidade neonatal 30/1000.

Onde a água não está disponível no local, as mulheres são, mais frequentemente, as que arcam com o peso da colecta desta para o consumo do agregado familiar e realização das tarefas domésticas. Estas dispendem o seu tempo desempenhando esta actividade não remunerada que, como

<sup>135</sup> Batista, Catia, Sequeira, Sandra & Pedro Vicente. 2017. Mobile Money, Micro-empresas e Poupanças: O Caso de Moçambique. IGC e USAID.

<sup>136</sup> Greene, Margaret. 2019. *Gender Assessment for USAID/Mozambique Country Development Cooperation Strategy (Final Report)*. Iris Group for Management Systems International (MSI)/Tetra Tech Company.

<sup>137</sup> UNDP. 2020. *The next Frontier: Human Development and the Anthropocene: Briefing Note for Countries on the 2020 Human Development Report*.

[http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr\\_theme/country-notes/MOZ.pdf](http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/MOZ.pdf)

<sup>138</sup> World Health Organization. 2021. *World Health Statistics 2021: Monitoring Health for the SDGs, Sustainable Development Goals*. Geneva.

<sup>139</sup> Loughnan, Libbet & Craig Kullmann. 2017. *Gender and Sex Inequalities in Water, Sanitation and Hygiene. World Bank Blogs The Water Blog* (blog), September 2017.

consequência das mudanças climáticas o acesso a água em vários locais implica longas e por conseguinte o aumento do tempo dispendido pelas mulheres. Esta actividade limita, ou até coíbe, a oportunidade de a mulher realizar actividades de geração de renda e, as raparigas de frequentarem a escola integralmente. Adicionalmente, nos contextos em que a mulheres têm que caminhar longas distâncias para a colecta de água, especialmente em tempos de seca como a vivida no Sul país em 2016, a sua segurança fica comprometida expondo-as ao risco de agressão física e sexual.

O investimento em WASH, no país, tem-se centrado na melhoria de acesso à água potável, ao passo que o saneamento e a higiene têm recebido menor atenção. No entanto, em 2017, a percentagem de “fecalismo a céu aberto” nas áreas rurais aproximava-se dos 50%<sup>140</sup>. As consequências desta prática para a saúde são significativas, como é o caso da exposição à cólera.

## Conclusões e Recomendações

Os constrangimentos de acesso à água e saneamento afectam desproporcionadamente qualidade de vida, acesso à redmnetos e a saúde de vida da mulher e rapariga. Assim, as recomedacões incluem a necessidade de:

- **Alargar os serviços de provisão de água nas comunidades**, de modo a libertar a mulher da morosidade da colecta de água
- **Sensibilizar e dissuadir a prática de fecalismo a céu aberto, providenciado infraestruturas alternativas de saneamento;**
- **Garantir infraestruturas de saneamento e suprimentos sanitários para mulheres e raparigas, especialmente na escola, para reduzir as faltas e a probabilidade de desistências.** Ainda nas escolas, tais infraestruturas ser devem oferecer segurança e privacidade uma vez que o abuso sexual pode ser motivado pela proximidade das casas de banho de raparigas e rapazes ;
- **Melhorar as condições de água e saneamento nas unidades sanitárias, para evitar infecções, especialmente no concernente aos serviços de parto e pós-parto.**

<sup>140</sup> USAID. 2020. Mozambique: Water and Development Country Plan.

<sup>141</sup> USAID. s.d. Engendering Utilities partner Profile: EDM Mozambique.

## 2.9. Energia e Transporte



Imagem: ONU Mulheres / C. Costa

Moçambique tem o maior potencial de geração de energia na África Austral, no entanto, apenas 28% da população, principalmente residentes em áreas urbanas, tem acesso à eletricidade<sup>141</sup>. Os combustíveis sólidos e a biomassa tradicional, como a madeira e o carvão, são a principal fonte de combustível e as mulheres tendem a estar mais envolvidas neste sector. O uso de tais fontes de energia tem efeitos prejudiciais para a saúde das pessoas e para o meio ambiente, como a perda de vegetação e problemas de saúde associados ao transporte de lenha e poluição.

As mulheres e raparigas são também as principais responsáveis pela colecta do combustível para confecção de alimentos e outras tarefas domésticas, o que levanta uma dimensão de género relevante da pobreza: “pobreza de tempo”. As mulheres rurais não têm tempo no sentido de

que a sua capacidade de se envolver em outras atividades produtivas (como educação e trabalho remunerado, mas também a sua participação em espaços de tomada de decisão e influência a nível local) é limitada pelo tempo gasto em actividades de produção de energia, como a coleta de lenha<sup>142</sup>.

As aspirações de provisão de energia para todo o país estão ancoradas na provisão de energia eléctrica. Esta é bastante onerosa levando ao risco de o projecto levar muito mais tempo. O investimento em sistemas mais acessíveis e mais baratos como a energia solar constitui-se como alternativa viável. Ao nível das política e gestão, a falta de reconhecimento do papel das mulheres no setor de energia levou a políticas de energia "cegas ao género", bem como ao seu financiamento e execução. No entanto, os actuais instrumentos de orientação e planificação do sector de energia já tem tido em conta as questões/sensibilidade de género. Os exemplos incluem a Estratégia Nacional de Eletrificação 2018-2030 que representa um instrumento importante no quadro das acções visando a materialização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável na sua globalidade e fornecer os elementos necessários que permitam a Moçambique alcançar o objectivo do acesso universal à electricidade até 2030. Adicionalmente, o Projecto Energia para Todos (ProEnergia) e o Relatório sobre a Formulação de pontos de entrada conceituais e estratégicos para a integração de género na promoção do acesso sustentável à energia para todos (2021).

O país possui uma rede de **transporte** limitada. Os homens têm maior probabilidade de possuir um meio de transporte. Segundo um estudo da agência Japonesa de Cooperação, nas áreas urbanas, como consequência de as mulheres possuírem menos chances de possuir um meio de transporte, elas realizam menos viagens (1,5) que os homens (1,9)<sup>143</sup>. Em termos práticos, significa que as mulheres ficam circunscritas a um raio menor em sua vida cotidiana do que os homens, portanto, com menos chances de acesso à educação, emprego, entre outras actividades. O limitado trabalho de transporte também é um problema para o acesso aos serviços de saúde, o que compromete a saúde das mulheres, mas também a da família, pois a norma social coloca as mulheres como responsáveis por cuidar das crianças e dos idosos

Os resultados empíricos revelaram a renda familiar como o principal atributo que afecta a probabilidade de uso do

transporte de autocarro em Maputo. Os resultados também indicaram que as mulheres são menos propensas a usar os autocarros em seus deslocamentos diários. Esses resultados mostram que o comportamento de transporte é fortemente influenciado por variáveis de renda e género, com mulheres e homens sendo afetados de forma desigual.

A irregularidade e escassez de transporte coloca, de forma específica, mulheres e raparigas em risco de assédio e violência. Para conseguir transporte atempadamente, tem que fazer as paragens nas primeiras horas da manhã estado expostas a violência uma vez que as ruas estão ainda desertas e escuras. O mesmo acontece nas viagens de retorno, ao final do dia. No transporte público, as mulheres também ficam expostas à violência, seja de cobradores que não respeitam os seus corpos quando as assedeiam para usar os seus serviços (no âmbito da competição por clientes) ou violência psicológica, com comentários indevidos e insultos frequentes na relação entre prestadores de serviços semi-colectivos de passageiros e os passageiros.

Com a expansão rápida e contínua dos subúrbios, espera-se que uma proporção significativa de passageiros de baixa renda, especialmente mulheres, continue fazendo suas viagens diárias a pé, o que restringe as oportunidades dos passageiros de participar de actividades urbanas, resultando em uma baixa qualidade de vida. O que isso implica é que os planejadores de transporte devem considerar a renda e o género ao planejar, projetar e implementar políticas de transporte<sup>144</sup>.

## Conclusões e Recomendações

A fraca rede de transporte cria limitações na deslocação e oportunidades especialmente nas áreas rurais e de forma desproporcional para as mulheres. Em áreas urbanas e peri-urbanas das capitais provinciais, as deslocações diárias estão cada vez mais difíceis, especificamente para os residentes de baixa renda, em parte devido à rápida expansão dos subúrbios e ao aumento do uso de transporte privado e à deterioração dos serviços de transporte público

- **Considerar a renda e as desigualdades de género nos processos de planificação, projecção e implementação de políticas de transporte**

<sup>142</sup> UNDP. 2012. Gender and Energy. Gender and Climate Change Capacity Development Series: Training Module 3. [https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/TM3-Africa\\_Gender-and-Energy.pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/TM3-Africa_Gender-and-Energy.pdf)

<sup>143</sup> JICA. 2014. Comprehensive Urban Transportation Master Plan for the Greater Maputo. Final Report, Vol 1 & , Master Plan Maputo

<sup>144</sup> Tembe, Atanásio & Anselmo Matusse. 2020. Commuting Trips, Income and Gender in the Metropolitan Maputo, Mozambique. Current Urban Studies. 8: 563-575

- **Alargar o acesso de energia no país através da rede eléctrica nacional, de sistemas isolados e de energias alternativas**, uma vez que o seu uso reduz em grande medida o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico libertando-as para actividades de geração de rendimento e do cesso à educação (alfabetização no período nocturno)
- Garantir que as políticas, documentos normativos, programas e iniciativas do sector de energia, sejam inclusivos e promovam o equilíbrio em termos de género
- **Promoção de programas que promovam o acesso e uso a fogões melhorados e adaptados à energias alternativas e renováveis.**
- **Sensibilizar sobre os riscos de saúde e ambientais do uso de biomassa** como combustível para confecção de alimentos.

*Imagem: ONU Mulheres / C. Costa*



## Capítulo 3: Raízes da Desigualdade de Género

### 3.1. Desafios das normas sociais e culturais

O alcance da igualdade de género implica, não somente implica a realização de reformas formais – onde o país já realizou os maiores esforços – mas também em questões informais, tácitas, ocultas e inconscientes que se consolidam nas normas sociais e culturais da determinada sociedade ou comunidade. Esta é “estrutura profunda” - a colecção de valores, história, ideologias e práticas produtivas e reprodutivas, na esfera pública e privada, que formam a base das escolhas e do comportamento da sociedade, suas instituições e seus indivíduos. A estrutura profunda está ligada ao inconsciente dos indivíduos na medida em que está maioritariamente fora da consciência e não é questionada<sup>145,146</sup>.

No contexto Moçambicano as relações de género são patrilineares no Centro e Sul do país e no Norte, com uma tradição de descendência matrilinear, em que os bens passam geralmente de uma geração para a outra através dos familiares da mãe, mas o poder de decisão é investido no irmão da mãe (tio materno), que detém o direito de distribuir os bens e recursos<sup>147</sup>. São determinações das normas sociais e culturais para as mulheres: a submissão da voz e de participação activa no espaço público; a tomada de decisão, o controle do corpo da mulher e raparigas; o controle sobre os recursos em desvantagem para as mulheres, particularmente para as raparigas. Estas determinações contribuem para as limitações estruturais no acesso das mulheres à terra, aos serviços de saúde, à educação, à participação como cidadã incluindo na esfera política e à informação de qualidade. Neste contexto, a sua autonomia para agir em espaços formais para encontrar soluções para os seus problemas é compreensivelmente limitada.

As normas sociais relacionadas aos papéis de género se traduzem em desigualdades de oportunidade entre raparigas e rapazes: a educação e o trabalho remunerado por parte das raparigas tem menos prioridade já que seu papel principal e de cuidar da casa, do marido, e dos filhos. Mulheres e raparigas experienciam com a frequência a falta de liberdade devido as obrigações domésticas e de ter que cuidar dos filhos sozinhas, o estresse da dupla ou tripla jornada quando também estudam e/ou trabalham, a falta de oportunidade

para seguir seus sonhos profissionais, e as violências baseadas em género.

As dinâmicas sociais e culturais não são fixas, elas têm o potencial de alterar. O estudo sobre expectativas de raparigas em quatro cidades do país encontrou sinais de ruptura, exemplos de raparigas e rapazes que já pensam ou agem de maneira diferente, enfrentando as normas das suas famílias e comunidades. Os exemplos incluem raparigas que negociam com seus pares o tempo necessário para seguir com seus estudos ou completar cursos técnicos ou profissionais, ou que entram em profissões tradicionalmente masculinas, e rapazes que aceitam compartilhar as tarefas domésticas para liberar tempo para as raparigas, e ambos raparigas e rapazes que reconhecem a importância de adiar o casamento e a gravidez até completar seus estudos e ter um trabalho estável. Existem também famílias que reconhecem a importância da educação das suas filhas para dar-lhes as melhores oportunidades de vida.

### Conclusões e Recomendações

No contexto do país, o peso da estrutura socio-cultural profunda ainda impacta nas possibilidades e opções dos indivíduos. No entanto a partir dela é possível potenciar transformações que promovem maior equidade social e de género. Assim, as recomendações para acção incluem:

- **Promover a integração da igualdade de género no currículo escolar** e em outros programas escolares;
- **Implementar processos participativos e empoderadores para engajar múltiplos actores:** debates, rodas de conversas, palestras, radio e foto novelas e outras iniciativas de mudança de comportamento social como já vem sendo implementadas por diversas organizações da sociedade civil
- **Usar os ritos de iniciação como um espaço cultural para introduzir novas e mais equitativas dinâmicas de poder** nas relações entre rapazes e raparigas incluindo no concernente à SSR;
- **Criar espaços para reflexão sobre as implicações das normas sociais que envolvem não somente mulheres e raparigas**, mas também homens, rapazes, as famílias, e as entidades sociais, e outros agentes de mudança nas suas comunidades;
- **Apoiar programas que envolvam os homens e ofereçam oportunidades para discutir as preocupações**

<sup>145</sup> <https://genderatwork.org/analytical-framework/>

<sup>146</sup> DFID/OPM Programa Ligada. s.d. Aspirações, Percepções e Experiências de Trabalho de Meninas Adolescentes e Mulheres Jovens em Quatro Cidades em Moçambique – Tete, Beira, Nampula e Maputo.

<sup>147</sup> Casimiro, Isabel et al. 2012. Desafio do Sida nas suas Dimensões Socioeconómicas, Culturais e Políticas no Brasil, África do Sul e Moçambique 2011-2012. Relatório de Pesquisa do Projecto de Pesquisa de Maputo

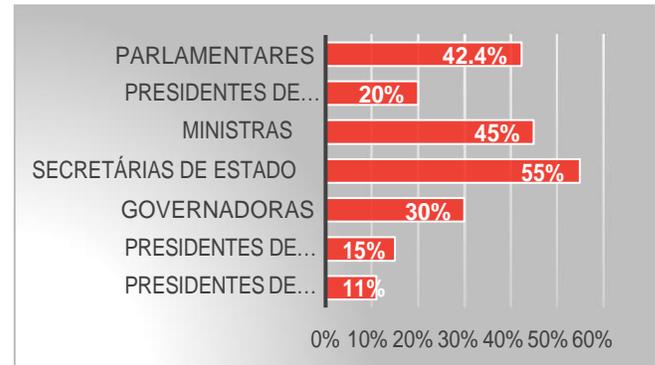
**dos homens, relações de poder, masculinidade** (papéis, expectativas, força, prazer, responsabilidade, etc.) e os impactos negativos da masculinidade tóxica na vida de meninos e homens;

- **Criar as condições para melhor acesso à oportunidades entre os jovens, e as raparigas em particular**, inclusive a educação e a qualidade do ensino, a oferta de oportunidades de trabalho, e o combate a violência e corrupção que reduzem a capacidade dos jovens de aproveitar das oportunidades disponíveis;
- **Implementar campanhas de comunicação tanto em Português como nas línguas locais usando meios como cartazes, pintura na parede, rádio, internet, redes sociais e telefone.** Estas campanhas devem ser desenvolvidas com entidades comunitárias tais como as igrejas, as associações comunitárias e programas e projectos voltados aos jovens, em particular, mas a comunidade no geral;
- Apoiar a **visibilização e exposição, especialmente nas áreas rurais, modelos femininos nas áreas económicas, sociais, políticas** (e outras) que possam servir como bons exemplos para raparigas e mulheres nas comunidades;

### 3.2 Voz e Participação

Cinquenta-cinquenta é meta do Protocolo da SADC sobre Género e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável para a participação política de homens e mulheres. Moçambique é uma referência global pelo seu compromisso político em relação ao acesso das mulheres aos órgãos de soberania, principalmente no que concerne à representação parlamentar, constituindo, na legislatura de 2019, 42.4% dos assentos. Na recentemente criada figura de Secretário/a de Estado Provincial, seis dos 10 nomeados são mulheres, o que equivale a 55% e, dos 21 nomeados para o cargo de Ministro/a, 10 são mulheres (45%).

No entanto, o país apresenta ainda vários desafios. O caminho para a paridade de género está mais avançado ao nível central: Parlamento, Ministros e Secretarias de Estado Provinciais.



**Figura 3:** Representação de mulheres em cargos de confiança, poder executivo, legislativo e judicial 2019-2020.  
148

À medida que analisamos os cargos de soberania aos níveis secundários e terciários (provincia, distrito e autarquia), o fosso torna-se mais acentuado. Das 53 autarquias locais, apenas seis são governadas por mulheres (11%). No global, a percentagem de representação de mulheres em cargos de tomada de decisão em Moçambique é de 32,5%.

A adopção do Sistema Zebra, que implica a representação equitativa de mulheres e homens de forma alternada e sucessiva nas listas de candidaturas dos actores políticos aos pleitos eleitorais, pode contribuir para a meta da participação equitativa de mulheres e homens na política e nos processos de tomada de decisão. A fraca candidatura de mulheres nos processos eleitorais decorre, não só de motivos associados ao funcionamento dos partidos políticos, como também de estereótipos sociais de género, que concebem o espaço político como um espaço eminentemente masculino. A análise da participação das mulheres nas eleições mostrou que, para as eleições municipais de 2018, os partidos políticos apresentaram falta de vontade política para colocar mulheres como candidatas, usando a justificação de que estas não possuem capacidade. Curiosamente, nas eleições gerais de 2014, as mulheres compreendiam 40% de candidatos da Frelimo, 27.6% da Renamo e 20.4% do Movimento Democrático de Moçambique (MDM)<sup>149</sup>.

A lealdade ao partido político entre as mulheres é também uma barreira para o seu envolvimento efetivo nos processos eleitorais, tanto a nível de candidatura quanto depois de

<sup>148</sup> Tabela compilada pela autora, dados retirados de: Gender Links (2020) Monitoria e Avaliação de Género em Moçambique Resumo 50/50. Maputo.

<sup>149</sup> Nyamuzuwe, Gloria. 2020. Analysis of the Women's Participation in Elections in Mozambique. Maputo. UNDP.

eleito. Os partidos políticos determinam quem são os nomeados e eleitos e que questões ganham destaque a nível nacional. Às vezes, há conflito entre a agenda de género e a agenda do partido político, sendo que, nesses casos, a agenda do partido político tem precedência. A afiliação política também cria barreiras entre as mulheres eleitas e outras mulheres, especialmente de partidos diferentes. Os desafios de participação nos órgãos de tomada de decisão afectam mais incisivamente as mulheres jovens com menos de 35 anos, tendo em conta a média de idades no país. Como colocou uma das informantes-chave, líder de uma rede de jovens: “como podem as nossas preocupações ser ouvidas e resolvidas se não estamos lá? O problema não está apenas nos órgãos do Estado, este se replica para a sociedade civil, onde as gerações de feministas de Beijing e da Lei da Família (2004) ficam no poder e não partilham nem empoderam mulheres jovens paraliderança”.

Adicionalmente, a violência eleitoral contra a mulher é uma realidade. Embora difícil de quantificar, por acontecer primordialmente na esfera privada, a violência é perpetrada por lideranças de partidos políticos, funcionários eleitorais ou membros da família. Esta violência representa um obstáculo significativo para o aumento da representação de mulheres na esfera política<sup>150</sup>.

As últimas eleições gerais de 2019 apresentaram um cenário interessante: uma grande percentagem de mulheres que se recensearam, mas um elevado número de abstenção destas na votação. As análises indicam que o número de recenseados é elevado especialmente nas áreas rurais como resultado da mobilização comunitária, onde os líderes passam uma mensagem que associa o cartão de eleitor a benefícios irreais. Como resultado dessa percepção, muitas mulheres rurais recenseiam-se, mas não se fazem presentes no dia da votação. Outros factores associados à elevada abstenção de mulheres incluem: o peso das tarefas associadas aos papéis de género, que deixam a mulher sem tempo suficiente para se engajar na política; a influência do parceiro na decisão sobre em quem votar ou mesmo sobre o exercício do voto, especialmente nas zonas rurais; a falta de motivação para votar, pois perderam a confiança na habilidade do processo político trazer mudanças para as suas vidas<sup>151</sup>.

Para além dos processos políticos, a participação noutras esferas da vida social apresenta também desafios. Várias

análises apontam para a limitação do espaço de acção da sociedade civil no país. Uma análise do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) mostra que, na última década, a acção da sociedade civil tem estado a ser limitada pelo uso da intimidação, criação de medo e intolerância política, incluindo para a contestação de atropelos aos Direitos Humanos. Com a pandemia da COVID-19 e restrições associadas, esta tendência aumentou<sup>152</sup>. Como resultado, as OSC, incluindo as que desenvolvem actividades de sensibilização e monitoria relativa à promoção de igualdade de género, intensificaram os seminários virtuais e passaram a usar as actividades de provisão de serviços como ponto de entrada para acções para questões ligadas à governação<sup>153</sup>.

## Conclusões e Recomendações

A análise de género da participação dos cidadãos mostra que a paridade de género nos cargos políticos é visível nos níveis centrais de poder, nomeadamente entre Parlamentares, Ministros/as e Secretários/as de Estado. No entanto, ao nível provincial e distrital, a tendência é a dominância dos homens. Os partidos políticos continuam a usar estereótipos de género e falta de vontade política para limitar a presença de mulheres candidatas. Quando as mulheres chegam aos cargos de tomada de decisão, tendem a ser movidas pela lealdade e agenda do partido político, criando espaço para conflito entre a agenda de género e a agenda do partido. O país tem vivido uma progressiva redução do espaço de acção da sociedade civil, através de ameaças e criação de cultura de medo e intolerância política.

As recomendações incluem:

- **Adoptar o Sistema Zebra para a representação equitativa de homens e mulheres**, de forma alternada e sucessiva, nas listas de candidatura;
- **Garantir, ao nível do quadro jurídico, condições especiais que permitam a representação da mulher nas posições eleitas e nas listas dos partidos;**
- **Criar mecanismos para inclusão de jovens (maiores de idade na faixa aproximada à média de idade no país) nas posições de tomada de decisão;**
- **Alcançar e envolver as mulheres rurais, através de mais parcerias com associações como o Movimento Moçambicano de Mulheres Rurais;**

<sup>150</sup> *Ibid.*

<sup>151</sup> *Ibid.*

<sup>152</sup> Pereira, Crescêncio & Salvador Forquilha. 2021. Navigating Civic Space in a Time of COVID-19: Mozambique Country Report. IESE.

<sup>153</sup> *Ibid.*

- **Promover programas que apoiem a formação das Mulheres em participação política e tomada de decisão** para aumentar a sua consciencia sobre os assuntos
- **Apoiar mecanismos institucionais de género que levem o Estado a uma maior responsabilização e monitoramento de seu trabalho na área;**
- **Reforçar, no seio das mulheres, a mensagem de que o voto delas é importante, sua voz conta e que seu registro de votação permanecerá confidencial.**



Imagem: ONU Mulheres / C. Costa

### 3.3. Pessoas com Deficiência

No anterior Perfil de Género, a deficiência física é apontada como um dos factores que continuam a discriminar e a

excluir mulheres e raparigas da vida social, política e económica. Reconhecendo esta realidade, o governo ratificou a Convenção sobre as Pessoas com Deficiência e aprovou decretos e estratégias que estabelecem direitos e obrigações para trabalhadoras e trabalhadores com deficiência na Função Pública<sup>154</sup>. Como resultado destas iniciativas, fez-se a adaptação dos principais edifícios ministeriais, de modo a facilitar o acesso de pessoas com deficiência (PcD). No entanto, estas acções excluem pessoas com deficiência que não a física ou com mobilidade condicionada, criando discriminação e atingindo um alcance insignificante sob o ponto de vista de promoção e protecção do direito à acessibilidade<sup>155</sup>. Uma avaliação dos diferentes instrumentos legais nacionais aponta para a existência de múltiplas provisões que ferem os direitos humanos das pessoas com deficiência<sup>156</sup>.

Os desafios para a materialização das acções referem-se à recolha de dados e sua desagregação por sexo e tipologia de deficiência<sup>157</sup>. No entanto, persistem desafios institucionais que, segundo a análise realizada pela AIFOMOZ, organização sem fins lucrativos que actua nas áreas de deficiência e saúde, limitam a promoção, protecção e monitoria dos direitos das pessoas com deficiência:

- A matéria de deficiência mantém-se no MGCAS e MISAU, remetendo ao modelo médico para o tratamento legal das PcD;
- As instituições responsáveis pela área são generalistas e sem uma referência aprofundada e especializada nas questões de deficiência;
- A participação de PcD e suas organizações é ainda ténue e pouco transparente especialmente para mulheres com deficiência;
- As instituições públicas, no geral, não estão preparadas para lidar com PcD.

<sup>154</sup> Decretos 5/2002, de 5 de Maio, e 12/2009, de 12 de Março, para os grupos vulneráveis e menos privilegiados no mercado laboral.

<sup>155</sup> AIFOMOZ. 2017. Mapeamento Crítico da Legislação Moçambicana relativa às Pessoas com Deficiência: Um olhar para a future reforma legal. Maputo

<sup>156</sup> *Ibid.*

<sup>157</sup> United Nations. 2020. Committee on the Rights of Person with Disabilities: Initial Report Submitted by Mozambique under Article 35 of the Convention, Due in 2014, June 29, 2020.

Os desafios acima mencionados são gerais para a categoria de PcD. Para planificação de intervenções de uma maneira apropriada, com perspectiva de género e grupos-alvo de maneiras específicas, exigem-se evidências claras para situações específicas enfrentadas por diferentes grupos de indivíduos com deficiência, bem como as necessidades específicas de mulheres, homens, raparigas e rapazes.

As estatísticas actuais continuam a demonstrar que a interseccionalidade de género e deficiência continua a colocar as mulheres em situação mais precária, quando comparadas à sua contraparte masculina com deficiência, como ilustra a figura abaixo, no concernente à educação:

Nível de educação	Mulheres com deficiência	Homens com deficiência	Mulheres sem deficiência	Homens sem deficiência
% de adultos sem educação formal	51%	39%	44%	27%

**Tabela 2:** Distribuição percentual de adultos sem educação formal com e sem deficiência<sup>158</sup>

Na intersecção de género e deficiência, análises mais recentes enfatizam as dimensões de saúde e educação. O impacto do limitado acesso da mulher e rapariga com deficiência, especialmente, aos serviços de saúde sexual e reprodutiva expõe-nas a maior risco de gravidez indesejada, infecções de transmissão sexual e HIV por estarem menos expostas à informação que lhes permita negociar sexo seguro. Adicionalmente, estas tendem a estar mais expostas à violência sexual e a ter menos acesso a mecanismos de denúncia, devido a dificuldades de acesso e limitado conhecimento sobre estes, medo de represálias por parte dos perpetradores (muitas vezes do círculo familiar ou de vizinhança), e as limitações de comunicação e acesso impostas pela própria deficiência<sup>159</sup>.

Os papéis sociais no contexto nacional colocam a mulher como cuidadora, sendo, muitas vezes, responsável por cuidar das pessoas vivendo com deficiência. Esta responsabilidade limita, e em muitos casos impede que estas mulheres tenham disponibilidade para se dedicarem à actividades remuneradas, o que contribui para a sua vulnerabilidade económica e dependência. No entanto, mecanismos e serviços de apoio a grande maioria das mulheres cuidadoras de PcD estão totalmente ausentes. Ademais, as mulheres, muitas vezes, possuem níveis de educação inferiores aos dos homens e, muitas vezes, como mães, são consideradas responsáveis pela deficiência dos seus filhos<sup>160</sup>.

Parte das constatações do Relatório de Moçambique de 2020 concernente à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência indica que, de forma positiva, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão alinhados com os planos e estratégias de desenvolvimento do país na área da deficiência. Através do MGCAS, a instituição responsável pela gestão da deficiência, tem-se estabelecido ligações entre os diferentes sectores do governo, da sociedade civil e do sector privado para a implementação das disposições legais sobre a deficiência. Existem pontos focais e o Comité para os Direitos da Pessoa com Deficiência que articulam a implementação. No entanto, é perceptível que a questão da deficiência recebeu pouco apoio tanto do Governo como da sociedade civil. Adicionalmente, o fortalecimento e desenvolvimento das capacidades técnicas na área não é observado.

## Conclusões e Recomendações

O quadro legal nacional apresenta ainda disposições que atentam contra os direitos humanos da pessoa com deficiência. As acções de resposta à interseccionalidade de género e deficiência são comprometidas pela escassez de dados desagregados por sexo e tipologia de deficiência. Da informação existente, percebe-se que a deficiência continua a colocar a mulher deficiente em situação mais precária

<sup>158</sup> Light for the World. s.d. Gender and Disability in Sofala, Mozambique.

<sup>159</sup> *Ibid.*

<sup>160</sup> *Ibid.*

comparativamente à sua contraparte masculina, nas diversas áreas sociais.

As recomendações são, em grande medida, para revisão de instrumentos legais, de modo a promover os direitos humanos das pessoas com deficiência e inspiram-se no estudo que faz o mapeamento crítico da legislação moçambicana em relação à PcD:

- **Desenvolver estatísticas sobre pessoas com deficiência desagregadas por sexo, grupo etário e por tipo de deficiência;**
- **Desenvolvimento de programas de empoderamento económico para mulher e rapariga com deficiência**
- **Estimular o sector privado para empregar mulheres com deficiência**
- **Ampliar o acesso da rapariga e mulher com deficiência à educação, incluindo ao ensino técnico e vocacional** proporcionando oportunidades de emprego e rendimento
- **Alargar o acesso da rapariga e mulher com deficiência aos serviços e cuidados de saúde e a informação sobre seus direitos**
- **MGCAS a assumir liderança na melhoria de políticas e estabelecimento de serviços para responder as necessidades da mulher e rapariga com deficiência.**

### 3.4. LGBTQI+

A concepção de género usada em Moçambique tem como foco essencial a dualidade homem e mulher, compreendida a partir do seu sexo anatómico e os papéis sociais associados (cis-género). Esta perspectiva perde de vista a diversidade de género e não permite perceber e incluir categorias como transgénero: pessoas que possuem uma identidade de género diferente do sexo atribuído à nascença. Assim, as políticas nacionais são restritas na forma de olhar para a relação entre as pessoas, a partir da diversidade das suas

identidades de género e sexuais. Este quadro geral dificulta a percepção e garantia da promoção e monitoria dos direitos de pessoas que não seguem o padrão normativo de género mas também de sexualidade heterossexual como é o caso de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer e intersexuais (LGBTQI+).

Em 2015, com a aprovação do novo código penal, o país descriminalizou a homossexualidade, rompendo a condenação de actos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, que vigorava no Código Penal herdado da era colonial. No entanto, as questões de orientação sexual, identidade de género e os direitos de pessoas LGBTQI+ estão, na sua maioria, invisíveis e excluídas da legislação moçambicana. O direito à família não inclui casais do mesmo sexo e as leis que focam na família tendem a seguir a norma da heterossexualidade (são heteronormativas). Não existem leis que respondem às necessidades e direitos de pessoas transgénero e pessoas sem conformidade de sexo e género. Não existem leis que permitam a alteração da descrição do sexo de uma pessoa, tornado difícil que pessoas transexuais mudem a sua identidade nos documentos de identificação.

A legislação actual não apresenta protecção específica contra a discriminação com base na orientação sexual e identidade de género. A Lei do Trabalho de 2007 é uma excepção, uma vez que, de forma explícita, prevê o direito ao trabalho e a não discriminação com base na orientação sexual do indivíduo. No entanto, tal como em outros dispositivos legais, a implementação e garantia do seu cumprimento são um desafio, uma vez que pessoas LGBTQI+ e activistas locais apresentam evidências de que pessoas LGBTQI+, especialmente indivíduos transgénero, sofrem discriminação, especialmente ao tentarem encontrar emprego, mas também no local de trabalho<sup>161 162</sup>. LAMBDA, (Associação para o reconhecimento dos Direitos Humanos

<sup>161</sup> US Embassy in Mozambique. 2019. Mozambique 2018 Human Rights Report. <http://mz.usembassy.gov/mozambique-2018-human-rights-report/>.

<sup>162</sup> Pimentel, Tahila. 2017. "Canaries in the Coal Mines: An Analysis of Spaces for LGBTI Activism in Mozambique Country Report". Johannesburg, South Africa: The Other Foundation.

das pessoas LGBTI), o maior colectivo do país que se dedica à causa LGBTQI+, propôs, ao Parlamento que o artigo 243 do Código Penal, que criminaliza a discriminação, inclua a sanção para a discriminação com base na orientação sexual e de género. A própria LAMBDA não está legalizada e luta pelo reconhecimento do Estado há mais de 12 anos.

Apenas um grupo específico da população LGBTQI+ é considerado, de forma específica, na dimensão Saúde Pública: homens que fazem sexo com homens (HSH). No contexto da prevenção do HIV, a categoria de HSH é considerada como população-chave. Assim, esta recebe material de prevenção específico e sensibilização sobre os riscos de infecção. O programa Geração Biz, que, desde 1999 procura promover SSR entre adolescentes e jovens, incluindo a prevenção do HIV, inclui a categoria HSH em parte do seu portfólio, com foco na sensibilização e educação sobre SSR. Contudo, as outras categorias de orientação sexual e de género não normativos são ignoradas. Mulheres lésbicas, por exemplo, não têm acesso à tecnologias de protecção contra as ITS e HIV. O desconhecimento ou a falta de interesse sobre as especificidades deste grupo coloca os seus integrantes numa situação de acesso limitado aos serviços. Dentro do grupo LGBTQI+, lésbicas e pessoas transgénero são as que menos atenção recebem, conforme evidenciado acima.

## Conclusões e Recomendações

Embora o país tenha descriminalizado a homossexualidade, as questões de orientação sexual, identidade de género e os direitos de pessoas LGBTQI+ estão, na sua maioria, invisíveis e excluídas da legislação moçambicana. Há apenas algumas raras excepções de protecção específica com base na orientação sexual e identidade de género.

A recomendação essencial é de carácter jurídico, nomeadamente a necessidade de **transformar o quadro jurídico de modo a reconhecer a diversidade de identidades de género e sexuais no país por forma a garantir a protecção dos direitos das pessoas LGBTQI+ no país.**

Continuam pertinentes as iniciativas de **sensibilização para a mudança de comportamento e percepções em relação à comunidade LGBTQI+**: campanhas de educação cívica e campanhas de *mass media*. No sector de saúde, onde já existem algumas iniciativas, é necessária a **universalização destas, garantindo, por exemplo, que o gel lubrificante esteja disponível na unidade sanitária e não apenas a partir de programas de parceiros com foco na comunidade LGBTQI+**. Há necessidade de alargar a cobertura a todas as identidades de género e orientação sexual.



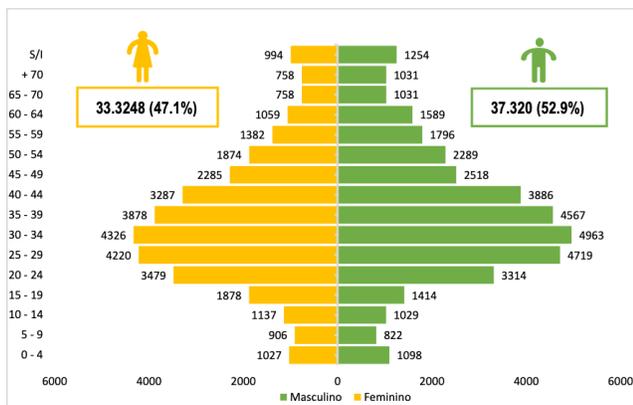
Imagem: ONU Mulheres / C. Costa

## Capítulo 4: Questões Emergentes

### 4.1. COVID-19

A pandemia da COVID-19 e o impacto das medidas de confinamento e distanciamento social para achatar a curva de transmissão estão a criar efeitos adversos na vida das pessoas e a desafiar os ganhos alcançados na igualdade de género.

De forma directa, a COVID-19 está a afectar mais homens do que mulheres (como ilustra a Figura 6) e, estes possuem maior risco de hospitalização, severidade e fatalidade<sup>163</sup>, quando infectados pelo vírus SARS CoV-2, causador da doença. No entanto, o impacto indirecto das medidas de contenção da doença estão a ter impacto mais incisivo nos mais pobres, que, no contexto nacional, têm a face feminina.



**Figura 4:** Distribuição dos casos de COVID-19 por sexo e idade (actualização de 22 de Maio de 2021)<sup>164</sup>

A pobreza afecta mais mulheres do que homens, uma vez que 28,1 % dos agregados chefiados por mulheres são pobres e estão expostos à insegurança alimentar, comparando com 71.9% dos agregados chefiados por homens (IOF2019/20). Estas estatísticas apoiam a implicação de que, como os efeitos da COVID-19 afectam desproporcionalmente as famílias pobres e vulneráveis, as mulheres enfrentam um fardo maior. Esta realidade é preocupante pois as projecções

indicam que a pobreza deverá aumentar significativamente em Moçambique após a pandemia<sup>165</sup>.

Como consequência das medidas de confinamento, no segundo trimestre de 2020, o emprego diminuiu 29,3% e 75,9% se comparado ao mesmo período de 2019, de acordo com a análise do mercado de trabalho<sup>166</sup>. O impacto deste decréscimo é particularmente sentido pelas mulheres, que trabalham desproporcionalmente em actividades laborais informais, sem qualquer forma de seguro ou providência social formal. Como se referiu, em Moçambique, cerca de 92,3% do emprego informal fora da agricultura é realizado por mulheres, predominantemente com baixa escolaridade. Estes dados indicam que as perturbações do mercado de trabalho, incluindo restrições de movimento impostas pela COVID-19, prejudicam ainda mais a capacidade das mulheres de ganhar a vida e atender às necessidades básicas de suas famílias<sup>167</sup>.

A pandemia criou disrupção na educação, com a suspensão de aulas presenciais nas escolas públicas e privadas em todos os níveis de educação por 12 meses. Esta disrupção na educação ameaça os ganhos de paridade já alcançados no nível do ensino primário, em algumas províncias. A proporção de literacia continua desequilibrada: 57.8% das mulheres são analfabetas, comparando com 30.1% dos homens. O cenário criado pela pandemia coloca as mulheres com maior vulnerabilidade para garantir um emprego estável e quebrar o ciclo de pobreza. Adicionalmente, com o encerramento das escolas, os estudantes ficam desprovidos dos programas que forneciam lanche escolar, como forma de incentivar a educação e prevenir desistências. Os riscos de retroceder em conquistas anteriores para manter a rapariga na escola e combater os casamentos prematuros tornaram-se mais pronunciados. Esses riscos podem, a longo prazo, causar mais distorções no mercado de trabalho e ameaçar a qualidade do emprego feminino<sup>168</sup>.

Das entrevistas realizadas com organizações da sociedade civil e MGCAS, recolhemos informações e experiências que apontam para o incremento da violência contra a mulher. Esta tendência corrobora com o padrão global que se assiste com a pandemia<sup>169</sup>. As informantes indicaram receber com mais frequência queixas e solicitações de apoio contra casos de violência física e sexual contra raparigas e mulheres. Parte da explicação inclui o facto de as vítimas estarem mais tempo

<sup>163</sup> Center on Gender Equity and Health. 2021. COVID-19 and Gender Research in LMICs: October-December 2020 Quarterly Review Report. University of California San Diego, School of Medicine.

<sup>164</sup> MISAU 2021 Corona Vírus Boletim Diário nº 431 <https://www.misau.gov.mz/index.php/covid-19-boletins-diarios?download=988:boletim-diario-covid-19-n-431>

<sup>165</sup> Mussagy, Ibraimo H. & João Mosca. 2020. Micro-Simulações dos Impactos da COVID-19 na Pobreza e Desigualdade em Moçambique. Observador Rural, no. 96.

<sup>166</sup> Ministério do Trabalho. 2020, citado em Egas Daniel. 2021. The Gendered Impacts of COVID-19 in Mozambique: Challenges and Way Forward. International Growth Care Blog.

<sup>167</sup> Egas Daniel. 2021. *Op. Cit.*

<sup>168</sup> *Ibid.*

<sup>169</sup> Center on Gender Equity and Health, 2021: *Op. Cit.*

em contacto com os agressores (em casa e na comunidade) devido as medidas de confinamento impostas, que restringem a ida à escola e ao trabalho. Adicionalmente, nas áreas urbanas, a redução e escassez de transporte público implica longas horas de espera e a chegada à residência à noite, o que expõe homens e mulheres à violência, mas especificamente a mulher à violência sexual. O país ainda não tem dados compilados disponíveis que permitam a comparação com os dados pré-pandemia.

A pandemia inibiu o acesso e alargou as barreiras para a procura de serviços de saúde. Dados extraídos do Sistema de Informação de Gestão de Saúde mostram que, desde Maio de 2020, o número mensal de novos usuários do planeamento familiar moderno reduziu significativamente de 315.095 para 208.235. Estes dados indicam que há menos 344.000 mulheres que iniciaram a contraceção neste período do que no mesmo período em 2019<sup>170</sup>. Esta queda de procura de cuidados poderá repercutir-se negativamente nos próximos meses, visto que, em época de ausência de pandemia, o sistema de saúde não consegue oferecer os serviços a todos que os procuram. Por exemplo, do universo de mulheres grávidas que procuram os serviços de saúde pré-natal, apenas 55% cumpre com as 4 ou mais consultas de acompanhamento do crescimento fetal recomendadas e apenas 27% das mulheres usam algum tipo de método contraceptivo<sup>171</sup>.

Como forma de contrapor as barreiras para aceder aos serviços de saúde, especialmente aos de saúde materna, reprodutiva e sexual, o governo e seus parceiros alargaram os seus serviços, passando a incluir: distribuição de *kits* básicos de dignidade, contendo itens de higiene menstrual e sanitários, especialmente para as deslocadas em Cabo Delgado; fornecimento de linhas directas nacionais para que mulheres e raparigas tenham acesso a informações oportunas e encaminhamento aos respectivos serviços de saúde; disposição de clínicas móveis; e alargamento dos serviços prestados pelos APes e serviços porta-à-porta em áreas urbanas seleccionadas.

Durante a pandemia, verificam-se repetidos incidentes de atropelo aos direitos humanos dos cidadãos por parte das autoridades. Durante o desempenho do seu trabalho, são vários os reportes de uso excessivo de força pela polícia, para

garantir o cumprimento das medidas de prevenção. No processo de controle da venda informal nos espaços urbanos, há evidências de usurpação de bens pela polícia, em particular pela polícia municipal. O processo de requalificação dos mercados no Município de Maputo enquanto vigoram as medidas de prevenção da COVID-19, retira a possibilidade de diálogo e manifestação com os/as vendedores/as<sup>172</sup>. Estes atropelos tendem a afectar, de forma desproporcional, as mulheres, que, como indicado anteriormente, tendem a ocupar o espaço do trabalho informal nas áreas urbanas.

## Conclusões e Recomendações

A COVID-19 e as medidas de contenção enunciadas para a sua contenção estão a ter grande impacto no bem-estar e qualidade de vida dos agregados familiares no país. A doença afecta directamente a saúde de homens. Os efeitos indirectos afectam os mais pobres e vulneráveis, sendo as mulheres e as raparigas as que enfrentam um fardo maior, especialmente nas áreas urbanas: perda de fonte de renda na economia informal; exposição à VBG, que tende a crescer devido ao aumento do tempo que elas passam com possíveis agressores no agregado familiar e vizinhança; constrangimentos para acesso aos serviços de saúde, especialmente aos de PF, que tendem a não ser considerados urgentes por serem preventivos.

Respondendo ao impacto socio-económico das medidas de contenção da COVID-19, as recomendações incluem a necessidade de (a) **repensar o sistema de segurança social, para que, de modo mais efectivo, responda às necessidades dos/as pensionistas, em tempos de crise como este**. Adicionalmente, (b) **a campanha ‘Eu quero ser formal’, lançada em 2017 pela Câmara do Comércio e Indústria Juvenil de Maputo, deve ser intensificada no sector informal, para apoiar actividades económicas como micro-finanças, acesso à banca e micro-seguros**. É preciso ainda (c) **replicar iniciativas visando levar os serviços preventivos de saúde, como o PF, às comunidades e aos agregados familiares sem que estes tenham que se deslocar as unidades sanitárias**; e (d) **monitorar o desempenho das**

<sup>170</sup> UNFPA. 2021. O Planeamento Familiar em Tempos de COVID-19, <https://mozambique.unfpa.org/pt/news/o-planeamento-familiar-em-tempos-de-covid-19>, Abril 2021.

<sup>171</sup> Centro de Integridade Pública. n.d. Redução da Procura dos Cuidados de Saúde em Tempos de COVID-19.

<sup>172</sup> Osório, Conceição, Loforte, Ana & Sérgio Vilanculo. *Op. Cit.*

**instituições de poder em tempos de pandemia, para garantir os respeito dos direitos humanos dos cidadãos.**

## 4.2. Conflitos e Instabilidade

Depois de duas décadas de paz, o país voltou a viver situações de conflito militar. De 2013 a 2014 e de 2015 a 2016, o centro do país foi assolado por um conflito protagonizado pela RENAMO logo após as eleições como resultado de desentendimentos pós-eleitorais e seguidamente pelo grupo dissidente designado *Junta Militar da Renamo*. Desde 2017, e de forma mais intensa na actualidade o Nordeste da província de Cabo Delgado regista um conflito violento que protagonizado pelo grupo designado *Machababos*. A população civil torna-se particularmente vulnerável, registando-se ampla violência, independentemente do sexo, idade, nível económico ou de instrução, ainda que assuma características distintas em cada um dos grupos.

A análise pormenorizada realizada pelo Observatório do Meio Rural (OMR), sobre o conflito em Cabo Delgado indica que o conflito se caracteriza por violência que se materializa em agressões físicas e assassinatos contra civis pelos insurgentes que incluem espancamentos, mutilação de membros, assassinatos e decapitações (mas também acusações de violação de direitos humanos pelas forças de defesa e segurança)<sup>173</sup>. Dados de Fevereiro de 2020 contabilizavam 2578 mortes reportadas, das quais 1305 eram civis<sup>174</sup>. Neste conflito, os raptos – especialmente de adolescentes e jovens rapazes e raparigas – são frequentes. O ataque de Março de 2020 ao município de Mocímboa da Praia é descrito como um dos momentos de maior captura de crianças e raparigas, existindo relatos de largas dezenas transportadas em carrinhas de caixa aberta<sup>175</sup>.

O conflito de Cabo Delgado apresenta formas de violência de género. Existem relatos de violação sexual à mulheres pelas fracções beligerantes<sup>176</sup>. Em Quissanga, no ataque perpetrado pelos *Machababos*, testemunhas relatam mulheres violadas em grupo ou, inclusivamente com objectos<sup>177</sup>. Adicionalmente, mulheres adolescentes e jovens são raptadas na maior parte das vezes para o desempenho de actividades domésticas; e alegadamente como objecto

sexual ou para servirem de instrumentos de guerra: espiãs, vigilantes fornecedoras de apoio logístico. Para esta última categoria, a OMR adverte sobre a necessidade de evitar apenas olhar para as mulheres como vítimas. As evidências apontam para a presença de uma base social de apoio aos *Machababos* que inclui mulheres que são sujeitos no processo de colaboração com os insurgentes.

Como consequência do conflito verifica-se a redução da produção agrícola que leva a escassez de alimentos e insegurança alimentar; destruição e saque do património. A população residente nas regiões afectadas abandona os seus locais de residência fugindo da violência em busca de segurança e qualidade de vida. Os dados da Organização das Nações Unidas para Migração indicam que desde Outubro de 2017 mais de 800,000 pessoas foram forçadas a fugir da violência<sup>178</sup> para distritos vizinhos, a cidade de Pemba, as províncias de Nampula e Niassa ou mesmo para a Tanzânia. Internamente, os locais de acolhimento dos deslocados ficam sobrecarregado pois a presença massiva de pessoas cria pressão adicional sobre recursos naturais e infraestruturas, nomeadamente: terrenos, água, estacas para construção de residências e lenha, forçando as populações a percorrerem maiores distâncias. Algumas das consequências directas desta pressão incluem: a) tensão entre os residentes e os deslocados para o acesso aos recursos escassos, especialmente porque as famílias de acolhimento estão descapitalizadas pela interrupção de rotas comerciais, limitado acesso ao mar por questões de segurança e limitada capacidade de realizar negócios devido aos efeitos das medidas relacionadas com a COVID-19, vêem-se agora sobrecarregadas com a chegada de dezenas de deslocados, acumulando-se pessoas em espaços reduzidos; b) apoio alimentar tem como foco a população deslocada e não a local o que cria tensão pois estes também são afectados pela densificação populacional; d) recurso a sexo transaccional por parte de mulheres deslocadas para sustento da família: estas recebem o apoio alimentar mas não a lenha e não tem acesso à terra para produzir hortaliças. A população local vende/troca estes produtos, mas numa base desigual<sup>179</sup>.

As mulheres constituem 65% da população deslocada. Nos locais de acolhimento estas ficam expostas a um contexto em que, como mencionado acima, ficam expostas ao sexo transaccional, violência baseada no género ou ainda à

<sup>173</sup> Feijó, João. 2021. O Papel das Mulheres no Conflito em Cabo Delgado: Entendendo Ciclos Viciosos da Violência. *Observador Rural* 114.

<sup>174</sup> ACLED in Feijó. 2021. *Op.Cit.*

<sup>175</sup> Feijó. 2021. *Op.Cit.*

<sup>176</sup> *Ibid.*

<sup>177</sup> *Ibid.*

<sup>178</sup> Grave Concern for Women and Children Targeted in Northern Mozambique. UN News, March 30, 2021, <https://news.un.org/en/story/2021/03/1088662>.

<sup>179</sup> Feijó, João. 2021. *Op.Cit.*

estigmatização social pois, por estas serem a maioria dos deslocados a população desconfia do paradeiro dos maridos e as estigmatiza de forma islamofóbica<sup>180</sup>. Adicionalmente, a saúde reprodutiva das mulheres está condicionada devido ao limitado acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, o que tem consequências negativas para a saúde da mulher e do recém-nascido. A falta de acesso aos serviços de saúde pode contribuir para a gravidez indesejada e não planificada assim como morte evitável devido a complicações na gravidez e no parto<sup>181</sup>.

A implementação do Plano Nacional de Acção para Mulheres, Paz e Segurança (NAP 1325) tem estado a criar uma plataforma de diálogo e organização para organizações de mulheres, incluindo organizações comunitária de base que tradicionalmente não estariam envolvidas. Os acampamentos solidários são uma boa prática para o envolvimento de mulheres na reflexão nos processos de paz e segurança, tendo em conta os valores dominantes na sociedade que não as concebem como actores-chave neste. Neste processo de reflexão elas definem estratégias e definem mecanismos para superar os desafios. A experiência dos acampamentos e das mulheres, no geral revelam a importância de uma compreensão mais ampla de “paz e segurança” para dar conta da insegurança que as mulheres e raparigas enfrentam no seu dia a dia.

A avaliação efectuada ao NAP dá conta que o Objectivo 2, que visa incrementar a recuperação socio-económica da mulher e rapariga, está ainda na fase inicial de implementação. Esta é uma área sensível e passível de criar exclusão social devido a falta de alternativas, segurança na posse de recursos por parte das mulheres. Outra constatação da avaliação é que apesar da mudança nas políticas e formações sobre o tema, os diferentes sectores afirmam ainda não ter observado mudanças significativas na inclusão da mulher na prevenção e resolução de conflitos ao nível provincial e distrital. Os principais limitações prendem-se com o viés cultural, o analfabetismo e a falta de disseminação mais ampla no nível distrital.

O uso de diferentes formas de manifestação cultural também oferece demandas de responsabilização pública. Nas abordagens dominantes de desenvolvimento, as expressões culturais como a música são utilizadas como uma ferramenta educacional para os cidadãos, funcionando como uma forma

de disseminar mensagens complexas predeterminadas de forma mais acessíveis. No entanto, existem oportunidades para ampliar essa abordagem para envolver agências de desenvolvimento e organizações da sociedade civil para conceber e implementar projetos que desenvolvam colaborações significativas entre cantores, públicos e académicos e promovam compromissos de empoderamento com os cidadãos, incluindo para a promoção da paz e segurança.

## Conclusões e Recomendações

O conflito em Cabo Delgado está a criar uma situação de crise na região, com o crescimento dos deslocados (mais de 800 000), mortes, raptos e violação sexual a mulheres. As mulheres constituem a maioria da população deslocada e, nesta categoria, ficam expostas à VBG, devido à falta de oportunidades, são propensas a recorrer ao sexo transaccional para aceder a recursos básicos. O limitado acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva condiciona a possibilidade de prevenção da gravidez precoce ou indesejada, bem como da morte evitável devido a complicações na gravidez e parto.

Ficam as seguintes recomendações:

- **Assegurar a inclusão socio-económica das populações deslocadas**, a partir da reconstrução de todo um conjunto de serviços socio-económicos para prevenir que o agravamento da pobreza e o aumento de sentimentos de exclusão alastrem o descontentamento e o conflito para outras áreas da província<sup>182</sup>;
- **Assegurar a implementação da estratégia sobre a Prevenção da Exploração e Abuso Sexual (PSEA) que protege as vítimas de violência sexual em situações de emergência**;
- **Assegurar a integração socio-profissional de mulheres e a oferta de serviços de PF**. O apoio a mulheres jovens poderá ter impacto sobre a redução da natalidade e, conseqüentemente, da pobreza<sup>183</sup>;
- **Promover amnistias, acompanhadas pela criação de centros de acolhimento de desertores**, para permitir a sua desradicalização. A violência praticada e o sofrimento gerado dificultarão a aceitação dos rebeldes pelas comunidades de origem, pelo que será necessária a criação de espaços transitórios, de formação técnico-

<sup>180</sup> *Ibid.*

<sup>181</sup> "Meeting the Urgent Needs of Vulnerable Women and Girls and Those Displaced by Violence in Cabo Delgado – Joint UN Mission - Mozambique," ReliefWeb,

<https://reliefweb.int/report/mozambique/meeting-urgent-needs-vulnerable-women-and-girls-and-those-displaced-violence-cabo>. <sup>182</sup> Feijó, João. 2021. *Op.Cit.*

<sup>183</sup> *Ibid.*

profissional e de realização de actividades juvenis que impliquem o desenvolvimento de competências de cidadania. Este processo deve envolver líderes locais e organizações religiosas<sup>184</sup>;

- **Formar as forças armadas em matérias de Direitos Humanos e reforço da organização e disciplina interna**, incluindo a emissão de mensagens públicas e assertivas de condenação da violência, por parte das lideranças<sup>185</sup>;
- **Alargar a compreensão de paz para incluir a segurança e o bem-estar das pessoas no cotidiano**, reflectindo, para além das questões de guerra e conflito armado a insegurança que as mulheres e raparigas vivenciam, especialmente nos espaços públicos;
- **Desenvolver actividades de reabilitação mental e psicológica de mulheres e raparigas**.

### 4.3. Meio-ambiente e Mudanças Climáticas

Segundo o Índice de Vulnerabilidade às Alterações Climáticas de 2011 Moçambique é o quinto país em maior risco de mudanças climáticas no mundo. A sua longa costa, o facto de ser o afluente de rios significativos do continente, a pobreza e a falta de preparo para responder aos efeitos dos eventos climáticos adversos colocam em risco a base do desenvolvimento socioeconómico e o aumento da desigualdade e pobreza <sup>186</sup>. As previsões apontam para a incremento da frequência de secas, cheias e ciclones que afectarão o sustento proveniente da agricultura, pastorícia e pesca. As planícies costeiras densamente povoadas serão cada vez mais afetadas por erosão severa, intrusão de água salgada, perda de infraestrutura vital e disseminação de doenças como malária, cólera e gripes. A mudança do padrão da pluviosidade levará a uma diminuição da carga de água do solo impactando os recursos hídricos subterrâneos e o lençol freático nos poços. A redução dos fluxos dos rios transfronteiriços de Moçambique irá diminuir a disponibilidade de água superficial<sup>187</sup>.

Tal como na maioria dos países africanos, em Moçambique as mulheres são desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas e estão mais expostas a riscos como desastres naturais, secas, inundações e ciclones porque são

mais dependentes dos recursos naturais para sua subsistência e muitas vezes são marginalizadas dos processos de tomada de decisão. Os eventos climáticos severos vividos desde 2016 são disso exemplo: durante a seca induzida pelo El-niño que afectou a região Sul em 2016, 91,9% das famílias chefiadas por mulheres não tinham provisões alimentares adequadas geradas na temporada agrícola de 4 meses para atender às necessidades de consumo das famílias além de 11 meses<sup>188</sup>. O número de horas que as mulheres passaram a despender para a colecta de água aumentou de 5 para 12, o que também aumentou a exposição das mulheres à VBG e comprometeu a educação das raparigas. Além disso, os mecanismos para fazer face aos desafios criados pela seca incluíam casamento prematuro e trabalho sexual<sup>189</sup>. Durante a seca as mulheres enfrentaram também desafios na sua higiene menstrual uma vez que as plantas absorventes usadas tradicionalmente tornaram-se escassas. Como resultado as mulheres passaram a usar outras plantas mais ásperas, material vegetal ou areia para colectar o seu sangue menstrual<sup>190</sup>.

Desde 2019 a região centro e norte do país tem vindo a ser abalada por ciclones recorrentes: Idai e Kenneth em 2019, a tempestade tropical Chalane em 2020 e Ciclone Eloise em 2021. Como resultado destes adventos climáticos severos, comunidades e famílias perderam habitação, acesso a fontes de renda e tornaram-se deslocados vivendo em centros de acomodação, desde esse período. Como consequência do ciclone Idai, por exemplo, 1.5 milhões de pessoas ficou afectada e mais de 140.000 descolados em 120 centros de acomodação. A população deslocada nos acampamentos vive em aglomerados e condições de estresse caracterizada por sobrelotação e falta de instalações de água, higiene e saneamento. Para as mulheres e raparigas esta situação, associada a relocação contínua que as expõe à ambientes menos seguros e susceptíveis ao risco de VBG<sup>191</sup>. A falta de cobertura de necessidades básicas, incluindo comida e abrigo aumenta os riscos da população vulnerável. Para os homens, a pressão associada ao seu papel de provedores os coloca em posição de estresse pela impossibilidade de cobrir as necessidades da família.

<sup>184</sup> *Ibid.*

<sup>185</sup> *Ibid.*

<sup>186</sup> Ribeiro, Natasha & Aniceto Cháúque. s.d. Gender and climate change: Mozambique case study. Heinrich Boll Stiftung.

<sup>187</sup> Government of Mozambique, GGCA & IUCN. 2014. Climate change and gender action plan (phase II) for the Republic of Mozambique.

<sup>188</sup> Care. 2016. Hope dries up? Women and girls coping with drought and climate change in Mozambique.

<sup>189</sup> UNFPA. 2016. Women and Drought in Southern Mozambique: More Responsibilities, less Power and Increased Vulnerabilities: A Case Study in Funhalouro, Panda, Chicualacuala, Chigubo, Magude and Moamba. Maputo.

<sup>190</sup> Greene, Margaret. 2019. *Op.Cit.*

<sup>191</sup> Gender-Based Violence AoR. 2019. Secondary Data Review: GBV – Mozambique: Cyclone Idai and Floods

## Conclusões e Recomendações

Moçambique está exposto a grandes riscos decorrentes das mudanças climáticas. Os choques climáticos cíclicos que têm afetado o país são disso evidência. Devido à grande dependência dos recursos naturais para a sua sobrevivência, as mulheres são desproporcionalmente mais afectadas pelas mudanças climáticas.

As recomendações da Estratégia e Plano de Acção de Género, Ambiente e Mudanças Climáticas, de 2012, continuam relevantes para o actual momento, especialmente no que concerne à necessidade de **engajar a mulher, a nível comunitário, na formação e gestão de plataformas de resposta às mudanças climáticas**. Sendo a mulher a que mais directamente é afectada pelos efeitos destas mudanças, ela precisa ser dotada de conhecimentos que lhe permitam adaptar-se às mudanças climáticas<sup>192</sup>.

Adicionalmente, torna-se pertinente:

- **Desenvolver meios de subsistência alternativos com opções específicas para mulheres** (pecuária, agricultura alternativa, produção de mel, etc.);
- **Pressionar a liderança tradicional dos Comités de Gestão de Recursos Naturais para ser mais proactiva na inclusão de mulheres;**
- **Apoiar o Ministério da Terra e Ambiente para trabalhar mais com a dimensão de género**, inclusive nos seus processos de contratação e em programas comunitários voltados para as questões de mulheres;
- **Promover maior integração entre género e meio ambiente na planificação nacional que define o orçamento** para actividades concretas em diferentes sectores.

### 4.4. Indústria Extrativa

Moçambique é rico em recursos naturais. Desde o início deste milénio o país vive um rápido crescimento da indústria extrativa que se concentra especialmente nas regiões Norte e Centro do país. Empresas internacionais e, em alguns casos em consórcio com nacionais, praticam a exploração em larga

escala de gás natural liquefeito (Cabo Delgado), mineração de carvão (Tete), areias pesadas (Nampula, Zambézia e Gaza), grafite (Cabo Delgado), pedras preciosas (Cabo Delgado e Niassa) e mármore (Cabo Delgado). Existe também a mineração artesanal em pequena escala de ouro e pedras preciosas (Cabo Delgado e Manica).

Embora a indústria extrativa forneça receitas importantes para o desenvolvimento económico do país, esta também cria problemas ambientais e profundos dilemas sociais. Os problemas estão associados ao reassentamento que tem impacto na qualidade e acesso aos recursos e actividades de subsistência, expropriação de terras, perda de conhecimentos / culturas / práticas tradicionais, perda de sentido de lugar e pertença. Os efeitos da presença de indústria extractiva afectam desproporcionalmente homens e mulheres. Várias análises demonstram que com a migração massiva de trabalhadores das empresas que se dedicam a extracção ou dos mineiros artesanais ou comerciantes de pequena escala de pedras preciosas (maioritariamente do sexo masculino) que auferem dos rendimentos desta indústria em regiões pobres contribui para a ampliação do trabalho sexual, casos de violência sexual, casamentos prematuros e incremento dos casos de ITS e HIV <sup>193,194</sup>.

Uma análise do contexto de exploração de pedras preciosas em Namanhumbir demonstra que a presença de homens estrangeiros exploradores de rubi promovem casamentos prematuros, aliciando raparigas de 13 a 15 anos. Vezes sem conta, poucos anos depois, estes emigrantes abandonam o país, deixando estas raparigas com crianças sem protecção nem abrigo. Alguns destes homens, devido ao fracasso do negócio abandonam as mulheres moçambicanas com quem se uniram vendendo todos os bens sem o conhecimento destas e sem lhes dar satisfação<sup>195</sup>.

Um estudo sobre o reassentamento das comunidades de Moatize concluiu que embora toda a comunidade, como resultado da expropriação de terras, tenha visto os seus modos de vida alterados / destruídos; homens e mulheres foram afetados de forma desigual pela desapropriação e reassentamento. A desigualdade decorre, por um lado, da continuada invisibilidade das mulheres como sujeitos de direito uma vez que estas são excluídas do processo de compensação pois é privilegiado o chefe do agregado familiar. Estes muitas vezes usam-no sem conhecimento e

<sup>192</sup> Government of Mozambique, GCICA & IUCN. 2014. *Op. Cit.*

<sup>193</sup> Osório Conceição & Teresa Cruz e Silva. 2017. Economic corporations and expropriation: The case of girls, women and resettled communities in Moatize district. WLSA. Maputo.

<sup>194</sup> Siteo, Célia; Bila, Iracema & Palmira Velasco. 2020. Ligações de género 2017. Maputo. Sekelekani.

<sup>195</sup> *Ibid.*

consentimento da(s) mulher(es) o que resulta em desarmonia familiar e violência doméstica. Por outro lado, como provedoras de alimentos para as famílias estas passam a estar impossibilitadas de continuar a desempenhar essas funções nas novas localidades (devido a escassez de recursos como água, lenha, terra fértil para cultivo etc. nas proximidades), refletidas não só no cotidiano das famílias, mas também desencadeando novos focos de violência contra elas. Adicionalmente, as mulheres perdem o rendimento proveniente do comércio informal de pequena escala como a venda de roupa de segunda mão ou carvão que lhes dava relativa independência dos seus parceiros.<sup>196</sup>

A participação das mulheres na indústria extractiva é também um desafio. Nas zonas rurais, onde esta indústria tende a estabelecer-se devido a presença dos recursos, a mulher apresenta elevados índices de analfabetismo; as suas associações, quando existem, apresentam complexidades burocráticas para se legalizarem; e as mulheres estão sobrecarregadas com o trabalho doméstico. Como consequência estas tendem a estar excluídas das oportunidades de trabalho ou negócio em torno dos empreendimentos extractivos<sup>197</sup>. Quando tal acontece, tende a ser na mineração artesanal, nomeadamente em dois domínios: na confeção de alimentos para os homens que escavam à procura de pedras preciosas ou semipreciosas, ou na extração de brita para a construção, negócio de rendimento baixo comparativamente à extração de ouro e de pedras preciosas, onde os homens predominam. O Ministério de Recursos Minerais e Energia desenhou e está a implementar a Estratégia da Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE) (2017-2020 actualizada), a qual integra questões de género.

## Conclusões e Recomendações

A exploração das riquezas naturais do país cresceu rapidamente nas últimas duas décadas. Este crescimento foi acompanhado de problemas ambientais e dilemas sociais relacionados com os processos de reassentamento, o que tem tido impactos negativos para a qualidade de vida dos agregados. A migração massiva de trabalhadores para a indústria extractiva cria problemas sociais nas regiões pobres em que estes se instalam, com especial impacto para a mulher, devido ao crescimento do trabalho sexual, VBG, casamentos prematuros e crescimento de casos de ITS e HIV. Adicionalmente, a mulher, como participante na indústria extrativa, está representada de forma desigual: fraca presença desta e circunscrita à mineração artesanal.

As recomendações incluem:

- **Criar oportunidades iguais de emprego para as mulheres participarem nos sectores extractivos em Moçambique;**
- **Abordar a ausência de qualquer referência a questões de género na Lei de Minas;**
- **Integrar o género na Lei de Mineração e desenvolver uma estratégia de género para a indústria extrativa;**
- **Estabelecer boas-práticas e regulamentações que protejam as mulheres na venda de seus produtos decorrentes da extração mineira, seja estabelecendo preços padrão ou fazendo políticas de género fortes, que confirmem às mulheres mais poder de influência ao negociarem com os compradores produtos como ouro e pedras semipreciosas, para que não sejam prejudicadas<sup>198</sup>.**

<sup>196</sup> Osório, Conceição & Teresa Cruz e Silva. 2017. *Op. Cit.*

<sup>197</sup> Siteo, Célia; Bila, Iracema & Palmira Velasco. 2020. *Op. Cit.*

<sup>198</sup> Greene, Margaret. 2019. *Op. Cit.*



*Imagem: ONU Mulheres / C. Costa*

## Conclusões e Recomendações

As conclusões da análise efectuada indicam que, entre 2016 até ao presente o país registou avanços significativos para a promoção da igualdade de género. Este alcance provém sobretudo da aprovação de legislação, revisões de leis e desenho de estratégias em vários sectores com impacto nas áreas da justiça, administração pública, educação e saúde. O surgimento de uma plataforma da sociedade civil para a monitoria da implementação dos compromissos de igualdade de género – o Observatório das Mulheres – é um importante mecanismo para monitoria, responsabilização e advocacia. Os efeitos das mudanças climáticas, do conflito militar em Cabo Delgado e das medidas de contenção da COVID-19 podem comprometer os ganhos da igualdade de género até agora alcançados, especialmente por contribuírem para projecções económicas desfavoráveis e agudizarem a pobreza, que, no contexto moçambicano, continua a ter um rosto marcadamente feminino.

Os desafios para a igualdade de género continuam uma realidade no que concerne à **violência** contra a mulher, que se acentua especialmente quando mulheres e raparigas se tornam deslocadas devido a choques climáticos e a conflitos armados, mas também no contexto de confinamento para contenção da COVID-19, onde mulheres e raparigas ficam mais expostas à VBG devido ao contacto frequente com possíveis perpetradores em casa e na vizinhança. O assédio e a violência sexual são também um problema nas instituições de ensino e em outras instituições do Estado. O conhecimento e acesso aos mecanismos de denúncia e criminalização continuam distantes das vítimas/sobreviventes e morosos, criando uma sensação de impunidade para os perpetradores. Adicionalmente, o fraco acesso dos homens aos serviços de **saúde**, em particular aos de saúde sexual e reprodutiva, limita o seu papel e impacto no alcance das metas de saúde sexual e reprodutiva. Simultaneamente, estes continuam com pouco ou nenhum conhecimento sobre prevenção de ITS, gravidez precoce e mortalidade materna, mas tem papel central na decisão da

saúde sexual e reprodutiva da família e da mulher. Ainda na área da saúde, a análise neste documento sugere a necessidade de priorizar as doenças não transmissíveis, cujo rácio está a crescer, e facilitar o acesso aos serviços de aborto seguro.

Os múltiplos e consecutivos choques climáticos e os conflitos armados, no período em análise, têm impacto negativo na **segurança alimentar** dos agregados familiares, que têm acesso limitado a alimentos, no geral, e a alimentos com diversidade nutricional, em particular. Para as mulheres jovens e raparigas, esta situação coloca-as em posição de vulnerabilidade, pois estão expostas à gravidez precoce e ao risco de conceberem crianças malnutridas.

No **sector da educação**, parte das recomendações deixadas do Perfil anterior foram alcançadas, com destaque para a revogação do Despacho 39/2003, que obrigava a estudante grávida a matricular-se no curso nocturno. Verifica-se o incremento de matrícula de raparigas em todos os níveis de educação. No entanto, permanecem desafios referentes ao avanço em termos de alfabetização e aquisição de conhecimento por parte da rapariga. O peso do trabalho doméstico, o casamento prematuro, a falta de infraestruturas sanitárias, a exposição à VBG e o assédio sexual contribuem para o fraco rendimento escolar e desistência da rapariga.

Os homens continuam os mais beneficiados no **mercado laboral**, pois possuem os níveis de escolaridade mais elevados. Em Moçambique, este mercado é caracterizado pela informalidade, com mais de dois terços dos trabalhadores nesta categoria. Neste universo, as mulheres ocupam 52%, maioritariamente no espaço rural. A categoria de trabalhadores/asinformais está, na generalidade, desprovida de protecções laborais e sociais. Persistem limitadas oportunidades de avanço para a mulher no mercado laboral, incluindo oportunidades de financiamento, formação e de ocupação de posições de liderança. O assédio sexual, gozo da licença de maternidade e a limitada ou onerosa estrutura de apoio para cuidado de crianças ainda constroem a presença plena da mulher no mercado de trabalho.

No **sector agrícola**, onde as mulheres ocupam maior proporção, a posse e segurança da terra continua um desafio para estas. O analfabetismo e a falta de acesso à informação sobre questões legais contribuem para a sua condição de **pobreza**. A COVID-19 está também a contribuir para a feminização da pobreza, especialmente da pobreza urbana.

As observações do CEDAW de 2019 indicavam preocupação para os níveis desproporcionais de pobreza entre as mulheres no país. O impacto dos choques climáticos, das medidas de contenção da COVID-19 e da insurreição militar em Cabo Delgado desnudaram a necessidade de uma cobertura de **protecção social** mais ampla, menos burocratizada e flexível.

O quadro legal nacional apresenta ainda disposições que atentam contra os direitos humanos da **pessoa com deficiência**. As acções de resposta à interseccionalidade de género e deficiência são cerceadas pela escassez de dados desagregados por sexo e tipologia de deficiência. Da informação existente, percebe-se que a deficiência continua a colocar a mulher deficiente em situação mais precária comparativamente à sua contraparte masculina, nas diversas áreas sociais.

Embora o país tenha descriminalizado a homossexualidade, as questões de orientação sexual, identidade de género e os direitos de pessoas **LGBTQI+** estão, na sua maioria, invisíveis e excluídas da legislação moçambicana, com apenas raras excepções de protecção específica com base na orientação sexual e identidade de género.

A análise de género da **participação dos cidadãos** mostra que a paridade de género nos cargos políticos é visível nos níveis centrais de poder, nomeadamente entre Parlamentares, Ministros/as e Secretários/as de Estado. No entanto, ao nível provincial e distrital, a tendência é a dominância dos homens. Os partidos políticos continuam a usar estereótipos de género e falta de vontade política para limitar a presença de mulheres candidatas. Quando as mulheres chegam aos cargos de tomada de decisão, tendem a ser movidas pela lealdade e agenda do partido político, criando espaço para conflito entre a agenda de género e a agenda do partido. O país tem vivido a redução do espaço de acção da sociedade civil, o que se tem conseguido através de ameaças e criação de cultura de medo e intolerância política.

No mundo contemporâneo em que vivemos, a **inclusão digital** é essencial. Moçambique apresenta os níveis mais baixos de posse de telefone celular e acesso à internet. As mulheres têm 17% menos probabilidade do que os homens de possuírem um telefone celular e 39% menos probabilidade de usar a internet. Esta realidade limita oportunidades sociais e económicas de participação cívica e activismo, bem como a compreensão cultural e das artes.

O **conflito em Cabo Delgado** está a criar uma situação de crise na região, com o crescimento dos deslocados (mais de 800 000), mortes, raptos e violação sexual a mulheres. As mulheres constituem a maioria da população deslocada e, nesta categoria, ficam expostas à VBG e, devido à falta de oportunidades, são impelidas a recorrer ao sexo transaccional para aceder a recursos básicos. O limitado acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva condiciona a possibilidade de prevenção da gravidez precoce ou indesejada, bem como da morte evitável devido a complicações na gravidez e no parto.

A exploração das riquezas naturais do país cresceu rapidamente nas últimas duas décadas. Este crescimento foi acompanhado de problemas ambientais e dilemas sociais relacionados com os processos de reassentamento, o que tem impactos negativos para a qualidade de vida dos agregados. A migração massiva de trabalhadores para a **indústria extrativa** cria problemas sociais nas regiões pobres em que estes se instalam, com especial impacto para a mulher, devido ao crescimento do trabalho sexual, VBG, casamentos prematuros e crescimento de casos de ITS e HIV. Adicionalmente, a mulher, como participante na indústria extrativa, está representada de forma desigual: fraca presença desta e circunscrita à mineração artesanal.

Moçambique está exposto a grandes riscos decorrentes das **mudanças climáticas**. Os choques climáticos cíclicos que têm afetado o país são disso evidência. Devido à grande dependência dos recursos naturais para a sua sobrevivência, as mulheres são desproporcionalmente mais afectadas pelas mudanças climáticas.

Ao nível de **gestão da promoção da igualdade de género**, o país continua com dificuldades para produzir dados desagregados por sexo em todos os sectores e de forma periódica e atempada. Esta limitação mina a planificação e implementação efectiva da igualdade. Mais ainda, o conhecimento e aplicação do conceito de género é ainda limitado em todos os níveis de gestão e prestação de serviços.

A seguir é apresentado o sumário das recomendações gerais, seguido de um quadro mais completo com recomendações por área e com a indicação dos sectores responsáveis pela sua implementação.

**Crescente feminização da pobreza:** consolidação das iniciativas de empoderamento económico da mulher,

criando sinergias e monitoria conjunta, de forma a garantir a redução da pobreza e crescimento económico sustentável.

**Violência contra a mulher e rapariga:** as leis e políticas existentes precisam de ser traduzidas em ferramentas fáceis de usar bem como disseminadas e popularizadas no nível da comunidade. Os instrumentos de prevenção de assédio nas instituições de ensino necessitam de ser divulgados amplamente, o que deve ser acompanhado de acções de sensibilização contra as normas discriminatórias que fomentam a VBG e a visibilização de casos de infracção de modo a romper a ideia de impunidade para aos perpetradores. Há necessidade de ampliar a sensibilização e inclusão dos homens de modo a questionar e transformar masculinidades tóxicas e violentas. É imperioso o apoio técnico e capacitação do sector da Justiça e da Polícia para que estejam sensibilizados e capacitados para lidar com a violência contra mulher e para prover dados sobre VBG desagregados por sexo.

**Inclusão e diversidade:** É imperiosa a inclusão dos grupos de mulheres mais vulneráveis (como deslocadas, mulheres com deficiência, LGBTQI+, trabalhadoras de sexo, reclusas, entre outras) nas diferentes esferas da sociedade, de modo a garantir que a promoção da igualdade de género não deixe ninguém de fora

**Inclusão do Homem nos serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva:** é necessário que o sistema de saúde explore mais oportunidades para a inclusão do homem a partir das mais diversas portas de entrada, incluído maior atenção para as preocupações de saúde do homem. Alterar a linguagem, que associa a saúde e responsabilidade da saúde sexual e reprodutiva à mulher é importante para dar lugar a maior responsabilização e parceria do homem.

**Dados e estatísticas sobre indicadores de igualdade de género:** o país pode investir em incluir nos diferentes inquéritos nacionais questões e indicadores que permitam captar de forma mais regular dados sobre o desenvolvimento das dinâmicas de género. O recenseamento eleitoral é um exemplo que pode ser aproveitado. Adicionalmente, a partilha de dados entre as diferentes instituições e parceiros multilaterais e bilaterais não é uma prática que dificulta análises holísticas e com dados actualizados. O estabelecimento de plataformas de partilha de dados é essencial. A desagregação de dados deve também ser adoptada ao nível dos sectores, nos seus planos sectoriais, relatórios e em outros documentos de trabalho.

**Limitada formação e capacitação em matérias de género:** a promoção de cursos profissionalizantes e capacitações regulares e inclusivas as categorias de gestores, líderes, funcionários e provedores de serviços é importante. Adicionalmente, as instituições de ensino podem investir no

desenho de cursos superiores e profissionalizantes sobre género como forma de alargar o nível de conhecimento sobre o tema e reduzir a estereotipação e /ou banalização do mesmo

<b>Cumprimento dos Compromissos de Género</b>			
<b>GOVERNO</b>	<b>SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>DOADORES</b>	<b>ONU</b>
Garantir plataformas de formação em matérias de género incluindo cursos profissionalizantes especializados	Apoiar na disseminação dos diferentes instrumentos legais para a promoção da igualdade de género	Apoiar plataformas de formação em matérias de género incluindo cursos profissionalizantes especializados	Criar sinergias para a alimentação constante da base de dados sobre iniciativas, documentos e informação sobre igualdade de género
Fortalecer a institucionalização da priorização da igualdade de género	Desagregar mais pormenorizadamente dados e estatísticas por sexo, idade e características relevantes para melhor definição e planificação da promoção da igualdade de género	Financiar actividades para a institucionalização da priorização da igualdade de género	Contribuir para aperfeiçoar indicadores e sistemas de recolha de dados em tempo real para questões sensíveis ao género
Desagregar mais pormenorizadamente dados e estatísticas por sexo, idade e características relevantes para melhor definição e planificação da promoção da igualdade de género		Apoiar a formação de técnicos, INE e outras entidades relevantes para a desagregação de dados e estatísticas por sexo, idade e características relevantes para melhor definição e planificação da promoção da igualdade de género	Apoiar no processo de identificação de prioridades sectoriais de igualdade de género para inclusão na planificação do orçamento
Aprimorar e acelerar a implementação dos diferentes instrumentos legais e estratégias		Financiar a participação de funcionários públicos de todos os níveis e parlamentares na POOG	
<b>Combate à pobreza</b>			
Alcançar as metas de titularidade de terra às mulheres no âmbito do Programa Terra Segura	Disseminar e consciencializar sobre o das mulheres direito de posse de terra	Garantir controle e titularidade de terra às mulheres	Aumentar o acesso das mulheres a serviços financeiros por meio de grupos de poupança e cooperativas;
Aumentar o número de beneficiários do INSS	Aumentar o acesso das mulheres a serviços financeiros por meio de grupos de poupança e cooperativas;	Promover o financiamento de programas de empoderamento económico específicos para Mulheres e Raparigas sobretudo nas províncias do norte e centro	Incentivar mais bancos a criar pacotes para mulheres
Criar Plataforma Integrada e Multisectorial que conceba um modelo de desenvolvimento mais redistributivo	Apoiar a assistência técnica e o treinamento de pequenas e médias empresas administradas por mulheres	Apoiar o estabelecimento de creches e instituições de ensino pré-escolar para criar empregos e liberar as mulheres para trabalharem e terem acesso à rendimento	Apoiar a assistência técnica e o treinamento de pequenas e médias empresas administradas por mulheres
	Desenvolver e providenciar exemplos de como é uma mulher de sucesso em Moçambique, para que as jovens tenham modelos que as encorajem a realizar o seu potencial		
Considerar a opção de registo de DUAT compulsório em nome de ambos cônjuges no processo de revisão da Lei de Terras	Incentivar conversa por meio de programas de rádio por telefone e campanhas mais amplas de mudança de comportamento social		

<b>Segurança alimentar e nutrição</b>			
Alargar as iniciativas de lanche escolar tomando em atenção as necessidades nutricionais da rapariga	Dar seguimento as iniciativas de lanche escolar tomando em atenção as necessidades nutricionais da rapariga	Apoiar iniciativas de lanche escolar tomando em atenção as necessidades nutricionais da rapariga	Fortalecer sinergias para iniciativas de alimentação à mulher e rapariga tendo em conta as suas necessidades nutricionais nos sectores de saúde e educação
Desenvolver iniciativas de provisão de alimentos às mulheres grávida e lactante na unidade sanitária como forma de estimular o seguimento das consultas pré e pós natal e simultaneamente respondendo as suas necessidades nutricionais.	Desenvolver iniciativas de provisão de alimentos às mulheres grávida e lactante na unidade sanitária como forma de estimular o seguimento das consultas pré e pós natal e simultaneamente respondendo as suas necessidades nutricionais.	Apoiar iniciativas de provisão de alimentos às mulheres grávida e lactante na unidade sanitária como forma de estimular o seguimento das consultas pré e pós natal e simultaneamente respondendo as suas necessidades nutricionais.	
Alargar acções de educação alimentar que incluam a formação de mulheres e homens na preparação de alimentação saudável	Colaborar com o Governo na implementação a alargamento de iniciativas de educação alimentar	Investir no financiameto as iniciativas de educação alimentar	Priorizar a educação alimentar
<b>Serviços de Saúde</b>			
Inclusão, de facto, do homem garantindo que este esteja mais envolvido em cuidar da sua saúde e saúde dos membros da família e simultaneamente desafie práticas e normas de género restritivas	Alargar as iniciativas de sensibilização e formação para a confecção de refeições mais nutritivas	Apoiar formações e de pessoal especializado na área de género a nível provincial e distrital	Apoiar o MISAU, MINEDH, MGCAS e o Ministério da Juventude para integrar desigualdade de género e normas restritivas de género, identidade de género, orientação sexual e prazer em módulos / treinamento de SRH
Alargar formações de pessoal especializado na área de género e implementação da Estratégia para Igualdade de Género no Setor da Saúde a nível provincial e distrital	Implementar campanhas de comunicação social para mudança de comportamento em relação as uniões prematuras, VBG e direitos da comunidade LGBTQI+;	Apoiar o trabalho comunitário de promoção de diálogo contínuo entre pais/figuras influentes na família e adolescentes de jovens sobre SSR, desenvolvendo suas habilidades e fornecendo-lhes informações	Fortalecer os serviços de saúde amigos dos jovens e desenvolver a capacidade das unidades de saúde para levar esse trabalho adiante
Fortalecer e expandir o papel dos APes treinando-os para serem sensíveis às desigualdades de género e como elas impactam a saúde	Consciencializar mulheres e raparigas sobre os serviços de aborto seguro	Apoiar com recursos para treinar funcionários de saúde distritais e provinciais para responder às demandas de serviços de VBG por parte de adultos e crianças	Apoiar a construção de mecanismos para a implementação da Estratégia para a Igualdade de Género no Setor da Saúde a serem integrados em todas as intervenções de saúde
Facilitar o acesso das mulheres ao serviço confidencial ao aborto seguro e aos serviços pós-aborto	Expandir trabalho comunitário de promoção de diálogo contínuo entre pais/figuras influentes na família e adolescentes de jovens sobre SSR, desenvolvendo suas habilidades e fornecendo-lhes informações	Apoiar na busca de dados e evidências sobre o impacto das doenças não-transmissíveis para a mulher e apoiar iniciativas de prevenção	
<b>Combate à VBG</b>			
Integrar a VBG em outros pontos de entrada de cuidados de saúde	Alargar a sensibilização contra VBG a todos os níveis da comunidade	Apoiar o reforço de capacidade de vários sectores para prevenir e responder eficazmente à VBG	Criar sinergias para sensibilização e reforço de capacidade de vários sectores para prevenir e responder eficazmente à VBG

Incorporar a temática de VBG nos curriculuns escolares bem como no da formação de professores	Investir na socialização, através de um diálogo saudável e da resolução de conflitos, tanto a nível comunitário como escolar	Incrementar o apoio ao movimento de mulheres e às OSC e OBC de mulheres	Promover o desenho de documentos orientadores no sector da justiça para garantir maior entendimento, priorização e mecanismos de resposta as questões de género e de VBG
Estabelecer uma linha directa dedicada à VBG	Estreitar relações e parcerias com o Ministério do Interior e Justiça para seguimento dos casos de VBG	Apoiar o estabelecimento de uma linha directa dedicada à VBG	
Desenhar documentos orientadores no sector da justiça para garantir maior entendimento, priorização e mecanismos de resposta as questões de género e de VBG			
Reforçar monitoria e iniciativas de dissuasão de violência obstétrica	Persuadir a dissuasão e responsabilização dos perpetradores de violência obstétrica	Incluir/alargar violência obstétrica nos temas de intervenção	
<b>Protecção social</b>			
Fortalecer a capacidade institucional nos diferentes níveis (central, provincial e distrital) para provisão de protecção social aos necessitados.	Investigar como a introdução de mecanismos electrónicos de pagamento está a afectar homens e mulheres no acesso a estes tendo em conta os desafios de literacia digital	Apoiar o fortalecimento da capacidade institucional nos diferentes níveis (central, provincial e distrital) para provisão de protecção social aos necessitados.	Alargar a reflexão sobre e acções a favor de iniciativas de protecção social no contexto de conflitos, destrastes naturais e pandemia da COVID-19
Aprimorar os planos de protecção social e económica específicos para mulher e rapariga	Perceber até que ponto as mensagens de sensibilização no decorrer dos pagamentos são capitalizadas em termos de questões de género	Apoiar iniciativas de protecção social e económica específicos para mulher e rapariga,	
Rever os requisitos necessários para aceder aos programas de protecção social, para que a acção de alargamento e abrangência possa de facto ser mais inclusiva no que concerne aos grupos-alvo que serão determinados com base nos requisitos			
Alargar e tornar mais abrangente os programas de protecção social para os deslocados de Cabo Delgado		Apoiar o alargamento e tornar mais abrangente os programas de protecção social para os deslocados de Cabo Delgado	
<b>Educação e criação de habilidades</b>			
Incorporar género e SDDR nos programas de formação inicial e em serviço de professores/as,	Capacitar os conselhos escolares e as lideranças locais para lidarem com a VBG, abuso sexual e gravidez indesejada	Apoiar o recrutamento e a formação de mais professoras	Desenvolver accões de consciencialização de perspectiva transformadora de género de modo a que as iniciativas, programs e políticas de género tenham de facto o resultado esperado e não reproduzam desigualdades ou reforcem padrões discriminatórios
Integrar a avaliação crítica dos estereótipos baseados em género na formação inicial e em serviço de professores/as e nos curricula	Criar mecanismos a nível comunitário para garantir a segurança da rapariga no trajecto de/para e na escola	Fornecer bolsas de estudo para raparigas, em particular em contextos onde as taxas de abandono escolar das raparigas no ensino primário	
Alargar programas de lanche escolar	Alargar programas de lanche escolar	Apoiar o alargamento de programas de lanche escolar	Alargar o apoio aos institutos técnicos profissionais para que tenham cotas de entrada para raparigas
Monitorar aplicação da revogação do Despacho Ministerial nº 39/GM/2003,	Sensibilizar raparigas grávidas e mães para continuarem na escola	Apoiar alargamento de bolsas de estudo aos institutos técnicos profissionais para que tenham cotas de entrada para raparigas	

Sancionar professores e gestores escolares envolvidos em assédio e violência sexual	Realizar advocacia e diálogo no processo de elaboração de políticas de assédio e violência sexual,	Apoiar que escolas possuam instalações sanitárias adequadas e ajuda-las a garantirem acesso a produtos sanitários	
Facilitar o recrutamento e a formação de mais professoras		Apoiar o recrutamento e a formação de mais professoras	
Promover a educação bilingue			
<b>Trabalho</b>			
Alterar ou revogar o artigo 4 do Decreto sobre Trabalho Doméstico (No. 40/2008), para proibir a participação de crianças no mercado do trabalho doméstico	Apoiar a assistência técnica e treinamento de mulheres em pequenas e médias empresas;	Apoiar os programas de empoderamento económico das mulheres	Sensibilizar para que a revisão da Lei de Terra inclua cláusulas que permitam maior controle e posse de terra por parte da mulher
Apoiar a assistência técnica e treinamento de mulheres em pequenas e médias empresas em conjunto com o sector privado	Identificar, fortalecer e trabalhar com associações e cooperativas de mulheres, como plataformas para desenvolver habilidades de empreendedorismo e aumentar a diversificação de produtos no mercado;	Apoiar no incremento de número de creches e ensino pré-escolar, para criar empregos e liberar as mulheres em parceria com o sector privado	Sensibilizar o sector privado para vincular os jovens a potenciais empregadores
Alargar o número de creches e ensino pré-escolar, para criar empregos e liberar as mulheres em parceria com o sector privado	Realizar campanhas para garantir que a revisão da Lei de Terra inclua cláusulas que permitam maior controle e posse de terra por parte da mulher	Apoiar o sector privado para vincular os jovens a potenciais empregadores	Advogar pela integração do género no Plano Nacional de Investimentos, particularmente no Sector Agrário
Fiscalizar o cumprimento da licença de maternidade e arranjos de amamentação, especialmente no sector privado	Monitorar o cumprimento da licença de maternidade e arranjos de amamentação, especialmente no sector privado	Apoiar a promoção das pequenas e médias empresas, do empreendedorismo e da incubação de <i>start-ups</i> que inclua uma forte dimensão de empoderamento da mulher	Advogar para o desenvolver uma estratégia nacional de promoção das pequenas e médias empresas, do empreendedorismo e da incubação de <i>start-ups</i> que inclua uma forte dimensão de empoderamento da mulher
Realizar inspeções de trabalho regulares em todos os sectores laborais, de modo a fazer cumprir a Lei de Trabalho e garantir condições de trabalho decentes no sector informal	Compartilhar informações referente à legislação sobre <i>procurement</i> e cadeias de valor com organizações de mulheres, para que elas possam treinar mais mulheres	Apoiar a criação e fortalecimento de associações de mulheres no sector da pesca e garantir a presença destas nos Conselhos CCPs	Apoiar o desenvolvimento de um sistema eficaz e funcional de denuncia de assédio sexual no local de trabalho, que não seja dissuasor para os/as sobreviventes
Desenvolver uma estratégia nacional de promoção das pequenas e médias empresas, do empreendedorismo e da incubação de <i>start-ups</i> que inclua uma forte dimensão de empoderamento da mulher	Estabelecer um sistema eficaz e funcional de denuncia de assédio sexual no local de trabalho, que não seja dissuasor para os/as sobreviventes Fortalecer as associações de mulheres no sector da pesca e garantir a presença destas nos Conselhos CCPs		
<b>Inclusão digital</b>			

Apoiar a redução dos custos correspondentes a aquisição de de telefones <i>smart feature phones</i> e assegurar acesso público complementar	Desenvolver actividades de literacia digital para mulheres e raparigas	Apoiar o alargamento do acesso ao dinheiro móvel à homens e mulheres	Criar sinergias para fostalecimento de actividades de acesso e literacia digital da mulher e rapariga
Garantir taxas de importação e de comercialização destes <i>smartphones</i> mais acessíveis e competitivos , para que estejam mais disponíveis.			
Alargar o acesso ao dinheiro móvel à homens e mulheres			
<b>Água e Saneamento</b>			
Alargar os serviços de provisão de água nas comunidades	Sensibilizar e dissuadir a prática de fecalismo a céu aberto, providenciado infraestruturas alternativas de saneamento	Apoiar o alargamento dos serviços de provisão de água nas comunidades	Apoiar governo na implementação de insfraestruturas sanitárias nas escolas que permitam privacidade e segurança à rapariga
Garantir infraestruturas de saneamento e suprimentos sanitários para mulheres e raparigas, especialmente na escola, para reduzir as faltas e a probabilidade de desistências;		Financiar infraestruturas de saneamento e suprimentos sanitários para mulheres e raparigas, especialmente na escola, para reduzir as faltas e a probabilidade de desistências;	
Melhorar as condições de água e saneamento nas unidades sanitárias, para evitar infecções, especialmente no concernente aos serviços de parto e pós-parto.		Melhorar as condições de água e saneamento nas unidades sanitárias, para evitar infecções, especialmente no concernente aos serviços de parto e pós-parto.	
<b>Energia e Transporte</b>			
Considerar a renda e as desigualdades de género nos processos de planificação, projecção e implementação de políticas de transporte	Sensibilizar transportadores públicos e transportes colectivos de semi-passageiros sobre violência física, sexual e psicológica cometida contra mulher e rapariga		Sensibilizar sectores de energia e transporte para aplicação de medidas de promoção de igualdade de género
Alargar o acesso de energia no país através do uso de energias alternativas	Sensibilizar sobre os riscos de saúde e ambientais do uso de biomassa	Promoção de programas que promovam o acesso e uso a fogões melhorados e adaptados à energias alternativas e renováveis	Sensibilizar sobre os riscos de saúde e ambientais do uso de biomassa
<b>Normas sociais e culturais</b>			
Promover a integração da igualdade de gênero no currículo escolar	Implementar processos participativos e empoderadores para engajar múltiplos actores na promoção de normas sociais equitativas (ex: debates, rodas de conversas,	Apoiar iniciativas participativas para engajamento de múltiplos actores na promoção de normas sociais equitativas	Desenvolver accões de consciencialização de perspectiva

	palestras, radio e foto novelas e outras iniciativas de mudança de comportamento social)		transformadora de género de modo a que as iniciativas, programas e políticas de género tenham de facto o resultado esperado e não reproduzam desigualdades ou reforcem padrões discriminatórios
Reforçar o investimento, especialmente nas áreas rurais, trazendo modelos femininos que podem servir como bons exemplos para outras mulheres nas comunidades	Criar espaços para reflexão sobre as implicações das normas sociais que envolvem não somente mulheres e raparigas	Apoiar a criação de condições para melhor acesso à oportunidades entre os jovens, e as raparigas em particular	
	Implementar campanhas de comunicação tanto em Português como nas línguas locais usando meios como cartazes, pintura na parede, rádio, internet, redes sociais e telefone	Reforçar o investimento, especialmente nas áreas rurais, trazendo modelos femininos que podem servir como bons exemplos para outras mulheres nas comunidades	
Reforçar a dimensão de trabalho de forma integrada entre os diferentes actores, incluindo os da comunidade, para influenciar transformação na estrutura profunda desigualdade de género			
<b>Voz e Participação</b>			
Adoptar o Sistema Zebra para a representação equitativa de homens e mulheres	Garantir, ao nível do quadro jurídico, condições especiais que permitam a representação da mulher nas posições eleitas e nas listas dos partidos	Apoiar mecanismos para inclusão de jovens (maiores de idade na faixa aproximada à média de idade no país) nas posições de tomada de decisão	Criar mecanismos para inclusão de jovens (maiores de idade na faixa aproximada à média de idade no país) nas posições de tomada de decisão
Garantir, ao nível do quadro jurídico, condições especiais que permitam a representação da mulher nas posições eleitas e nas listas dos partidos	Alcançar e envolver as mulheres rurais, através de mais parcerias com associações como o Movimento Moçambicano de Mulheres Rurais	Apoiar mecanismos institucionais de género que levem o Estado a uma maior responsabilização e monitoramento de seu trabalho na área	Apoiar mecanismos institucionais de género que levem o Estado a uma maior responsabilização e monitoramento de seu trabalho na área
Criar mecanismos para inclusão de jovens (maiores de idade na faixa aproximada à média de idade no país) nas posições de tomada de decisão	Reforçar, no seio das mulheres, a mensagem de que o voto delas é importante, sua voz conta e que seu registro de votação permanecerá confidencial.		
<b>Pessoas com deficiência</b>			
Desenvolver estatísticas sobre pessoas com deficiência desagregadas por sexo, grupo etário e por tipo de deficiência;	Desenvolvimento de programas de empoderamento económico para mulher e rapariga com deficiência	Apoiar no desenvolvimento de estatísticas sobre pessoas com deficiência desagregadas por sexo, grupo etário e por tipo de deficiência;	
Ampliar o acesso da rapariga e mulher com deficiência à educação, incluindo ao ensino técnico e vocacional proporcionando oportunidades de emprego e rendimento		Apoiar no Desenvolvimento de programas de empoderamento económico para mulher e rapariga com deficiência	

Alargar o acesso da rapariga e mulher com deficiência aos serviços e cuidados de saúde e a informação sobre seus direitos	Promover o alargamento do acesso da rapariga e mulher com deficiência aos serviços e cuidados de saúde e a informação sobre seus direitos	Apoiar o acesso da rapariga e mulher com deficiência à educação, incluindo ao ensino técnico e vocacional proporcionando oportunidades de emprego e rendimento	Estimular o sector privado para empregar mulheres com deficiência
MGCAS a assumir liderança na melhoria de políticas e estabelecimento de serviços para responder as necessidades da mulher e rapariga com deficiência			
<b>LGBTQI+</b>			
Transformar o quadro jurídico de modo a reconhecer a diversidade de identidades de género e sexuais no país por forma a garantir a protecção dos direitos das pessoas LGBTQI+ no país	Sensibilizar para a mudança de comportamento e percepções em relação à comunidade LGBTQI+	Apoiar a universalização de campanhas de saúde para toda a comunidade LGBTQI+	Advogar para transformar o quadro jurídico de modo a reconhecer a diversidade de identidades de género e sexuais no país por forma a garantir a protecção dos direitos das pessoas LGBTQI+ no país
Universalização de campanhas de saúde para toda a comunidade LGBTQI+			
<b>COVID-19</b>			
Repensar o sistema de segurança social, para que, de modo mais efectivo, responda às necessidades dos/as pensionistas, em tempos de crise como este	Intensificar campanha “Eu quero ser formal”	Apoiar a replicar iniciativas visando levar os serviços preventivos de saúde, como o PF, às comunidades e aos agregados familiares sem que estes tenham que se deslocar as unidades sanitárias	Repensar o sistema de segurança social, para que, de modo mais efectivo, responda às necessidades dos/as pensionistas, em tempos de crise como este
Replicar iniciativas visando levar os serviços preventivos de saúde, como o PF, às comunidades e aos agregados familiares sem que estes tenham que se deslocar as unidades sanitárias	Replicar iniciativas visando levar os serviços preventivos de saúde, como o PF, às comunidades e aos agregados familiares sem que estes tenham que se deslocar as unidades sanitárias		
<b>Conflitos e Instabilidade</b>			
Assegurar a inclusão socio-económica das populações deslocadas	Desenvolver actividades de reabilitação mental e psicológica de mulheres eraparigas.	Apoiar na a inclusão socio-económica das populações deslocadas	Alargar a compreensão de paz para incluir a segurança e o bem-estar das pessoas no quotidiano
Assegurar a integração socio-profissional de mulheres e a oferta de serviços de PF	Assegurar a integração socio-profissional de mulheres e a oferta de serviços de PF	Apoiar as actividades de reabilitação mental e psicológica de mulheres e raparigas.	
Promover amnistias, acompanhadas pela criação de centros de acolhimento de desertores			
Formar as forças armadas em matérias de Direitos Humanos e reforço da organização e disciplina interna			
<b>Assegurar a implementação da estratégia sobre a Prevenção da Exploração e Abuso Sexual (PSEA) que protege as vítimas de violência sexual em situações de emergência</b>			

**Meio ambiente e mudanças climáticas**

Desenvolver meios de subsistência alternativos com opções específicas para mulheres	Pressionar a liderança tradicional dos Comités de Gestão de Recursos Naturais para ser mais proactiva na inclusão de mulheres	Apoiar a promoção e maior integração entre género e meio ambiente na planificação nacional que define o orçamento	Apoiar o Ministério da Terra e Ambiente para trabalhar mais com a dimensão de género
<b>Indústria extrativa</b>			
Integrar o género na Lei de Mineração e desenvolver uma estratégia de género para a indústria extrativa	Abordar a ausência de qualquer referência a questões de género na Lei de Minas;	Apoiar a criação de oportunidades iguais de emprego para as mulheres participarem nos sectores extractivos	Incentivar o estabelecimento de boas-práticas e regulamentações que protejam as mulheres na venda de seus produtos decorrentes da extracção mineira

## Anexos

**Anexo 1:** Tabela de parte dos compromissos internacionais e regionais adoptados pelo Governo de Moçambique para o alcance da igualdade de género

<b>Compromisso</b>	<b>Descrição</b>
<b>Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).</b>	Ratificada pelo Governo de Moçambique em 1993, obriga os Estados signatários a rever toda a legislação discriminatória existente e a adoptar novas leis para eliminar qualquer discriminação contra as mulheres.
<b>Declaração de Beijing</b>	Ratificada em 1995, estabelece estruturas programáticas a serem implementadas pelos governos para melhorar a condição da mulher, por meio da implementação da Plataforma de Acção de Beijing (com 12 áreas prioritárias).
<b>Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento</b>	Ratificada em 1997, obriga os países signatários a rever as leis discriminatórias e a aprovar novas, a fim de eliminar os factores que limitam o acesso e o controle das mulheres sobre os recursos e espaços de tomada de decisão.
<b>Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos, Relativo aos Direitos da Mulher em África</b>	Ratificado em 2005, reforça as medidas tomadas para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher em África e para proteger os seus direitos.
<b>Declaração Solene sobre Igualdade de Género em África</b>	Ratificada em 1994, estabelece os objectivos para a União Africana em termos de igualdade de género a serem alcançados pelos Estados Membros.
<b>Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento</b>	Adoptado em 2008, define metas para a SADC no que diz respeito ao alcance da equidade de género, incluindo a recomendação para atingir a participação de 50% das mulheres nos espaços de tomada de decisão.
<b>Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência</b>	Ratificada em 2010, inclui um artigo sobre mulheres com deficiência.
<b>Resolução 1325 das Nações Unidas</b>	Resolução sobre Mulheres, Paz e Segurança. Primeiro Plano elaborado para o período 2009-2013 e o segundo para o período 2018-2022



Rua das Orquídeas, nrº18, Sommerchild  
Maputo, Mozambique

[www.unwomen.org](http://www.unwomen.org)  
[www.facebook.com/onumulheresmocambique](https://www.facebook.com/onumulheresmocambique)  
[www.twitter.com/onumulhereszm](https://www.twitter.com/onumulhereszm)  
[www.youtube.com/unwomen](https://www.youtube.com/unwomen)  
[www.flickr.com/unwomen](https://www.flickr.com/unwomen)



**Ministério do Género,  
Criança e Acção Social**

